

I. APRESENTAÇÃO

Hoje no mundo, segundo dados do UNICEF, a cada sete segundos, uma criança com menos de dez anos morre de fome. Na maioria das vezes vítima de um único imperativo: o dos novos senhores do mundo, os que vivem eternamente, como gafanhotos, numa busca infinita e incessante de lucro. Estes novos mestres do mundo são os senhores do capital financeiro globalizado. Mas quem são eles e de onde vem o seu poder? Neste mundo globalizado, eles são predadores que acumulam capital financeiro, destroem Estados, devastam a natureza e os seres humanos. Estes predadores são apenas devotados aos serviços da Organização Mundial do Comercio, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Porém pouco a pouco, em todo o mundo, a resistência se organiza, é a nova sociedade civil planetária de qual Jean ZIEGLER mostra a força e a riqueza, a diversidade e a determinação. A grandeza da obra dele não deve surpreender: a gente que ele descreve, ele a conhece muito bem e as instituições que ele critica, ele as conhece de dentro. Ele frequenta e estima todos os movimentos de resistência que ele descreve. Ainda existe a emergência, pois Jean Ziegler é relator especial das Nações Unidas sobre o direito à alimentação. Autor de várias obras sobre os países pobres, ele publicou recentemente ‘La Suisse lave plus blanc’ (1990), ‘La Suisse, l’or et les morts’ (1997) e ‘Les Seigneurs du crime’ (1999).

De acordo com ZIEGLER a nova ordem mundial parece ter iniciado em 1991, depois da guerra do golfo e com o declínio da URSS. Para a segurança coletiva, o capital financeiro mundial começou a apostar na superpotência norte americana. O direito desaparece em detrimento da

força, a diplomacia em detrimento da guerra; o cartel dos Mestres do Mundo se utiliza dos Estados Unidos para realizar seus interesses próprios; se servem também da potência coativa militar e policial. O dogma ultraliberal de Washington: um egoísmo fantástico; uma negação quase total de qualquer solidariedade internacional; uma vontade incontrolável de ditar a sua única visão do mundo. Os Estados Unidos – ou seu governo – estão se opondo ao princípio mesmo de justiça internacional, contra a CPI (Corte Penal Internacional). No que diz respeito à comissão dos direitos humanos das Nações Unidas, os Estados Unidos vetam qualquer proposta sobre direitos econômicos, cultural, contra o direito a alimentação, a moradia, a educação, a saúde e a água potável. O presidente Bush anulou o protocolo de Kyoto que prevê a redução gradual e o controle da emissão de CO₂ na atmosfera, sabendo que os Estados Unidos emitem quase 25% das gases.

As despesas militares e os lucros da indústria bélica estão nas alturas; em 2003, o orçamento ordinário do Pentágono chegava a US\$ 379 bilhões. O objetivo dos Estados Unidos nunca foi de eliminar o terrorismo e sim utilizá-lo como argumento moral e politicamente para organizar o mundo a sua maneira; para se desfazer de alguns tratados chatos; impor a sua justiça sumária no planeta; afastar concorrentes problemáticos. Podemos esperar um socorro da Europa? É claro que não. Mesmo se esta última se constitui em uma grande potência econômica, ela não tem nem política externa e nem um sistema de defesa credível. Sem contar que vários dirigentes estão sendo complacentes com o Império.

E para que serve o Consenso de Washington? Ele não passa de um conjunto de acordos informais entre as grandes companhias, Wall Street, os bancos, o FED, o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Voltaremos a falar bastante sobre o consenso mais adiante. Tudo que está certo é que ele visa à privatização do mundo. Tudo passa também pelo globalismo, mas

quais são as verdadeiras razões para se mostrar o lado positivo deste globalismo? Agora vejamos os dados do relatório do PNUD:

1. Dizem que o globalismo beneficia a todos, porém entre 1992 e 2002, a renda per capita despencou em 81 países em que os preceitos do Consenso foram aplicados.
2. Dizem que o globalismo dos mercados financeiros unifica o planeta, porém os mais necessitados não são auxiliados em seu êxodo em direção aos países mais ricos. Pelo contrário a dificuldade é tanta que muitos ficam no caminho.
3. Dizem que a paz no mundo é garantida pelo comercio mundial, porém vários governos tiranizam seus trabalhadores para aumentar os lucros do capital estrangeiro.

Como é de esperar, os dirigentes de um império financeiro não podem se permitir de agir de acordo com a moral. Os predadores não se apegam a nenhuma escola de pensamento e são sem solidariedade e de compaixão. Fala-se até da morte do Estado, pois a privatização do mundo enfraquece a capacidade normativa dos Estados; ela põe sob tutela Parlamentos e Governos; ela mata as Leis. Em diversos Estados Ocidentais, o transporte público, os correios etc já estão privatizados. E uma segunda onde está chegando (escolas, colégios, universidades, hospitais, cadeias, policia etc...). Quando se teme pelos seus direitos, não ha liberdade.

1.1 A OMC COMO MÁQUINA DE GUERRA

Hoje é muito mais grave violar uma regra do comercio internacional de que violar um direito humano. A OMC serve aos seus predadores, faz o inventário de mais de 60.000 empresas transnacionais no mundo inteiro, porém somente 500 companhias dominam o comercio mundial.

As estratégias são as dos senhores do mundo globalizado. O objetivo confesso da OMC é a redução do poder do Estado e do setor público em geral. A desregulamentação e a privatização são as alavancas. A regulamentação da OMC não contém uma cláusula se quer que trate de questões « sociais ou ecológicas » que pelo menos permitiria a retirada de circulação de mercadorias produzidas sob condição socialmente ou ecologicamente intoleráveis. Por exemplo, crianças que produzem bens em condições miseráveis com um pagamento derrisório; o trabalho é árduo e afeta a saúde destas crianças e nenhuma cláusula da resolução da OMC prevê uma saída para tirar estas crianças daquele trabalho ou para cuidar de sua saúde. Além do mais, os países que dominam a OMC subvencionam massivamente a produção e a exportação de seus produtos agrícolas. Estes produtos excedentes são desembarcados nos países do terceiro mundo e provocam a destruição das frágeis estruturas agrícolas locais (que não são mais competitivos em preços nem em qualidade).

1.2. O BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tomam conta dos fluxos financeiros internacionais. Deixando as coisas bem claras, o Banco Mundial se chama na verdade “THE WORLD BANK GROUP”; e o grupo é composto pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, pela Associação Internacional para o Desenvolvimento, a Companhia Financeira Internacional, a Agência Multilateral para a Garantia dos Investimentos e o Centro Internacional para a Gestão de Conflitos Relacionados aos Investimentos. Os dois primeiros são os principais.

O Banco Mundial aloca créditos a países menos avançados e financia centenas de projetos de desenvolvimento. Ela é a credora em

última instância. O BM impõe o consenso de Washington que visa a privatização dos bens públicos e dos Estados ; ele impõe o império dos novos donos do mundo; ela impoe o emperio dos novos mestres do universo. Em Janeiro de 2000, Joseph STIGLITZ, economista em chefe e primeiro vice presidente do BM pediu demissão, denunciando a estratégia de privatização e a ineficácia das instituições de Bretton Woods. Publicou “La Grande Désillusion” Paris, Fayard, 2002. (Ver mais adiante sobre o consenso de Washington)

Para parecer mais credível, o Banco Mundial criou o seu departamento social. Os colaboradores são membros de organizações internacionais não governamentais com boa reputação. Tirando a Amnesty International, Terra dos Homens, Greenpeace, Human Right Watch, Oxfam, Medecins du Monde, Medecins sans Frontieres, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTS) que são ONG com credibilidade, outras ONG são de origem e composição muito duvidosas, pois várias são financiadas por empresas transnacionais. Os dirigentes destas ONG não são eleitos por nenhuma assembléia pública. As fontes de financiamento são encobertas. É assim que as coisas acontecem nos bastidores do Banco Mundial: ele confie a gestão dos seus negócios a ONG tidas como muito confiáveis mas o grau de confiabilidade é fixado pelo presidente da entidade. Como exemplo de um efeito da manipulação de algumas ONG, vários dirigentes de ONG são integrados, mais tarde, ao Banco Mundial.

1.3. O FMI

Segundo a ONU (2002), os 183 Estados atuais membros do FMI votam cada um de acordo com seu poder financeiro respectivo: “*One dollar, One vote*”. E os Estados Unidos detêm 17% dos direitos de voto. O FMI empresta dinheiro aos países já endividados, como, por exemplo,

o caso da Argentina onde, depois de uma dívida estrondosa, duas em cada cinco pessoas passaram a viver na absoluta miséria. Fenômeno semelhante no Brasil. Em 2001, registrava-se mais de quarenta mil mortes violentas. A moeda é prender e botar no calabouço. Para renegociar a dívida, o método do FMI é o mesmo. Ele obtém a revenda às transnacionais (americanas ou européias), das indústrias, das empresas de serviços (seguro, transportes etc.) todas provenientes de setores rentáveis. Os setores não rentáveis ficam nas mãos dos governos locais.

O FMI cria as crises financeiras: tomemos como exemplo a crise tailandesa de 1997. O *Bath* (moeda local da Tailândia) se desvaloriza e os capitais especulativos saem do país. Para enfrentar a crise o Banco Central da Tailândia saca de suas reservas milhões e milhões para recomprar *Bath* e sustentar a moeda local. Um puro desperdício e perda de tempo. Em seguida, a Tailândia deixa de pagar suas dívidas. Rapidamente esta crise derruba as economias da Indonésia, do Taiwan, da Coreia do Sul e de outros países da região. O FMI oferece empréstimos em dinheiro para regularizar a situação.

A origem da crise? Simples: Estes países haviam se recusado a aceitar a entrada e a saída de capitais estrangeiros. Mas estes novos fluxos de capitais ajudaram a afundar as economias destes países. Os preços subiram na mesma proporção que a especulação imobiliária. Os capitais estrangeiros deixaram os países e as economias ruíram. Os governos destes países pediram a ajuda do FMI, empréstimos em troca da volta da austeridade orçamentária e monetária, da redução drástica das despesas sociais e dos créditos às empresas (subsídios). As conseqüências: milhares de empregos perdidos, suspensão das merendas escolares, agravamento da subnutrição. Portanto se o FMI se diz não politizada, isto não é verdade, pois ele está sempre ao serviço da política externa dos Estados Unidos.

1.4. AS POPULAÇÕES NÃO RENTÁVEIS

De acordo com o FMI, chamamos de PMA (Países Menos Avançados) os cinquenta países mais pobres do mundo. Em 2002, eles totalizavam mais de 640 milhões de habitantes, ou seja, mais de 10% da população mundial. Estas populações não rentáveis geram menos que 1% do PIB mundial. Trinta e cinco deles estão na África, nove na Ásia, cinco no Pacífico e um nos Caribes. A dívida externa destes cinquenta países representa 124% dos seus Produtos Nacionais Brutos (PNB). A maioria dentre eles aloca mais de 20% dos seus orçamentos para pagar juros da dívida. A recomendação do FMI é que as “terras pertençam à nação” (ESTADO); ele abriu cadastros e depois dividiu as terras em lotes privados. O novo sistema faliu, já que as famílias não tinham condições de valorizar, sozinhas, seus lotes.

Quanto ao Estado, faltaram-lhe meios financeiros para garantir condições de trabalho a todos os seus agricultores. A grande maioria dos proprietários de terras se sentiram na obrigação de revender estas terras aos donos de grandes empresas agro-alimentares estrangeiras. O que se seguiu foi uma concentração das propriedades em poucas mãos. De que adianta a carta de intenção como arma do FMI se ela contém uma lista de reformas internas, de reduções orçamentárias, de ajustamentos fiscais que ele (o FUNDO) impõe aos governos que pedem ajuda?

A nova sociedade planetária é uma sociedade em projeto, uma sociedade em gestação que não se pode comparar a nenhuma das formações sociais que a tenha precedido. Três convicções unem as frentes em questão :

- 1- Uma necessidade de instaurar uma democracia de base;
- 2- A negação das desigualdades sociais;
- 3- A necessidade de preservar a natureza, o ar, a água, o meio

ambiente e a sanidade psicológica de cada indivíduo.

Para alguns filósofos – Jean Jacques ROUSSEAU, por exemplo – uma sociedade natural precedeu uma sociedade civil que por sua vez deu origem a uma sociedade política ou um Estado. Para ROUSSEAU, é um processo contínuo. Seria este o caso quando as funções normativas do Estado são paralisadas e quando o capital financeiro se afirma e a sociedade em si se desfaz? Desta maneira a sociedade política e civil são derrotadas pelo império do Capital. Existe uma aparência da existência de um governo de Estado, porém são os Novos Donos do Mundo que detém este poder.

São os Estados que nomeiam os governantes que administram, mas isto não passa de uma aparência. Os predadores usam vocábulo Estadista, porém têm horror do Estado. Seu parlamento “virtual” é o mercado liberalizado. Esta nova soberania conquistada está se lixando dos direitos humanos, das liberdades públicas ou da autonomia dos cidadãos; ela aliena e escraviza. Porém a esperança e o sonho de liberdade são se perderam. O caminho está aberto para a criação de uma nova sociedade planetária. E esta nova sociedade ainda pode ser criada.

II. INTRODUÇÃO

O processo pelo qual bens e serviços, pessoas, informações e idéias rompem fronteiras e resultam numa maior integração econômica e social não é um fenômeno novo (FARIA, 2004). Porém ele conheceu avanços substanciais nas últimas décadas e passou a ser visto por muito como um componente inelutável para o mundo de hoje.

Benefícios significantes podem, sem dúvida alguma, ser atribuídos ao fenômeno da globalização desde que se sabe muito bem que a abertura direta ao capital alienígena pode contribuir para o crescimento, estimulando o investimento doméstico, melhorando a eficiência e a produtividade através da difusão do “conhecimento” aplicado à produção.

A abertura econômica também pode aumentar as oportunidades de diversificação de riscos através de empréstimos e financiamentos. Produtores com maior capacidade de diversificar riscos nos mercados mundiais de capitais poderão investir em projetos mais arriscados (e mais rentáveis), alavancando assim a taxa de crescimento do país (OBSTELFD, 1994). Da mesma forma, a abertura comercial, aparentemente pode trazer também benefícios e a literatura sobre crescimento endógeno dá muita ênfase na existência de diversos mecanismos através dos quais a abertura comercial pode trazer benefícios, afetando assim o nível de crescimento no longo prazo. A idéia de que a abertura econômica pode facilitar a aquisição de novos investimentos, de bens intermediários menos caros ou de qualidade superior ou o avanço tecnológico foi bastante debatida.

ROMER (1994), por exemplo, defende que numa economia sujeita a restrições, a produção de uma pequena gama de produtos intermediários especializados ou bens de capital pode ser rentável. O conjunto de leque tecnológico, que dependem de uma necessidade maior de investimentos, não poderá assim ser aproveitado eficientemente. Neste modelo, uma quantidade maior de investimentos é melhor que uma variedade maior de investimentos. Porém a forma pela qual o aumento da produtividade e a alta das taxas de crescimento acontecem quando as economias se abrem ao mercado internacional não está somente limitado à captação de recursos e maquinários mais especializados de parceiros além fronteiras. Existem vários tipos de conhecimento frutífero não embutidos nos recursos materiais, mas que podem também ser transferidos como resultado de transações com países tecnologicamente mais avançados. Conforme afirma ROMER (1992), na prática, a transmissão de idéias pode ser, senão mais, tão importante quanto a transmissão de novos recursos.

Existe de fato evidências empíricas de que a integração comercial possui efeitos positivos no nível de crescimento dos outputs. Estudos de FRANKEL & ROMER (1999) e de IRWIM & TERVIO (2002) mostraram que países com maior integração comercial tinham rendas mais altas. Na mesma linha que diversos estudos sobre integração comercial e crescimento econômico, KLENOW & RODRIGUEZ (1997) usaram um modelo de equilíbrio computadorizado que leva em consideração os efeitos da variedade de produtos numa função de produção em que variações menores de *inputs* intermediários resultam em perdas de produtividade e *output* inferior, apesar dos inputs de capital e mão de obra serem os mesmos.

Descobriram que, levando-se em consideração tais efeitos, os ganhos estáticos podem aumentar em até 300% em integrações unilaterais. COE, HELPMAN & HOFFMAISTER (1997) chegaram a

conclusão de que os fluxos comerciais proporcionaram uma prática em que técnicas avançadas de produção *savoir faire* tecnológico são transmitidos de país em país. Segundo WACZIARG (1998), o investimento é o canal mais importante para que uma abertura econômica gere crescimento, considerando o mesmo responsável em 60% pelo resultado. As evidências empíricas, porém, indicam também que estes efeitos são maiores em países com nível de instrução mais alto.

Por fim, um estudo recente do BANCO MUNDIAL (2002) traz evidências de que os países que mais se integraram comercialmente nas duas últimas décadas têm, em média, crescido mais rápido. De 1980 para cá, estas nações conseguiram reduzir em 34 pontos percentuais suas tarifas sobre importações comparado a somente 11 pontos percentuais dos países em desenvolvimento que não conseguiram crescimento nenhum em suas rendas per capita durante este período.

Por que a abertura econômica é boa para os negócios, que é uma coisa boa para crescimento que por sua vez é bom para os mais pobres, o estudo simplesmente conclui que a integração econômica internacional ou, mais claramente, a globalização, contribui para a redução da pobreza e portanto das desigualdades (DOLLAR & KRAAY, 2001). No entanto, a exemplo da integração financeira, há uma grande controvérsia sobre a magnitude e sobre a direção exatas em que o *globalismo* afeta todas as economias em geral e as economias e populações dos países em fase de desenvolvimento ou menos avançados (RODRIGUEZ & RODRIK, 1999). Sérias reavaliações devem, portanto, ser feitas quanto à solidez dos estudos empíricos existentes acerca do tema.

Além do mais, a idéia de que o *globalismo* acarreta riscos significativos e custos econômicos e sociais muito altos está sendo cada vez mais aceita. A abertura aos mercados globais tem trazido uma volatilidade muito maior nos mercados financeiros domésticos, principalmente em países onde o sistema financeiro era fraco para entrar

no sistema global com políticas econômicas sem a credibilidade necessária. Reviravoltas notáveis nos fluxos de capitais de curto prazo (induzidos pela volatilidade dos mercados globais de capitais) levou estes países a severas crises financeiras e acentuou a curva do desemprego e do aumento da pobreza no curto prazo (Tabela 1).

TABELA 01: ÍNDICE NUMÉRICO DE POBREZA (EM %)

Região	1987	1990	1993	1996	1998
Leste Asiático e Pacífico	26,6	27,6	25,2	14,9	15,3
Europa Oriental e Ásia Central	0,2	1,6	4	5,1	5,1
América Latina e Caribe	15.3	16.8	15.3	15.6	15.6
África do Norte e Oriente Médio	4.3	2.4	1.9	1.8	1.9
Ásia do Sul	44.9	44.0	42.4	42.3	40.0
África ao Sul do Saara	46.6	47.7	49.7	48.5	46.3
Total	28.3	29.0	28.1	24.5	24.0

FONTE: Banco Mundial – Poverty Reduction of the World Bank, 2000.

Apesar de a tabela mostrar que, no total, o índice de pobreza está diminuindo, podemos observar que, separadamente, nas regiões com maior concentração de PMA ele se manteve constante ou até cresceu. Isto evidencia que alguns países emergentes possuem uma estrutura para lidar com a integração internacional, mas os países menos avançados, não. No mesmo sentido, a integração global exigiu uma redução, em alguns países, da mão de obra desqualificada e uma redução do ordenado real. Isto combinado com um baixo grau de mobilidade intersetorial, o desemprego e a queda dos ordenados se traduziram em taxas de pobreza muito mais altas. Conseqüentemente, olhares mais atentos começaram a se voltar para os efeitos negativos do *globalismo* (FARIA, 2004) e um debate mais polarizado sobre a sorte das populações mais pobres do planeta.

Esses mais de um bilhão e meio de pessoas ao redor do mundo que vivem ainda com menos de US\$1,00 por dia estão tirando proveito dos benefícios do globalismo? O objetivo principal, portanto, deste nosso trabalho é o de tentar, através de técnicas de cruzamentos longitudinais de dados sobre países e sobre a dinâmica das rendas de suas populações, descobrir como e com que magnitude o *globalismo* está afetando os países em desenvolvimento (TEMPLE, 1999). Existem valiosas ferramentas com vantagens significativas em relação a estudos de caso por exemplo. Estudos como esse são geralmente viesados pela seleção de amostras e demonstram-se incapazes de isolar, com uma certa precisão, o efeito independente de uma variável sobre diferentes eventos nem de um conjunto de variáveis (impacto da globalização na variável pobreza dadas as variáveis domésticas, por exemplo).

Portanto a metodologia econométrica utilizada neste estudo não nos permitirá nos fixar em assuntos relevantes do tipo “causalidade”, ele propõe apenas um passo importante na tentativa de desenredar os efeitos do globalismo *per se* na pobreza, controlando ao mesmo tempo outros determinantes. O trabalho será conduzido basicamente em quatro seções. A primeira abordará a questão da metodologia utilizada para a realização do estudo, a segunda parte tratará do papel do novo papel do Estado no novo cenário mundial. A terceira seção fará uma análise do Consenso de Washington e suas implicações teóricas e práticas nas Integrações Econômica e Financeira dos países menos avançados. Numa quarta parte faremos uma análise da dinâmica do crescimento nos cenários macro e micro econômicos para determinar como o globalismo afeta os países e as populações de países mais pobres e, finalmente na quinta e última parte, faremos um levantamento das implicações futuras do tema para futuros estudos (empíricos) assim como algumas considerações finais.

2.1. O PROBLEMA DE PESQUISA

Ante o acima exposto, pode-se apresentar, como tema de pesquisa, o impacto do fenômeno do globalismo em países de baixa renda. O que vem acontecendo ao nível de vida das pessoas mais pobres do mundo poderia, a priori, ser explicado através deste fenômeno. Amartya SEN (2002) defendeu recentemente a tese de que os movimentos “anti-globalismo” não visam o a globalização em si pois estes movimentos estão, eles mesmos, dentre os eventos mais globalizados da atualidade. A preocupação parece mais estar ligada à contínua depravação das condições de vida e à crescente disparidade entre mais ricos e mais pobres a que presenciamos hoje, justamente na era do globalismo (SEN, 2002). Isto nos leva ao seguinte problema de pesquisa:

2.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

“DE QUE MODO O FENÔMENO DO GLOBALISMO, DEFINIDO COMO A RECENTE FACE DA GLOBALIZAÇÃO, ESTÁ AFETANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES MENOS AVANÇADOS?”

2.3. OBJETIVOS DA PESQUISA.

O objetivo geral deste estudo consiste em verificar de que modo o fenômeno do globalismo está afetando as populações das regiões mais pobres do planeta, mais especificamente as da África ao Sul do Saara, da Ásia, dos Caribes e do Pacífico. Tomaremos como referencia as dinâmicas dos indicadores mais relevantes tais como “integração financeira”, “abertura comercial”, “renda per capitã” utilizados pelos organismos internacionais para proceder a uma análise longitudinal dos

dados.

Os objetivos específicos consistem em:

- descrever o contexto econômico do fenômeno do globalismo;
- descrever como se dá a integração política entre estados nação e como esta integração afeta a soberania nacional dos países mais pobres;
- descrever como se dá a integração comercial entre países em geral e entre países ricos e pobres mais especificamente;
- descrever como se dá a integração financeira entre países em geral e entre países mais ricos e mais pobres mais especificamente;
- analisar a relação entre os níveis de integração destes países e a dinâmica das rendas de suas populações no nível macro (*per capita*) no período que abrange as duas últimas décadas do século XX e os primeiros anos deste século.

2.4. JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA

Espera-se que este trabalho ofereça uma contribuição teórica para o entendimento do impacto das integrações política, econômica, comercial e financeira entre os países mais ricos e os mais pobres nestas últimas décadas. O globalismo, de modo geral e o Consenso de Washington, em particular, têm contribuído para a redução da pobreza ou somente tiveram um efeito benéfico nos países ricos e efeitos contrários nos mais pobres? Em especial, espera-se contribuir para o aumento do conhecimento, a propósito de sistemas de interpretação, compartilhado, em face de diferentes realidades ambientais de cada nação, entendendo que esse tema é relevante, mas que ainda lhe falta um elemento fundamental: a convergência de visão quanto à interpretação dos dados. Em termos práticos, este trabalho procurará fornecer dados que evidenciem o impacto do globalismo nas populações de países de

baixa renda, principalmente da África, do Caribe e da Ásia. Além disso, um olhar mais profundo sobre os dados microeconômicos (por habitante, por família, por funcionário qualificado etc.) dos países mais pobres no decorrer destas duas últimas décadas permitirá uma melhor compreensão da dinâmica do alargamento do abismo entre os mais pobres e os mais ricos.

2.5. ESTRUTURA DA PESQUISA

Visando a satisfazer os objetivos propostos e, futuramente, elucidar o problema de pesquisa definido, organizou-se o presente projeto de dissertação da seguinte forma: Na primeira seção, apresenta-se o tema de pesquisa, definindo claramente o problema a ser investigado, seus objetivos, bem como a justificativa para a realização do estudo. A investigação pretendida exigiu a elaboração de uma fundamentação teórico-empírica, na qual buscaram-se referenciais que subsidiassem os procedimentos metodológicos a serem seguidos e as análises subseqüentes. Nesse sentido, a segunda seção apresenta uma breve evolução da relação entre o globalismo e a pobreza no mundo. A terceira seção discute os estudos sobre a internacionalização das finanças internacionais nas últimas duas décadas, discutindo-se, na seqüência, o contexto econômico internacional decorrente do consenso de Washington. Numa quarta seção discute-se as relações existentes entre as políticas governamentais, o globalismo e a evolução da economia. Na penúltima seção emitiremos nossas considerações finais antes de fechar com as referências bibliográficas. Todas as dimensões anteriormente abordadas e suas caracterizações passam a ser tratadas de forma contínuo, procurando-se evidenciar, assim, os princípios orientadores da lógica deste trabalho de pesquisa.

2.6. ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Apresenta-se, nesta seção, a metodologia de pesquisa a ser empregada para a verificação do problema anteriormente sugerido. Pretende-se verificar de que maneira o fenômeno do globalismo está afetando os países economicamente menos avançados. Por ser um problema de pesquisa bem vasto, trataremos a questão mediante algumas perguntas específicas.

2.7 PERGUNTAS DE PESQUISA

- De que forma o globalismo está afetando a vida dos trabalhadores de países mais pobres?
- Quais são os países que mais se beneficiam com a integração financeira internacional?
- Qual a nova configuração das relações de produtividade entre países ricos e países pobre?
- Em que situação ficam os países menos avançados com esta nova configuração?

III. BASE TEÓRICO-EMPÍRICA

Globalização. Não é fácil acreditar que uma palavra que por muito tempo foi tão sinônima de progresso para a humanidade tenha caído em tanto descrédito dentre as populações mais pobres, em tão pouco tempo. Nas últimas décadas, a globalização (caracterizada pela expansão do modelo capitalista pelo mundo) contribuiu de forma colossal para um novo “boom” da economia mundial. Gerou milhões de empregos, da Malásia ao México, e um leque muito grande de produtos acessíveis aos consumidores do mundo ocidental em geral.

O serviço telefônico tornou-se acessível a mais de 300 milhões de famílias em países emergentes e, através de títulos, ações e empréstimos, foram transferidos aproximadamente US\$ 2 trilhões dos países mais ricos para os mais pobres. Tornando a informação mais acessível a todos, a globalização contribuiu, segundo os estudos, para a queda de ditadores ora intocáveis e, para fechar, a internet está marcando presença e com a missão de estreitar cada vez mais o abismo que separa as nações mais ricas das mais pobres, ainda nesta década. Portanto, não é de se admirar com a *perplexidade* de muitos a respeito dos ataques perpetrados contra essa globalização. Neste exato momento, da mesma forma que especuladores judiavam das bolsas de valores e a recessão temia uma alta, muitos trabalhadores e funcionários de governos de países como a China, como o México ou a Hungria e até o Brasil, ainda têm a sensação de que a passagem para modelos econômicos mais abertos tenha representado um grande progresso.

As cenas de tumulto de jovens de classe média irados, nas ruas de cidades ocidentais, repugnando empresas multinacionais e formando

correntes humanas para impedir ou interromper reuniões de organismos internacionais como o Banco Mundial ou o FMI, parecem bizarramente fora do contexto realista em países supostos vítimas da integração de capitais. A exemplo da Rússia, mesmo nas situações mais difíceis, parece haver sempre uma necessidade de se criar motivos para retornar ao passado. Porém, vejamos qual a visão do FARIA (2004), em seu texto intitulado “Estado e Globalização No Capitalismo Contemporâneo : os Contextos Políticos e Sócio-histórico da Análise” comparada com a do “Dossier Special du Le MONDE” de domingo 9 de Novembro de 2003 intitulado “Les Riches du Nouveau Monde .

Em “Estado e Globalização No Capitalismo Contemporâneo : os Contextos Políticos e Sócio-histórico da Análise ” (FARIA, 2004) traz um assunto muito abrangente e atual. Tentar circunscrevê-lo é tarefa bastante árdua, mas podemos começar, estabelecendo que o autor parte do princípio de que na busca de estabelecer ou manter uma certa estabilidade, o Estado, através de mecanismos de controle, procure reduzir o melhor possível situações imprevistas. Estes mecanismos de controle do tipo a priori, genéricos e inespecíficos são de caráter autoritarista que procuram limitar os comportamentos inesperados, com o uso, caso faça-se necessário, da ação coativa. Este autoritarismo de caráter estrutural que ora remetia às formas e relações de produção, à administração, à classificação social, à política como função reservada a uma casta de políticos, à ideologia como sistema de idéias utilizado pelas classes dominantes para iludir as classes dominadas e justificar seu poder dentro da esfera do Estado Nação, hoje transcende aos limites des Estado e se manifesta na esfera globalizada da sociedade.

De fato, nos últimos trinta anos, testemunhou-se violentas transformações nas relações sociais, de trabalho e de produção entre e dentro dos Estados-Nação que resultaram num fenômeno que ficou conhecido, a partir dos anos 1990, como globalismo. Os cientistas

sociais divergem quanto às explicações acerca das origens deste fenômeno. Uns o atribuem à revolução tecnológica enquanto que outros entendem que ela deveu-se a revolução dos sistemas de comunicação e às tecnologias de informação. O único consenso é que o assunto tem ganhado muita atenção dos estudiosos. O que é totalmente compreensível, a partir do momento em que o globalismo, enquanto processo recente da organização capitalista, tem causado profundas transformações nas estratégias de Poder do Estado Capitalista Contemporâneo. Nesse âmbito, o autor (FARIA) propõe um estudo das interações interorganizacionais e as relações sociais de produção das condições materiais de existência.

De acordo com o autor, o processo de globalização decorre da materialização da estrutura sócio-metabólica do capital e é constituído pelas relações dinâmicas e contraditórias entre trabalho, capital e Estado, que ela, ao mesmo tempo, determina. Para entender a constituição de novas formas de controle e de poder, o autor coloca como condição *sine qua non* a compreensão de como as mudanças nas relações sociais de trabalho integram as mudanças na economia global conferindo-lhe seu formato atual. Este questionamento se sustenta a partir da constatação da existência de uma interação complexa e contraditória entre os processos de trabalho e de mudanças globais responsável por impactos diametralmente opostos nas diferentes classes sociais e categorias de Estado de Direito. Naquilo que se chamou de “era dos extremos”, enquanto que um lado se afoga na miséria, na opressão, na injustiça e na marginalização o outro está nadando na riqueza, nos benefícios proporcionados pela tecnologia de ponta, nos privilégios e no consumismo. Estudos recentes demonstram que a tendência é um distanciamento cada vez maior entre estes extremos, surgindo assim novas formas de relações econômicas, sociais, jurídicas, políticas e culturais.

A globalização, que é um processo de regressão dos arranjos sociais e culturais, portanto, não é um fenômeno novo. Ela existe desde os primórdios da história ('descobertas' de novas terras, colonizações etc.) até a modernidade. Enquanto que o conceito de globalismo remete à forma capitalista do recente processo de globalização. Porém, devido à realidade sociocultural que vivemos hoje (coincidência histórica?), é necessário que os dois sejam sempre postos lado a lado para uma análise mais profunda.

O Estado Capitalista contemporâneo desempenha um papel fundamental no âmbito do globalismo especialmente no que diz respeito às articulações políticas que favorecem a modernização das relações e do modo de produção. As relações de poder que dão direção política ao Estado e que permite a formação de alianças estratégicas deste com as classes dominantes dão origem ao processo acelerado de globalização que testemunhamos hoje. Esta ação do estado desencadeia impactos profundos que afetam as relações sociais de produção, exigindo, assim, uma nova redefinição das relações de poder e uma definição de novas políticas coordenadas pelo próprio Estado. Para entendermos melhor como o processo de globalização se intensificou tanto é preciso entender o papel que desempenha o Estado Capitalista Moderno neste processo. Como ele consegue se utilizar das estruturas para, ao mesmo tempo, atender aos interesses dos dominantes e articular a garantia institucional do poder político que lhe é atribuído.

A princípio o Estado tem como função principal assegurar o cumprimento de decisões coletivas dos membros da sociedade para o bem estar comum, porém, de acordo com Jessop, o interesse comum nunca é simétrico, o que leva o Estado Capitalista Moderno, com a queda do socialismo real e do liberalismo, a assumir o papel de *privilegiador* dos interesses particulares em detrimentos dos interesses gerais. E, em se confirmando a lógica do acontecimento, com a nova configuração

internacional que favorece o surgimento de um Estado Capitalista Neoliberal, a tendência é que o abismo entre as diferentes classes (dominante e dominada) seja cada vez mais vertiginoso.

Conforme o próprio FARIA menciona no texto, tem se sempre a impressão de que o tema da globalização é um assunto já esgotado. A verdade é que, ainda que existem diversas publicações sobre o assunto, poucas são de caráter tão didático como este. A leitura da obra coloca o leitor em uma outra dimensão em que ele passa a olhar a questão com outros olhos. A visão se encaixa de maneira tão perfeita às aspirações do nosso estudo que a nossa crítica a ela se restringiria a uma simples contribuição para ilustrar dois aspectos sobre a globalização e o globalismo. Um deles é a questão da extinção do Estado Nação que foi mencionada no texto (pág. 2) e o outro se refere ao problema do crescimento exponencial da diferença entre as classes, resultante do globalismo. São questões tão pertinentes que achamos que nunca é de mais lhes proporcionar um destaque maior.

Primeiro falaremos da questão do Estado de Direito. Quando se fala em Estado-Nação, não se pode deixar de se referir à soberania. A partir do momento em que se define o Estado Capitalista Moderno como um aparato para fazer prevalecer os interesses de uma minoria dominante, e sabendo que os interesses dessa minoria está transcendendo aos limites territoriais, a soberania, critério jurídico de um Estado Nação, fica, com certeza, confrontada à questão do globalismo, fenômeno transfronteiriço e transnacional que a põe a dura prova.

Na sociedade internacional, assim como dentro do Estado, as soberanias se confrontam às múltiplas barreiras do globalismo e as manifestações essencialmente econômicas desse fenômeno (fluxos monetários, liberação das trocas comerciais e crescimento das firmas transnacionais), apoiadas pelo progresso tecnológico e de comunicações sem precedente, resultaram na formação de um mercado planetário que

escapa ao controle do Estado. Assim, diante do retrocesso da sua capacidade de exercer suas funções, este último se desengaja. Daí resultam relações de força, mas também de coexistência entre soberania e um globalismo que se impõe como realidade incontornável, obrigando a soberania, numa busca de conciliação, a se renovar e a tornar-se cada vez mais modesto. E, se me permitem o plágio, eu diria que o Estado “de Direita” se transforma em Estado de Direito Econômico. E neste braço de ferro, como todo mundo deve saber, as populações do Sul perdem sempre. Os Tigres Asiáticos perdem pouco. A América Latina perde um pouco mais. E quem perde mais senão os PMA ?.

Quanto à questão das desigualdades, ela está um pouco atrelada à primeira questão. Alguns estudos, sutilmente, tentam mostrar evidências de que nos últimos anos, a liberalização econômica e o globalismo contribuíram para reduzir as desigualdades entre os povos, principalmente os dos países em (sub)desenvolvimento. Gostaríamos de trazer dois índices para nos ajudar a esclarecer este fato. Os dados são extraídos do “Dossier Special du Le Monde” de domingo 9 de Novembro de 2003 intitulado “Les Riches du Nouveau Monde”. O primeiro índice é o da *Forbes* que faz um ranking dos bilionários. Dos 500 classificados em 2003, 84 eram originários de países chamados de emergentes. Em 1991, numa classificação dos 200 maiores fortunes, 32 eram também originários de países emergentes, só que países como a Índia, a Rússia e a Malásia eram ausentes da lista.

O segundo índice é o do Banco Mundial que mede os efeitos do globalismo através do piso absoluto de pobreza, isto é US\$ 1,00 por dia e por habitante. Um olhar panorâmico mostra que o número de pessoas vivendo na extrema pobreza passou de 29,60% em 1990 para 23,20% em 1999. Porém, uma análise detalhada destes números mostrará que esta versão feliz do globalismo não é idêntica em todos os continentes. Só a exclusão da China com seu peso demográfico destes cálculos mostra

outra realidade: a redução passa a ser duas vezes menor. Na América Latina a situação não melhorou e na África Subsaariana e no bloco soviético, a miséria, infelizmente, se agravou visivelmente.

Os bilhões da Forbes de um lado, o US\$ 1,00 do Banco Mundial do outro, estes dois indicadores participam do mesmo debate: O globalismo contribui para aumentar as desigualdades sociais? O fato é que em meados dos anos 1990, o elo entre os mais ricos e os mais pobres na China era menor que nos Estados Unidos. Situação que hoje se inverteu. O crescimento econômico cavou uma vala enorme entre as cidades e o campo, entre as regiões costeiras e o interior do país e, pior ainda, entre profissionais qualificados e profissionais não qualificados. Este último fator, responsável (de acordo com a embaixada da França na China) de mais de 50% das disparidades, deve-se à concorrência da mão-de-obra estrangeira. Entre 1990 e 1999 a renda dos 1% mais ricos cresceu em torno de 11%; dos 50% mais pobres, 4,9% e dos 1% mais pobres apenas 3%. Na América do Sul, as desigualdades são praticamente dados históricos. Os últimos vinte anos de abertura econômica não mudaram quase nada. Pelo contrário, no Brasil, os 20% mais ricos detêm 65% das riquezas contra 37,5% na Coreia do Sul.

Nesses países, como dentre os campeões de crescimento asiático, apenas uma parcela minúscula da população adentrou padrões de consumo podendo ser comparados aos do Ocidente. Porém, esta pequena parcela, pode chamar a atenção de empreendedores em busca de novos mercados. Só para citar o caso da Índia, 200 milhões de indianos estariam numa faixa de renda que lhes permite adquirir bens duráveis como uma TV, por exemplo. Metade destes estariam em condição de adquirir produtos fabricados no exterior. Isto representa um enorme mercado mas sobreposto ao bilhão de indianos, não representa nada mais que um indiano em dez. São estes os felizardos do globalismo?

Dentro dessa perspectiva, pensando bem, seria um erro muito grave

não levar em consideração as manifestações ocorridas, nos últimos anos em Seattle, Washington e Praga. A maior parte dos líderes radicais que conduziam os protestos podiam até estar na margem da política econômica das suas nações, mas contribuíram muito para que seja dada a largada para uma fase de profunda reavaliação do fenômeno da globalização, principalmente entre governos, economistas e corporações que, até então, eram conduzidos por pensamentos desgovernados e por incessantes e infrutíferos congressos acadêmicos.

Esta reavaliação e questionamento do fenômeno parece-me, vieram um pouco tarde. Nas duas últimas décadas do século XX, a globalização do capital era ancorada por saltos na tecnologia, pelo fracasso do socialismo (comunismo) e pelo aparente milagre econômico na Ásia Oriental. Está mais do que na hora de cair na real e se perguntar se a abertura dos mercados, por si só, resolve os problemas de crescimentos econômico e social sustentáveis de que precisam as populações dos países mais pobres. Em suas corridas pelo lucro, se as multinacionais promoveram o crescimento econômico de um lado, será que também não cometeram, por outro lado, abusos trabalhistas, ambientais e de direitos humanos através do planeta?

Para que o globalismo passe deste para um outro nível (um passo adiante?), é preciso um olhar mais sofisticado nas vantagens e desvantagens desta integração econômica. E para avaliar os dados cada vez mais impressionantes resultantes dela, é preciso vasculhar o planeta, dos desertos do Chad às fábricas em Guatemala, passando pelos oásis do Saara e pelas selvas africanas. Só assim poderemos testemunhar o real impacto do globalismo sobre estas nações, dentre as mais miseráveis do mundo. São trabalhadores se esforçando de forma desumana por mais de dezasseis horas diárias, “ganhando” uma miséria para produzir trajes artesanais vendidos nos Estados Unidos da América ou na Europa a preço de ouro. São mendigos camponeses lutando para ver companhias

petrolíferas fora de suas terras. Mas são também alguns operários que ostentam uma mudança brusca em seus padrões de vida, são burocratas astutos que fizeram bom uso dos mercados para trazer crescimento a economias ora tidas como moribundos.

Enfim, existem vários exemplos de como investimentos temerários produziram muitos danos e de exemplos de como eles produziram o oposto. Na verdade todos os investimentos fazem isso, uns ganham e outros perdem, mas a questão crucial aqui não é se o globalismo é bom ou ruim e sim por quê ele está produzindo resultados tão diferentes em países tão diferentes. Talvez, reescrevendo a mesma pergunta, a pergunta seria: por quê ele está produzindo resultados tão iguais em países diferentes? De que forma ele está afetando a dinâmica da pobreza nos países em que entra? Uma resposta essencial seria aquela que envolvesse tanto empreendedores quanto líderes governamentais, operários e agricultores para saber como todos estes estão sendo afetados pelo globalismo.

Só para citar alguns dados iniciais, podemos afirmar que os extremos do globalismo são impressionantes. Enquanto que as economias da Ásia Oriental alcançaram um rápido crescimento (econômico), registrou-se um crescimento quase nulo no restante do mundo em via de desenvolvimento. A renda dos países da América Latina, que crescia praticamente 75% nos anos 1960/70 quando as economias da região eram “fechadas”, cresceu menos de 6% nas últimas duas décadas de integração econômica. Na África Sub-Saariana e no antigo bloco da Europa Oriental, as rendas médias caíram. O Banco Mundial estima que o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,00 por dia aumentou, para 1,30 bilhão, na última década (Tabela 2). Uma marca registrada do globalismo é o seu impacto profundo em todas as camadas das sociedades afetadas por ele, indo de fusões financeiras até práticas, por parte das multinacionais, de atos que nunca seriam tolerado no Ocidente.

TABELA 02: NÚMERO DE PESSOAS VIVENDO COM MENOS DE 1 DÓLAR POR DIA (EM MILHÕES)

Região	1987	1990	1993	1996	1998
Leste Asiático e Pacífico	417.5	452.4	431.9	265.1	278.3
Europa Oriental e Ásia Central	1.1	7.1	18.3	23.8	24.0
América Latina e Caribe	63.7	73.8	70.8	76.0	78.2
África do Norte e Oriente Médio	9.3	5.7	5.0	5.0	5.5
Ásia do Sul	474.4	495.1	505.1	531.7	522.0
África ao Sul do Saara	217.2	242.3	273.3	289.0	290.9
Total	1.183,2	1.276,4	1.304,4	1.190,6	1.198,00
	0	0	0	0	

FONTE: Banco Mundial, Poverty Reduction and the World Bank: Progress in Fiscal 1999 (Washington Dc, 2000).

A exemplo da tabela 1, podemos notar que nas regiões com maior concentração de PMA (África ao sul do Saara, por exemplo) o índice de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,00 ao dia vem aumento drasticamente apesar de o quadro geral mostrar uma ligeira melhoria no nível de vida das populações pobres.

Preocupado ainda mais com as possíveis consequências do *globalismo*, o ora muito importante impulso para novos acordos comerciais está desde já paralisado. Um ambicioso Acordo de Investimentos Multilaterais, que deveria supostamente remover todas as restrições pendentes acerca de investimentos externos de corporações, foi para água baixo em 1999. Assim como foram as esperanças de um ciclo de reuniões sobre um novo comércio global através da Organização Mundial do Comércio.

Todo esse processo partiu de uma iniciativa que ficou conhecida como o *Consenso de Washington*. Esta expressão grandiosa não denomina, nada mais nada menos, que uma nova concepção do mundo enfiada *goela abaixo* pelo Tesouro Americano, o FMI e o Banco Mundial

no início dos anos 1990, aos países economicamente mais fracos. Em nossa dissertação falaremos mais sobre ele, mas desde já queremos adiantar que o consenso estabelecia que todos os países deveriam abrir seus mercados para comercialização, investimentos diretos e para entradas de capitais em curto prazo o mais rápido possível. Para os seus idealizadores, esta transição seria dolorosa, porém, inevitavelmente, os mercados de todos os países se equilibrariam, resultando, futuramente numa prosperidade para todos.

Visto de outra forma, esta perspectiva poderia ser classificada de ou totalmente ingênua ou de altamente instrumental. Os mercados livres que sentiram o lado mais negativo da equação foram de longe liderados por Wall Street apesar da objeção de vários economistas. De fato, será que as nações em desenvolvimento tinham a necessidade de importar capital e *know how* financeiro estrangeiros para continuarem crescendo? Muitas dessas nações simplesmente não conseguiram lidar com a forte injeção de capitais. Resultado: formou-se um enorme elefante branco industrial e projetos colossais que abocanharam fundos e bombas em forma de dívidas em moedas estrangeiras que explodiram primeiro no México em 1994 e mais tarde na Ásia Oriental, a América do Sul no final dos anos 1990 e atingindo praticamente todos os países emergentes. E os mais atingidos foram os países menos avançados, principalmente os da África.

Uma concepção mais realista está tomando forma nesse cenário. Ela parte das mesmas premissas do Consenso de Washington mas reconhece que as multinacionais devem ter responsabilidades sociais em nações onde a regulamentação das leis é deficitária. E ela dispensa a noção errônea de que a abertura dos mercados trará, de forma mágica, prosperidade em todas as condições. Hoje até o FMI está alertando sobre o fato de que um nível muito alto de integração econômica pode ser perigoso para o crescimento de certas nações, ou até para o alcance, de

todas as nações, de um certo desenvolvimento econômico.

A onda de abertura e liberalização de mercados para todas as nações levantada pelo FMI foi baseada em lógicas de mercado. Reconheceram o equívoco mas um pouco tarde demais. Até o pensamento mais ortodoxo de que os países em desenvolvimento teriam rapidamente derrubado suas barreiras de importação, eliminando assim o papel do Estado na área industrial, está sendo questionado. Pode-se pensar que, antes que o comércio e o capital estrangeiros sejam transformados em crescimento sustentável, os governos deveriam primeiro proporcionar uma estabilidade política, uma sólida gestão econômica e uma boa qualificação dos seus trabalhadores.

Mas, na realidade, os Tigres da Ásia Oriental dispunham desta estrutura quando entraram no sistema de integração de mercados; a maior parte dos países da América Latina e da África não tinham. “*Para obter benefícios da abertura dos mercados e dos fluxos de capitais, precisa-se de uma base de desenvolvimento mais ampla*” afirmava DANI RODRIK (1999), economista da Harvard University cujas pesquisas causaram fortes impactos em defender a idéia de que não há uma relação direta entre globalismo e crescimento nos países em desenvolvimento”.

A busca por uma forma mais inteligente de se fazer frente ao movimento do globalismo está mais evidente nos próprios países em desenvolvimento. Ao contrario dos PMA, a Rússia está começando a se recuperar da corrupção massiva, da volatilidade de capital e do colapso econômico dos anos 1990. Os cenários na Romênia e na Hungria estão parecidos. A economia retrocedeu 14% entre 1996 e 2000, e ainda os dirigentes não sabem qual caminho seguir. Outros países enfrentam situações tão dramáticas que seria preciso de, no mínimo, uma década para que eles começassem a pensar em levantar barreiras comerciais e financeiras. Apesar da abertura considerável, o crescimento nos países da África ao sul do Saara caiu de 3,5% nos anos 1970 para 2,2% nos

anos 1990. Sem contar que o investimento estrangeiro está se tornando cada vez mais desprezível. De acordo com a ONU, as corporações não têm nada contra a África. É que apenas falta a ela estrutura, estabilidade e pessoas qualificadas. Só que esqueceram de mencionar um “pequeno detalhe”: 40% da renda advinda das exportações africanas servem para pagar juros da dívida externa. Em um recente pronunciamento, o Presidente Abdoulaye Wade do Senegal gerou um tremendo mal estar ao afirmar que, no ritmo em que caminham as coisas, os países da África ao Sul do Saara precisariam mais de dois séculos para sanar suas dívidas.

Da mesma forma que não existem políticas unilaterais de desenvolvimento econômico, também não há regras claras para um comportamento corporativo. Equilibrar o crescimento econômico junto com legislações ambientais e trabalhistas é uma tarefa muito complexa em países onde as pessoas vivem literalmente na margem. Muitas nações economicamente pobres resistem fervorosamente à discussão sobre questões ambientais e trabalhistas com medo de que o processo seja monopolizado ou até apropriado por protecionistas ocidentais.

Uma discussão muito séria sobre globalização e globalismo já começou. Até agora ela tem sido dominada por extremistas dos dois lados: radicais *anti globalismo* de um lado e *pró-globalismo*, do outro. Neste estudo não pretendemos fazer o papel do ideólogo com a agenda lotada de idéias surrealistas. Pretendemos fazer uma análise do globalismo da forma mais concreta possível a fim de chegar a conclusões também concretas. Uma década atrás, quando o mundo inteiro estava ainda de olhos grudados na queda do muro de Berlim, aí sim, teria feito sentido desenvolver doutrinas rígidas ou radicais. Mas, agora, a batalha para as economias de mercado já foi decidida e os fracassos em tentar forçar cada país a entrar no mesmo caminho têm ficado claros. Para o que globalismo faça um novo passo, está na hora de se pensar num novo Consenso. Bem mais sábio que o de Washington.

Para elaborar nosso trabalho, basearemos-nos nos trabalhos de alguns renomados autores, dentre os quais podemos citar os trabalhos do Professor JOSE HENRIQUE DE FARIA (2004) sobre globalismo, Estado e Capitalismo Contemporâneo e sobre as relações de trabalho. Temos também os trabalhos publicados por BERR (2003) sobre o saldo da dívida dos países em desenvolvimento e as novas perspectivas, as publicações de BOYER (2001) sobre a institucionalidade do pós Consenso de Washington e sua sistêmica, os estudos de SALAI-I-MARTIN (2002) sobre a distribuição mundial de renda e de STIGLITZ (1998) sobre a grande desilusão que já mencionamos anteriormente.

Faremos também referência aos estudos de WADE (2004) sobre a relação entre globalismo, pobreza e desigualdades sociais, dos estudos de SINGER (2001) sobre a relação entre globalização e desemprego, dos estudos de WILLIAMSON (declaradamente o pai do Consenso de Washington) sobre a relação entre o Banco Mundial e o Consenso de Washington, de BORENSZTEIN (1998) sobre a relação entre Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) e crescimento econômico e dos estudos de GOURINCHAS (2002) sobre os efeitos da liberalização financeira nas economias de países emergentes.

Para terminar faremos também uma revisão dos estudos de FOREMAN-PECK (1998) sobre os fundamentos históricos da globalização, de OTAVIO IANNI (1999) sobre a era do globalismo, de SANTOS (2000) sobre o pensamento único à consciência universal e, por fim, de GORENDER (1997) sobre globalismo e relações de trabalho

3.1. DELIMITAÇÃO E *DESIGN* DA PESQUISA

3.1.1. Delineamento de Pesquisa

A pesquisa proposta será desenvolvida, especificamente, sobre

dados extraídos de relatórios sobre os países mais pobres do planeta. A abordagem metodológica a ser utilizada será descritivo-analítica. Adota-se a perspectiva de análise longitudinal tendo em vista que as categorias analíticas serão investigadas ao longo do período compreendido entre 1980 e 2004. A unidade de análise é formada pelo grupo dos cinquenta países mais carentes do planeta, denominados de PMA.

3.1.2. População.

A população da pesquisa será composta (inicialmente) pelos cinquenta países menos avançados do planeta, sendo que 35 na África, 09 na Ásia, 05 no Pacífico e 01 nos Caribes.

- **OS CINQUENTA PAÍSES MENOS AVANÇADOS (LDC):**

ÁFRICA: Angola, Benin, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gambia, Guiné Conakry, Guiné Bissau, Guiné equatorial, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mozambique, Mauritania, Niger, Uganda, República Centroafricana, República Democrática do Congo, Tanzania, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somalia, Sudão, Chad, Togo, Zambia.

ÁSIA: Afganistão, Bangladesh, Butão, Cambodge, Maldivas, Birmania, Nepal, Laos e Yémen.

PACÍFICO: Ilhas Salomão, Kiribati, Samoa, Tuvalu, Vanuatu.

CARIBES: Haïti

3.2. CONCEITO DE PMA

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu uma lista dos PMA que conta hoje com cinquenta países. Esta lista é atualizada a cada três anos pelo Conselho Econômico e Social (CES), seguindo as recomendações do Comitê Político de Desenvolvimento (CPD). Os critérios atualmente utilizados para elaborar esta lista são os seguintes:

- **Baixa renda:** mensurada pelo PIB/habitante;
- **Escassez de recursos humanos:** mensurados através de um índice composto (o indicador físico revisado da qualidade de vida), baseado em diversos indicadores:
 - Nutrição (ingestão de calorias por habitante em % das necessidades diárias);
 - Saúde (taxa de mortalidade infantil);
 - Educação (taxa de escolarização no ensino primário e secundário) e,
 - Alfabetização (taxa de alfabetização da população adulta)
- **Uma forte vulnerabilidade econômica:** mensurada através de um índice composto (índice de vulnerabilidade econômica) baseado nos seguintes indicadores:
 - Instabilidade da produção agrícola
 - Instabilidade dos exportadores de bens e serviços
 - Importância econômica das atividades não tradicionais (proporção das atividades de manufatura e de serviços modernos no PIB)
 - Concentração das exportações (índice de concentração das exportações de mercadorias da CNUCED) e,
 - Dimensão econômica (logaritmo da população)

3.2.1 CRITÉRIOS PARA ESTABELEECER A LISTA DOS PMA NOS ANOS 90

- **PIB por habitante**

Média de três anos, convertida à taxa de cambio de cada ano.

Piso para sair da lista: mais de US\$ 700 (1991), mais de US\$ 800 (1994) e mais de US\$ 900 (1997).

- **Indicador físico da qualidade de vida**

Calculado como média simples dos quatro índices parciais seguintes:

1. Saúde: expectativa de vida ao nascer
2. Nutrição: ração calórica diária por habitante em percentagem das necessidades diárias.
3. Educação: taxas combinadas de escolarização primária e secundária.
4. Educação: taxa de alfabetização dos adultos.
 - Piso para sair da lista: 52.

- **Indicador de diversificação econômica.**

Calculado como média simples dos quatro índices parciais a seguir:

1. Proporção da produção manufaturada no PIB.
2. Proporção do total de empregos na indústria
3. Consumo anual de energia comercial por habitante
4. Índice de concentração das exportações de mercadorias da CNUCED.
 - Piso para sair: superior a 25 (1991) e superior a 29 (1994 e 1997)
 -

3.2.2 CRITÉRIOS PARA ESTABELEECER A LISTA DOS PMA DESDE 2000.

- **PIB por habitante**

Média de três anos, convertida à taxa de cambio de cada ano.

- Piso para sair da lista: mais de US\$ 1.035.

- **Indicador físico da qualidade de vida**

Calculado como média simples dos quatro índices parciais seguintes:

1. Saúde: mortalidade de crianças com menos de 5 anos.
2. Nutrição: ração calórica diária por habitante em percentagem das necessidades diárias.
3. Educação: taxas combinadas de escolarização primária e secundária.
4. Educação: taxa de alfabetização dos adultos.
 - Piso para sair da lista: superior a 68

- **Índice de Vulnerabilidade Econômica.**

Calculado como média simples dos quatro índices parciais seguintes:

1. Proporção da produção manufaturada e de serviços não governamentais no PIB.
2. Índice de concentração das exportações de mercadorias da CNUCED.
3. Indicador da instabilidade da produção agrícola.
4. Indicador da instabilidade das exportações de bens e serviços.
5. Tamanho da população (em logaritmo).
 - Piso para sair: inferior a 31.

- **Considerações (qualitativas) complementares.**

Se qualquer um dos três critérios se aproxima do piso, um perfil de vulnerabilidade do país é traçado para que os membros do Comitê de políticas de desenvolvimento possam decidir ou incluir o país na lista dos PMA ou de excluí-lo da lista.

QUADRO 01: CRITÉRIOS E INDICADORES PERMITINDO A INCLUSÃO OU A EXCLUSÃO DE UM PAÍS DA LISTA DOS PMA

Critérios utilizados para estabelecer a lista dos PMA nos anos 90	Critérios revisados utilizados para estabelecer a lista dos PMA desde 2000.
1. PIB por habitante	1. PIB por habitante
Média de três anos, convertida à taxa de cambio de cada ano.	Média de três anos, convertida à taxa de cambio de cada ano.
Piso para sair da lista: mais de US\$ 700 (1991), mais de US\$ 800 (1994) e mais de US\$ 900 (1997).	Piso para sair da lista: mais de US\$ 1.035.
2. Indicador físico da qualidade de vida	2. Indicador físico da qualidade de vida
Calculado como média simples dos quatro índices parciais seguintes:	Calculado como média simples dos quatro índices parciais seguintes:
<ul style="list-style-type: none"> • Saúde: expectativa de vida ao nascer 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde: mortalidade de crianças com menos de 5 anos.
<ul style="list-style-type: none"> • Nutrição: ração calórica diária por habitante em percentagem das necessidades diárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nutrição: ração calórica diária por habitante em percentagem das necessidades diárias.
<ul style="list-style-type: none"> • Educação: taxas combinadas de escolarização primária e secundária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação: taxas combinadas de escolarização primária e secundária.
<ul style="list-style-type: none"> • Educação: taxa de alfabetização dos adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação: taxa de alfabetização dos adultos.
<ul style="list-style-type: none"> • Piso para sair da lista: 52. 	<ul style="list-style-type: none"> • Piso para sair da lista: superior a 68.
3. Indicador de diversificação econômica.	3. Índice de Vulnerabilidade Econômica.
Calculado como média simples dos quatro índices parciais a seguir:	Calculado como média simples dos quatro índices parciais seguintes:
<ul style="list-style-type: none"> • Proporção da produção manufaturada no PIB. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção da produção manufaturada e de serviços não governamentais no PIB.
<ul style="list-style-type: none"> • Proporção do total de empregos na indústria 	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de concentração das exportações de mercadorias da CNUCED.
<ul style="list-style-type: none"> • Consumo anual de energia comercial por habitante 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador da instabilidade da produção agrícola.
<ul style="list-style-type: none"> • Índice de concentração das exportações de mercadorias da CNUCED. 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicador da instabilidade das exportações de bens e serviços.
<ul style="list-style-type: none"> • Piso para sair: maior que 25 (1991) e maior que 29 (1994 e 1997) 	<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da população (em logaritmo). • Piso para sair: inferior a 31.
	4. Considerações (qualitativas) complementares.
	Se qualquer um dos três critérios se aproxima do piso, um perfil de vulnerabilidade do país é traçado para que os membros do Comitê de políticas de desenvolvimento possam decidir ou incluir o país na lista dos PMA ou de excluí-lo da lista.

FONTE: Elaborado pelo autor.

3.2.3. DADOS: COLETA E TRATAMENTO.

A coleta de dados se dará por meio de fontes secundárias.

FONTES SECUNDÁRIAS

Os dados secundários referentes às pressões do contexto ambiental, técnico e institucional serão coletados em jornais e revistas, periódicos especializados e em pesquisas acadêmicas anteriormente realizadas. As revistas serão basicamente as publicações do FMI, Banco Mundial, UNCTAD, PNUD, UMOA e outros órgãos do tipo. Porém como em se tratando de um tema tão polêmico, teremos que recorrer também a outras fontes de dados.

3.2.5. TRATAMENTO DOS DADOS

Nesta pesquisa, os dados obtidos de fontes secundárias serão tratados, predominantemente, de forma qualitativa, já que a técnica de análise a ser utilizada será a análise documental, com posterior análise de conteúdo.

Conforme anunciamos anteriormente, os dados da pesquisa serão basicamente secundários. Os dados serão tratados através de uma regressão linear para avaliar o nível de integração de cada país, o seu crescimento e o variação do nível de renda (ou de vida) de sua população.

IV. METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta a metodologia de pesquisa que será utilizada para verificação empírica da influência dos constructos: abertura econômica, integração financeira, políticas governamentais e crescimento econômico. Considera-se neste sentido, os aspectos relacionados à especificação do problema, ao delineamento e delimitação da pesquisa.

4.1. ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

4.1.1. Perguntas de pesquisa

- Quanto maior a abertura econômica de um país, maior será o seu crescimento econômico?
- Quanto menor o grau de abertura econômica de um país, menor será o crescimento econômico?;
- Quanto maior a integração financeira entre dois países, maior será o seu crescimento econômico?;
- Quanto maior o grau de transferência tecnológica e gerencial entre um país do Sul e um país do Norte, maior o primeiro terá a chance de qualificar seus trabalhadores?
- Quanto maior o grau de aplicação do Consenso de Washington maior o grau de integração financeira?
- Quanto maior a aplicação dos preceitos do consenso washington maior o comprometimento do governo com as instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI etc)?

4.1.2. Apresentação das variáveis

Serão consideradas neste estudo como variáveis independentes os constructos interrelacionados: globalismo e crescimento económico, onde esta relação será verificada através das variáveis de mediação que são a integração financeira internacional, o consenso de Washington, as políticas governamentais (neoliberalismo ou não) e as variações de nível de vida. Variáveis como renda per capita (média dos quartis), média salarial (variação), população vivendo com menos de US\$1,00 por dia, variação do nível de desemprego serviram de apoio para ilustrar as nossas conclusões e ajudar a corroborar ou refutar as nossas perguntas de pesquisa.

4.1.3. OUTROS CONCEITOS

- ♦ **Globalismo:**

O processo de regressão dos arranjos sociais e culturais não é um fenómeno novo. Ele existe desde os primórdios da história (“descobertas” de novas terras, colonizações etc.) até a modernidade e se chama globalização. Quanto ao *globalismo*, ele remete à forma capitalista do recente processo da globalização. (FARIA, 2004)

“O globalismo, por seu turno, é um conceito mais específico que remete à forma de organização econômica, jurídica, política, social, cultural e ideológica atual do modo de produção capitalista e seu projeto imperialista. (FARIA, 2004a, p.99)

- ♦ **Consenso de Washington:**

Conjunto de medidas impostas, no início da década de 1980, pelas instituições financeiras (Banco Mundial, Federal Reserve e Fundo Monetário Internacional), até então relegadas ao segundo plano desde a

explosão do sistema de *Bretton Woods*, para integrar todos os países do terceiro mundo ao mercado capitalista em construção. Esta integração é feita a través de um conjunto de planos de ajustamento estrutural.

▪ **Neoliberalismo**

Em geral, admite-se que o neoliberalismo trata de um conjunto de idéias advindas , de um lado da Escola Austríaca com Hayek e von Mises (Sociedade Mont Pèlerin, Suíça, 1947) e por outro, um conjunto de receitas monetaristas, inspiradas em Friedman sendo que ambos correlacionam a liberdade política à liberdade econômica (VADELL, 1997).

“A ideologia neoliberal, numa definição ampla, deve ser considerada, então, uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses” (BOITO JR. 1999 – P. 20).

• **Integração Financeira**

A definição de integração financeira é dada por uma situação em que *“a lei de um preço rege um dado ativo financeiro, isto é, residentes domésticos e estrangeiros comercializam ativos idênticos sobre o mesmo preço, e, para isso, basta que não existam barreiras ao movimento de capitais”*. A esta definição se acrescenta-se a restrição de que ativos identicamente definidos, emitidos em jurisdições políticas diferentes e denominados em moedas diferentes, sejam substitutos perfeitos em todas as carteiras de ativos privadas (MONTIEL, 1993).

• **Liberalização Financeira.**

A liberalização financeira é definida como o aumento do grau de

abertura financeira, ou seja, pelo aumento da facilidade com que os residentes de um país podem adquirir ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e os não-residentes podem operar nos mercados financeiros domésticos (AKYÜZ, 1991).

- **IDH**

Desde o final da década de 70, por força da necessidade de amparo os PMA, a ONU e posteriormente alguns organismos internacionais como a UNESCO, UNICEF e OMS passaram a adotar apontamentos qualitativos para o padrão de vida das pessoas, os chamados **IDH - Índices de Desenvolvimento Humano**. A mensuração dos dados sociais passou a interessar os governos, o mercado e a sociedade civil organizada – SCO.

V.
INTEGRAÇÃO FINANCEIRA E CRESCIMENTO ECONÔMICO
DE PAÍSES MENOS AVANÇADOS

5.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS AO CAPITULO V

A onda de integração financeira que se iniciou em meados dos anos 1980 tem sido marcado por um crescimento dos fluxos de capital entre países industrializados e, mais precisamente, entre países industrializados e países chamados de emergentes (PRASARD, ROGOFF, WEI e KOSE, 2003). Em alguns casos esta ampla circulação de capital tem sido associada a notáveis taxas de crescimento. Em outros, porém, o que se viu foi um colapso generalizado nas taxas de crescimento e severas crises financeiras que causaram sérios estragos em termos sociais e macroeconômicos. Como conseqüências disso, um intenso debate foi armado nas esferas acadêmica e política para se discutir os reais efeitos da integração financeira nos países emergentes.

A essência destes debates, infelizmente, tem se limitado somente em precárias evidências causais e empíricas. O objetivo principal deste estudo é apresentar uma avaliação das evidências empíricas dos efeitos da integração financeira nas economias de países emergentes. Nele serão abordadas três questões fundamentais: (i) existe uma relação sustentável entre integração financeira e crescimento econômico nos países emergentes? (ii) qual o impacto desta integração na volatilidade macroeconômica destes países? e (iii) quais os fatores necessários para que eles tirem proveito desta integração?

As conclusões sobre o assunto são informativas se vistas de uma perspectiva política. Da mesma forma que muitas economias emergentes

com um alto grau de integração financeira têm mostrado um alto grau de crescimento econômico, também existem, na teoria, diversas abordagens segundo quais a abertura influencia o crescimento. Contudo, uma análise sistemática das evidências mostra que é muito difícil estabelecer uma sólida relação causal entre grau de integração financeira e performance econômica. As flutuações no consumo são consideradas de impacto negativo na solidez da economia. Existem algumas evidências de que a integração financeira levou alguns países em direção a estabilidade apesar dos grande benefícios que estes teriam tido dentro desta abordagem. De fato, níveis baixos ou até moderados de integração financeira podem ter expostos certos países a maiores taxas de volatilidade no consumo em relação às da produção. Dessa maneira, enquanto não há nenhuma prova nos dados de que a integração financeira tem beneficiado o crescimento, existem evidências de alguns países ficaram sujeitos, como consequência dela, a uma maior volatilidade de consumo.

Desde que o objetivo principal deste trabalho é o de fornecer evidências empíricas e não de emitir implicações definitivas, alguns princípios gerais, contudo, nascem da análise sobre como se pode maximizar os benefícios da integração e ao mesmo tempo controlar os riscos advindos dela. A estrutura das instituições financeiras domésticas parece ter um papel muito importante neste aspecto. Pesquisas mostram que ela possui um impacto quantitativamente importante na habilidade de cada país em atrair investimentos estrangeiros diretos e a vulnerabilidade deste as crises.

Uma revisão das variáveis disponíveis não fornece um mapa claro de países que iniciaram ou que expressaram o desejo de se lançar no caminho desta integração. Por enquanto, ainda se pergunta se é necessário já possuir boas instituições antes de se engajar numa liberalização do capital ou se a liberalização em si só ajuda na

importação de melhores práticas e na melhoria das instituições domésticas. Além do mais, nem as evidências teóricas e nem as práticas têm apresentado respostas claras e definitivas para o assunto. Nos últimos anos, tais questões somente puderam ser abordadas dentro do contexto específico e das características institucionais de cada país. Na seção seguinte algumas características da integração financeira serão analisadas a partir de uma perspectiva dos países emergentes. Na parte seguinte analisaremos a direção em que a globalização financeira impacta sobre o crescimento e a volatilidade nesses países. Discutiremos também a relação entre a qualidade das instituições e os riscos/benefícios trazidos pela integração financeira internacional.

5.2. CONCEITOS GERAIS

Globalização financeira e integração financeira são, em princípios, conceitos diferentes. A globalização financeira é um conceito agregado que se refere aos crescentes vínculos criados através dos fluxos financeiros além das fronteiras do Estado. Enquanto que a integração financeira diz respeito às relações de um dado país com o mercado internacional de capitais. Estes dois conceitos são muito próximos um do outro. Por exemplo, o aumento da globalização financeira está intrinsecamente associado ao crescimento da integração financeira. Em nosso estudo estes dois conceitos serão usados com o mesmo sentido. Mais relevante ainda para este estudo é a distinção entre os conceitos *de jure* e *de fato*.

O primeiro se refere às políticas internas sobre liberalização de capital e o segundo trata dos fluxos reais de capitais nesses países. Por exemplo, indicadores que medem as restrições governamentais acerca de remessas de capitais para fora do território nacional têm sido bastante

usado na literatura. De acordo com essas medidas, muitos países da América Latina poderiam ser considerados fechados aos fluxos internacionais de capital, porém o volume de capital real atravessando as fronteiras desses países tem sido bastante elevado se considerarmos as transações médias dos países emergentes.

Sendo assim, esses países são considerados, de uma perspectiva *de fato*, como potencialmente abertos aos fluxos internacionais. Em contraste, alguns países africanos têm poucas restrições formais sobre as transações financeiras, porém as mesmas são muito baixas se consideramos as médias dos outros países. O nosso estudo, portanto, será muito mais baseado numa análise do cenário *de fato* da integração financeira, até mesmo porque é praticamente impossível comparar a eficácia das diversas e complexas restrições entre países. Contudo levaremos em conta a relação entre estes dois indicadores.

Algumas características dos fluxos internacionais de capitais são muito relevantes para as idéias centrais do nosso estudo. Primeiro, o volume dos fluxos de capitais entre países cresceu substancialmente na última década. Não somente os fluxos entre os países industrializados têm aumentado, mas surgiram novos fluxos entre eles e os demais. Em segundo lugar, este acréscimo nos fluxos internacionais de países avançados para países emergentes resulta em fatores antagônicos que vão desde a liberalização de capital e de mercado de ações internos ou amplos programas de privatização até mudanças de políticas macroeconômicas por partes dos países do sul.

A importância destes fatores mostra que, apesar das interrupções temporárias nas épocas de crise ou durante as quedas mundiais do ciclo de negócios, os últimos vinte anos têm sido caracterizados por pressões sem precedentes para aumentar os fluxos de capital. Outra característica importante dos fluxos internacionais de capital é que os componentes destes fluxos diferem consideravelmente em termos de volatilidade.

Empréstimos bancários, por exemplo, são muito mais voláteis que investimentos estrangeiros diretos (IDE). Apesar de não ser fácil classificar, de forma precisa, os fluxos de capital, as evidências mostram que a estrutura dos fluxos de capital pode ter uma influência significativa na vulnerabilidade de um país às crises financeiras internacionais.

5.3. INTEGRAÇÃO FINANCEIRA E CRESCIMENTO ECONÔMICO DE PAÍSES MENOS AVANÇADOS

Nesta parte do estudo faremos um resumo dos benefícios teóricos da integração financeira para o crescimento econômico antes de fazer uma revisão das evidências empíricas. A integração financeira poderia, a priori, ajudar a elevar a taxa de crescimento da economia de diversas maneiras. Algumas dessas afetam diretamente os fatores determinantes do crescimento econômico (aumento da poupança interna, redução do custo de capital, transferência de tecnologia e/ou desenvolvimento de setores financeiros domésticos). Os caminhos indiretos, que em alguns casos podem ser até mais importantes que os diretos, incluem um aumento da produção especializada devido a um gerenciamento melhor do risco e de melhorias tanto nas políticas macroeconômicas quanto nas instituições financeiras.

A questão que se levanta é a de saber quantos dos benefícios tão anunciados para o crescimento econômico têm realmente se materializado nos países emergentes. Conforme vamos ilustrar neste estudo, a renda média *per capita* para o grupo de países com economias mais abertas cresceram a uma taxa maior do que aqueles do grupo de países com menor abertura. Contudo, se este fato reflete realmente uma relação causal ou se esta correlação é controlada por outros fatores são questões que permanecem no ar.

A literatura sobre este assunto é bastante ampla, porém não nos apresenta um cenário conclusivo. Alguns estudiosos vêem um efeito positivo da integração financeira sobre o crescimento econômico, porém a grande maioria acha que esta integração não exerce nenhum efeito sobre o crescimento ou, na melhor das hipóteses, exerce um efeito misto. Assim, uma revisão objetiva da vasta literatura até hoje mostra que o argumento de que a integração financeira *per se* causa um maior crescimento econômico não é sustentável.

Segundo vários autores (ver tabela 3), a maioria das divergências entre as rendas *per capita* não se origina da diferença na relação capital/trabalho, mas sim das diferenças no fator de produtividade total. Neste caso, se a adoção de uma abertura econômica pode resultar em um maior fluxo de capitais, ela não se mostrou propulsora de um crescimento maior por si só.

Além do mais, como mostraremos mais adiante, alguns dos países que adotaram esta postura sofreram colapsos devidos a altos custos bancários ou, simplesmente, a crises financeiras. Em suma, se a integração financeira pode, em teoria, ajudar no crescimento, ainda não se tem uma evidencia empírica de quão importante é esta relação; o que nos leva a um contraste entre integração financeira e abertura comercial. A grande maioria das pesquisas apontou uma relação positiva entre esta última e o crescimento econômico.

5.4 EFEITOS DA INTEGRAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A VOLATILIDADE MACROECONÔMICA

A integração financeira deve facilitar a gerenciamento da volatilidade tanto na produção quanto no consumo. Na realidade, algumas teorias (do FMI) explicam que a volatilidade no consumo em relação à da produção deve baixar na medida que o grau de integração

financeira aumenta. A essência da diversificação financeira global é que um país tenha a possibilidade de evacuar seus riscos internos nos mercados globais. Como a maioria dos países emergentes é bastante especializada em suas estruturas de produção, eles podem, em teoria, obter ganhos melhores através de uma repartição do risco internacional sobre o consumo, isto é, vendendo efetivamente uma parte de sua produção interna em troca de uma parte em produção global.

Porém, o quanto desses benefícios em potencial tem sido realmente obtidos? Esta é uma questão muito relevante para se entender si, apesar da volatilidade no consumo experimentada pelos países que têm vivido crises financeiras, a integração financeira protegeu estes da volatilidade no consumo. Uma nova pesquisa mostra um retrato perturbador. Enquanto que a volatilidade na produção, em média, decaiu nos anos 1990 em relação às três décadas anteriores, a volatilidade no consumo em relação à da renda aumentou, em média, nas economias emergentes nos anos 1990, que coincidiram exatamente a um período de rápido crescimento na globalização financeira. Em outras palavras, um acesso cíclico aos mercados de capital internacional parece ter tido um efeito perverso na volatilidade relativa do consumo para países financeiramente integrados.

De forma muito interessante, um olhar mais atento nos dados mostra a existência de um efeito limiar. Com baixa integração financeira, um incremento na integração é associado a uma relativa volatilidade no consumo, porém, assim que a integração ultrapassa um nível limiar, a relação se torna negativa. Isto quer dizer que para países que são suficientemente integrados, a volatilidade relativa no consumo tende a decair. Esta descoberta é muito consistente com a visão de que a integração financeira internacional pode ajudar no desenvolvimento do setor financeiro doméstico, que por sua vez ajuda a moderar a volatilidade macroeconômica interna. Contudo, estes benefícios da

integração financeira, até agora, têm exclusivamente acontecido em países industrializados.

Neste sentido, a proliferação de crises financeiras e cambiais dentre as economias emergentes é sempre vista como uma consequência natural dos malefícios associados à integração financeira. Estes podem assumir várias formas. Primeiro, investidores internacionais têm uma forte tendência entrar em negócios relâmpagos, o que pode desestabilizar economias frágeis. Segundo, investidores internacionais (em parceria com residentes domésticos) podem promover ataques especulativos, causando assim uma instabilidade não justificada pelas políticas e fundamentos econômicos desses países. Terceiro, o risco de contágio representa uma grande ameaça para países vizinhos saudáveis já que os investidores podem transferir este capital para estes países por razões não ligadas a fatores domésticos.

Em quarto, um governo, mesmo que democraticamente eleito, pode não dar uma importância grande a gerações futuras. Quando interesses de gerações atuais e futuras divergem, surge um grande problema fazendo com o governo recorra a uma quantidade enorme de dívidas. A integração financeira, em tornar muito fácil a contração de dívidas, pode agravar a questão do “superendividamento”. As hipóteses aqui levantadas não são exclusivas, cada uma podendo reforçar as outras. Em suma, um dos benefícios teóricos da integração financeira, além do salto no crescimento, é o de permitir que países emergentes gerenciem melhor sua volatilidade macroeconômica, mais precisamente que reduzam a volatilidade no consumo. A evidência empírica mostra, ao contrário, que países que se encontram nos primeiros estágios da integração econômica foram os mais expostos a riscos relativos à volatilidade, tanto na produção quanto no consumo.

5.5. PAPEL DAS INSTITUIÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO FINANCEIRA

É difícil achar uma relação causal simples entre globalização financeira e crescimento econômico ou volatilidade no consumo, porém existem evidências de uma não linearidade nessa relação. Isto é, a globalização financeira, combinada com boas políticas econômicas e uma boa governança doméstica, parece propiciar um crescimento. Por exemplo, países com alto potencial humano tendem a ser mais atrativo aos investimentos diretos externos (IDE), que é estreitamente ligado ao crescimento. Estudos recentes têm mostrado que a corrupção, por exemplo, tem um efeito bastante negativo no fluxo de IDE (LANE, 2001).

Da mesma maneira, a transparência das operações de governos, que nada mais é que uma outra forma de avaliar a boa governança, tem um efeito bastante positivo nesse fluxo. A vulnerabilidade de uma economia aos fatores de risco associados à integração financeira não é independente da qualidade das políticas macroeconômicas e internas do governo. Estudos mostram que, por exemplo, uma taxa de câmbio super valorizada ou uma explosão de financiamentos são sempre precedidas por uma crise financeira.(FRANKEL, 1992). Além do mais, ficou evidenciado que a falta de transparência contribui para um comportamento cauteloso dos investidores internacionais, que podem desestabilizar o mercado financeiro de países emergentes.

Por fim, as evidências também mostram que um alto grau de corrupção pode afetar a estrutura de capital de um país de tal forma que os mercados sejam mais vulneráveis aos ataques especulativos. Portanto, a habilidade dos governos em obter benefícios da integração financeira e de sua relativa vulnerabilidade à volatilidade dos fluxos internacionais de capital pode ser significativamente afetada pela qualidade tanto de

suas políticas macroeconômicas, tanto pelas instituições.

5.6. MENSURAÇÃO DO GRAU DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA

A liberalização dos mercados de capitais é considerado o principal precursor da integração financeira mundial. A maioria dos estudos empíricos sobre os efeitos da liberalização desses mercados financeiros usou um modelo de mensuração baseado nas restrições oficiais aos fluxos de capital fornecidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) pelas autoridades locais (MODY & MURSHID, 2002). Contudo, este indicador binário avalia somente os controles de capital, mas não analisa as diferenças na intensidade desses controles (MODY & MURSHID, 2002). Uma medida mais direta da abertura financeira é baseada nos estoques brutos estimados de ativos estrangeiros como um componente do PIB.

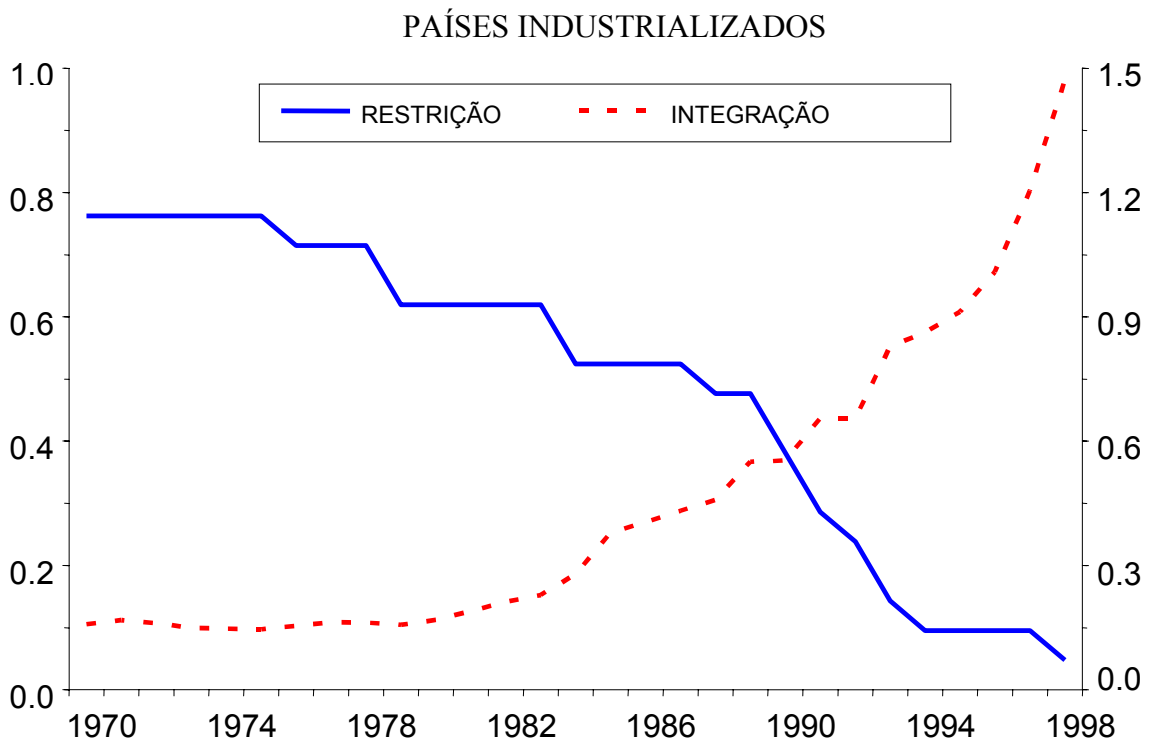
Estes dados estocados representam um indicador melhor de integração, no nosso caso, pois são menos voláteis ao longo do tempo e são menos propensos a erros de mensuração. Apesar destas duas variáveis serem relacionados, elas revelam dois aspectos diferentes. A variável que mensura as restrições sobre fluxos de capital financeiro reflete a existência de restrições do tipo *de jure* sobre os fluxos de capital enquanto que a variável que mensura a abertura financeira mede a integração financeira *de fato* em termos de fluxos de capital realizados.

A diferença é de uma enorme importância e implica uma análise bidimensional destes dois aspectos da integração. Em muitos países emergentes, as restrições teóricas nos fluxos de capital têm se revelados ineficazes no controle dos fluxos reais de capital. As transferências para e entre alguns países da América Latina nos anos 1970 e 1980 são alguns exemplos dessa integração financeira *de fato* em economias que são *de jure* fechadas a fluxos financeiros internacionais (integração sem

liberalização de capital). Por outro lado, a maioria dos países africanos têm poucas (ou nenhuma restrições) financeira *de jure*, porém os níveis de fluxo de capital têm sido mínimos (liberalização sem integração) (MODY & RAZIN, 2003)

De que maneira a integração financeira evolui para diferentes grupos de países? Para ambas as formas de mensuração, as diferenças na abertura financeira entre países industrializados e países emergentes são marcantes. Os primeiros conheceram, nos anos 1990, uma grande expansão na abertura financeira e apesar dos segundos também terem vivido uma situação similar na mesma década, o nível ficou aquém.(ISHII et al, 2002). Para examinar os efeitos da integração financeira, começamos classificando os países da nossa amostra em dois grandes grupos de acordo com a media da abertura financeira medida nas últimas quatro décadas.

FIGURA 01: MENSURACAO DO GRAU DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA - a

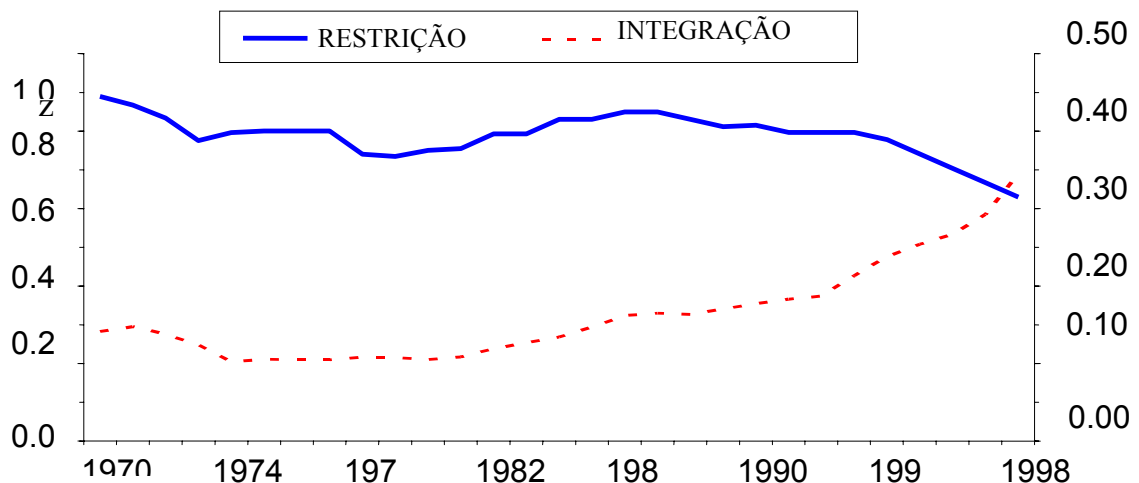


FONTE: WEO, Lane & Milesi-Ferreti

O primeiro grupo, com 22 países é desde já classificado como o dos países de Maior Integração Financeira (MaIF) e o segundo grupo, com 32 países, como os de Menor Integração Financeira (MeIF). Esta classificação deve ser interpretada com um certo cuidado e vale lembrar que o estudo é baseado numa medida *de fato*. Na verdade poucos países do grupo MaIF têm um capital fechado no sentido *de jure*. Conforme já discutido, as políticas econômicas determinam a natureza e o grau de integração apesar de que, para a nossa análise, o grau de abertura financeira baseado no fluxo real de capital seja uma medida mais relevante. A classificação dos países em **MaIF** e **MeIF** é somente estática e não leva em consideração as diferenças entre países em grau de integração financeira.

Ela é usada para uma análise descritiva no sentido de ilustrar com maiores detalhes as conclusões do estudo econométrico aqui apresentado. Como é mostrado na Figura 2, a maior parte dos fluxos privados internacionais de capital dos países emergentes, especialmente nos anos de 1990, é captada pelos países do grupo MaIF. Em contraste, os fluxos de capitais privados para e originários dos MeIF continuaram bastante baixos na última década. Para alguns, houve até uma queda em relação à década de 1970.

FIGURA 02: MENSURACAO DO GRAU DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA - b
PMA E PAÍSES EMERGENTES

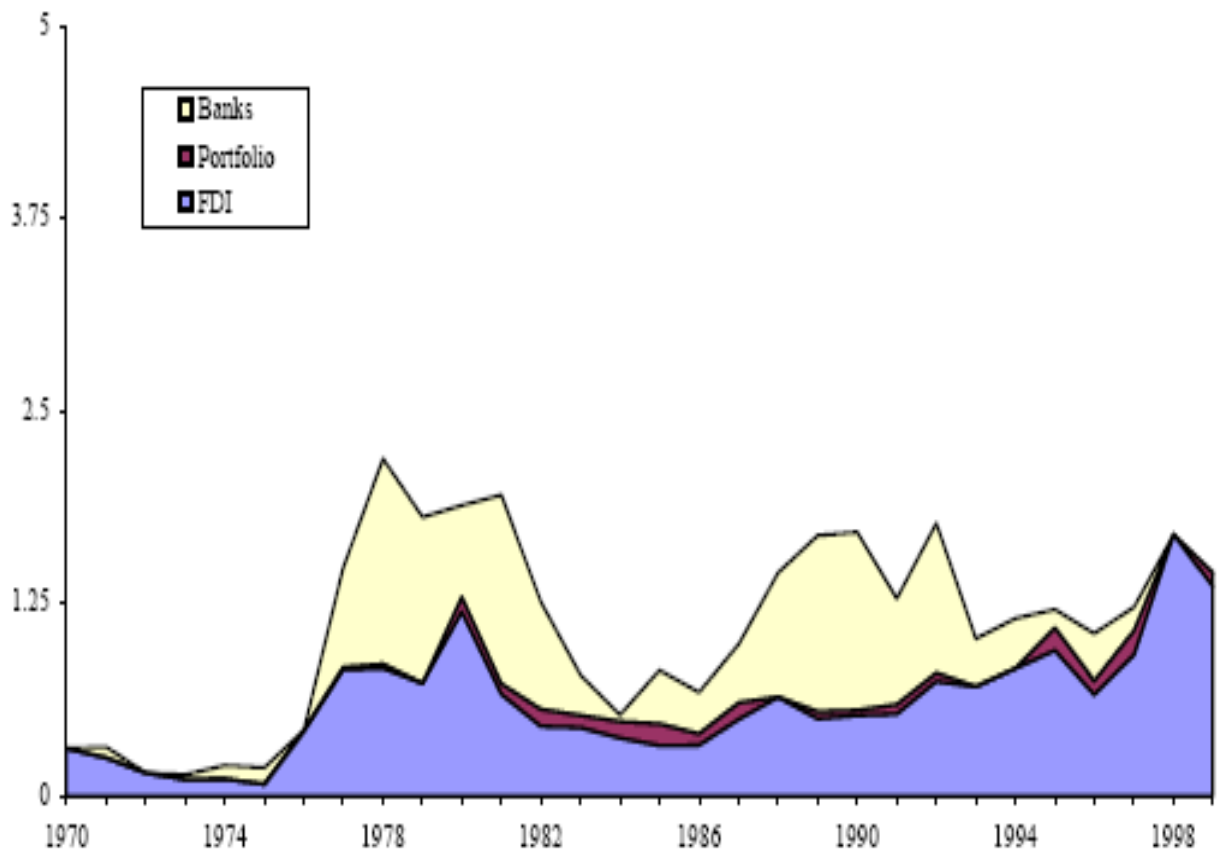


FONTE: WEO, Lane & Milesi-Ferreti (2003)

5.7. FLUXOS DE CAPITAL NORTE-SUL

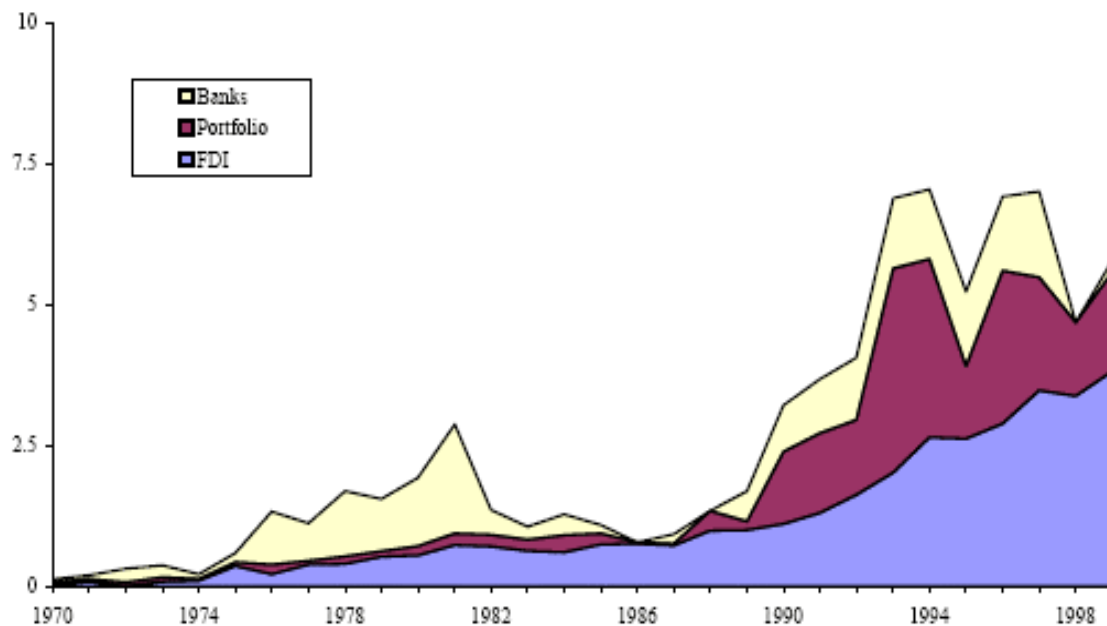
Uma das características mais importantes da integração financeira nessa última década têm sido o aumento drástico nos fluxos líquidos de capital privado de países industrializados para os emergentes. As altas maiores são notadas em termos de IDE e fluxos em portfolio, enquanto que a importância relativa dos empréstimos bancários registrou um notável declínio. De fato, durante a crise asiática, os empréstimos líquidos dos bancos ficaram negativos por alguns anos. A maior parte dos fluxos líquidos em IDE provenientes foi para os países do grupo de MaIF, sendo que apenas uma pequena parcela foi para os países do grupo de MeIF.

FIGURA 03: FLUXOS BRUTOS DE CAPITALS (EM PORCENTAGEM DO PIB) PAÍSES DE MAIOR INTEGRAÇÃO FINANCEIRA.



FONTE: WEO e IFS (2000)

FIGURA 04: FLUXOS BRUTOS DE CAPITALS (EM PORCENTAGEM DO PIB) – PAÍSES DE MENOR INTEGRAÇÃO FINANCEIRA.



FONTE: WEO e IFS (2000)

O fluxo líquido de portfolio mostra um padrão similar, apesar de ambos os tipos de fluxos para os países de MaIF terem caído de forma acentuada seguindo a crise asiática e se tornando praticamente linear desde então. Os países de MeIF têm se tornados mais dependentes de empréstimos bancários. Foram registradas pequenas ondas de empréstimos bancários neste grupo de países no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Outra característica importante destes fluxos é que eles diferem substancialmente em termos de volatilidade.

Os IDE são os menos voláteis dentre os diferentes grupos de fluxos de capital privado a que os países emergentes têm acesso. Os fluxos de portfolio tendem a ser de longe mais voláteis e propensos a mudanças bruscas que os IDE. Mesmo nos caso de países com MeIF, a volatilidade dos fluxos de IDE é muito mais baixa que a dos outros tipos de fluxos.

TABELA 03: VOLATILIDADE DE DIFERENTES TIPOS DE FLUXOS DE CAPITAL

	IDE/PI B	Empréstimos/PI B	Portfolio/PI B
Desvios Padrão			
(media para cada grupo)			
Economias de MaIF	0.007	0.032	0.009
Economias de MeIF	0.010	0.036	0.002
Coefficientes de variação			
(media para cada grupo)			
Economias de MaIF	0.696	1.245	1.751
Economias de MeIF	1.276	1.177	2.494

5.8. FATORES PROPULSORES DO CRESCIMENTO DOS FLUXOS DE CAPITAL NORTE-SUL

A entrada de fluxos de capital privado nos países de MeIF, assim como as mudanças nas composições destes fluxos, pode ser analisada através de dois fatores (CALVO, LEIDERMAN e REINHART, 1993). São eles (i) os relacionados às políticas de desenvolvimentos nos países de MaIF e (ii) os relacionados às mudanças nos mercados financeiros globais. A primeira categoria inclui fatores como liberalizações do mercado de ações e privatizações de companhias governamentais captadoras de recursos estrangeiros enquanto que a segunda categoria inclui fatores como a crescente importância dos recibos de depósitos bancários e a emergência de investidores institucionais com papéis chave na drenagem de fluxos internacionais de capital em direção a países emergentes.

As fusões e as aquisições, principalmente aquelas advindas das privatizações de companhias estatais, foram importante no aumento dos fluxos de IDE aos países de MaIF nos anos 1990. (EDISON & WARNOCK, 2001). O afrouxamento das restrições de entrada de capital

estrangeiro nesses países resultou também num forte ímpeto para este fator. Os investidores institucionais dos países industrializados assumiram um papel importante na canalização dos fluxos de capital dos países ricos para os emergentes. Ajudaram investidores individuais a superar as barreiras relacionadas com custos de informação e de transação que ora limitavam os portfolio destinados às economias emergentes. (EDISON & WARNOCK, 2001).

Os fundos mútuos, em particular, se revelaram como um importante instrumento na diversificação dos portfolio nas holding em países emergentes. Apesar de os investidores institucionais de países desenvolvidos destinarem apenas uma parcela muito pequena nas holdings dos países de MaIF, a sua presença nesses países é muito importante, devido ao tamanho relativo dos mercados. Os fundos alocados aos países emergentes representam, sozinhos, entre 5 e 15% do Mercado de captação de recursos da Ásia, América Latina e outras economias em transição.(BANCO MUNDIAL, 2001).

Ao que tudo indica, apesar da notável reviravolta nos fluxos de capital Norte-Sul, os países emergentes terão mais uma vez que enfrentar a sempre delicada reavaliação entre oportunidades e riscos proporcionados pela globalização financeira. É preciso uma análise profunda para saber se os benefícios advindo desta globalização são suficientes para apagar os

custos de uma exposição cada vez maior às armadilhas dos fluxos internacionais de capital.(EICHENGREEN & MATHIESON, 1998).

5.9. INTEGRAÇÃO FINANCEIRA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Apesar de modelos teóricos identificaram diversos canais pelos quais a integração financeira internacional pode favorecer o crescimento econômico, é muito difícil estabelecer empiricamente uma forte relação

causal entre a integração financeira e o crescimento econômico.

5.9.1. PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO FINANCEIRA (EM TEORIA)

Em teoria, existem vários canais, diretos ou indiretos, pelos quais a adoção de uma integração financeira pode ajudar a realçar o crescimento econômico nos países emergentes. Estes canais são interligados de diversas formas, porém o delineamento que usamos é útil para tentar visualizar as evidências empíricas da importância quantitativa de cada um deles.

a. **Canais Diretos**

i) Aumento da poupança doméstica

Os fluxos Norte-Sul, em princípio, beneficiam ambos os grupos de países, pois permitem um aumento de investimento nos países emergentes enquanto proporcionam um retorno sobre o capital maior que o disponível nos países desenvolvidos. Isto aumenta a taxa de risco nos países emergentes.

ii) Redução do custo de capital através de uma melhor distribuição do Risco

Os modelos internacionais de avaliação de ativos prevêm que a liberalização dos mercados aumente a alocação de riscos (HENRY, 2000a e STULZ, 1999 a, b). Primeiro, uma maior oportunidade de ratear os riscos entre investimentos internacionais e domésticos pode ajudar a diversificar estes riscos. Esta facilidade em diversificar por sua vez encoraja as empresas a tomarem mais empréstimos, contribuindo assim para o crescimento. E por fim, com o aumento dos fluxos de capital, o mercado doméstico de ações se torna mais líquido, o que poderá mais adiante reduzir o prêmio sobre o risco reduzindo, desse modo, o custo de

captação de capital para investimentos.

iii) Transferência de *know-how* tecnológico e gerencial

Economias bem integradas financeiramente parecem atrair fluxos desproporcionais de IDE com o potencial de causar vazamentos de tecnologia e de servir como trampolim para a passagem para novas práticas gerenciais. Esses vazamentos podem aumentar a produtividade agregada e, dessa forma, estimular o crescimento econômico (BORENSZTEIN, DE GREGORIO & LEE, 1998 & GROSSMAN & HELPMAN, 1991).

iv) Estímulo para o desenvolvimento do setor financeiro doméstico

Já havíamos afirmado que os fluxos internacionais de portfolio podem aumentar a liquidez dos mercados domésticos de ações e que um aumento da apropriação externa de bancos pode gerar uma variedade de outros benefícios (LEVINE, 1996; CAPRIO e HONOHAN, 1999). Isso, primeiro, porque a participação de bancos estrangeiros pode facilitar o acesso aos mercados financeiros internacionais e, segundo, porque ela pode contribuir na melhoria da regulamentação e supervisão do modelo da indústria bancária doméstica. Uma terceira razão seria porque bancos estrangeiros sempre introduzem uma variedade de novos instrumentos e técnicas financeiros e fomentam avanços tecnológicos nos mercados internos. O ingresso de bancos estrangeiros no mercado doméstico tende a incrementar a competição que, por sua vez, pode incrementar a qualidade dos serviços bancários domésticos.

b. Canais indiretos

i) Promoção da especialização

A afirmação de que a especialização da produção pode aumentar a produtividade é meramente intuitiva. Contudo, sem nenhum mecanismo de gerenciamento de riscos, uma estrutura de produção altamente especializada resultará numa alta volatilidade na produção e,

conseqüentemente, numa alta volatilidade no consumo. Com receios de serem expostos a tais aumentos de volatilidade, os países se desestimulam para empreender quaisquer iniciativas de especialização. Em princípio, a globalização financeira poderia desempenhar um papel crucial ajudando países a se envolverem no rateio internacional de riscos a fim de reduzirem a volatilidade no consumo.

Notemos que o rateio de riscos encorajaria indiretamente a especialização que, por sua vez, levantaria a taxa de crescimento. Esta lógica é explicada por BRAINARD & COOPER (1968), KEMP & LIVIATAN (1973), RUFFIN (1974) e IMBS e WACZIARG (2002). Dentre os países desenvolvidos e entre alguns países desenvolvidos, existe de fato algumas evidencias de que um melhor rateio de riscos está associado a um maior grau de especialização (KALEMI-OZCAN, SORENSEN e YOSHA, 2001).

ii) Compromisso com melhores políticas econômicas

A integração financeira internacional poderia ser responsável pelo aumento da produtividade numa economia através de seus impactos nas habilidades do governo de se comprometer de maneira credível com o rumo futuro das políticas econômicas. Em outras palavras, o papel disciplinador da integração financeira poderia mudar as dinâmicas dos investimentos internos de uma economia de tal forma que cheguemos a um redirecionamento de capital para atividades mais produtivas em reação às mudanças nas políticas macroeconômicas. Os governos são geralmente atraídos com a idéia de implementar políticas predatórias de impostos sobre o capital físico, políticas essas que resultam em desestímulo aos investimentos e a uma queda no crescimento. A adoção de tais práticas pode ser evitada com a integração financeira que pode ser auto-sustentável conforme GOURINCHAS & JEANNE (2002) o ilustram em um modelo teórico.

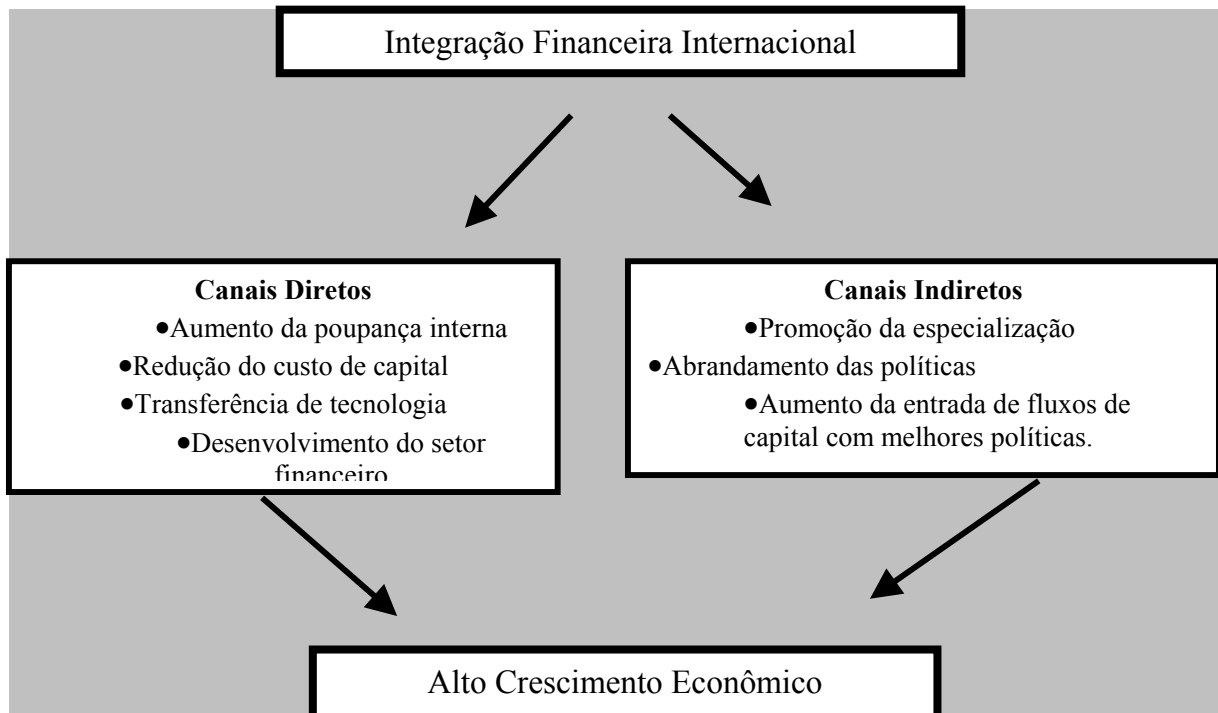
iii) Presságio

O desejo de uma economia em se envolver num processo de integração financeira pode ser interpretado como um sinal de que este país está preste a praticar políticas econômicas mais amigáveis para com os investidores estrangeiros. BARTOLINI & DRAZEN (1997a) afirmam que a remoção das restrições sobre os fluxos de saída de capital pode levar a um aumento dos fluxos de entrada de capital. Muitos países como a Colômbia, o Egito, a Itália, a Nova Zelândia, o México, a Espanha, o Uruguai, o Brasil e o Reino Unido têm recebido significantes fluxos de entrada de capital depois de removerem as restrições sobre os fluxos de saída de capital.(MATHIESON & ROJAS, 2001).

c. Evidências Empíricas

Por cima, parece haver uma relação positiva entre a adoção de uma integração financeira e o grau de desenvolvimento econômico de um país. Os países industrializados são geralmente mais integrados financeiramente com a economia global de que os países emergentes o que deixa transparecer de que a integração financeira é parte do desenvolvimento econômico. Dentro do mundo dos emergentes, é o caso também de países de MaIF terem crescido mais que os de MeIF nas últimas três décadas. Contudo existem dois problemas em se concluir que há uma relação positiva entre integração financeira e crescimento a partir deste padrão de dados. Primeiro este padrão pode se revelar frágil quando submetido a um exame mais municioso.

QUADRO 02: INTEGRAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL



FONTE: Elaborado pelo autor.

Segundo estas observações somente refletem uma associação entre uma integração financeira internacional e uma performance econômica e não necessariamente uma relação causa-efeito. Em outras palavras, estas observações não estabelecem a possibilidade de uma relação causal inversa, isto é, que países com um alto nível de crescimento podem resolver adotar uma integração financeira mesma que essa integração financeira não contribua diretamente para um crescimento mais rápido, dentro de uma perspectiva quantitativa significativa.

Para se ter uma idéia intuitiva sobre a relação entre a integração financeira e crescimento econômico, a Tabela 2 mostra uma lista dos países de crescimento mais rápido entre 1980 e 2000 e uma outra lista dos de crescimento mais lento (o de declínio mais rápido). Todos os resultados baseados em mudanças totais registradas ao longo deste período devem ser interpretados com cautela, porém, várias características da tabela são interessantes e merecem uma atenção

particular. Uma observação óbvia que poderia ser feita a partir da tabela é a de que a integração financeira não é uma condição *sine qua non* para se atingir um alto nível de crescimento.

A China e a Índia atingiram altos níveis de crescimento apesar de uma liberalização financeira seletiva e limitada. A China, por exemplo, quando se tornou substancialmente aberta aos IDE, ela não era ainda aberta para vários outros tipos de fluxos de capital internacionais. Nesse período, as Ilhas Maurícius e Botswana conseguiram alcançar altos níveis de crescimento, embora estejam relativamente fechados aos fluxos financeiros. A segunda observação que podemos fazer é que a integração financeira também não é uma condição suficiente para um rápido crescimento econômico.

Como exemplo podemos citar a Jordânia e o Peru que se tornaram relativamente abertos aos fluxos externos de capital durante o período, mas assim mesmo, as suas economias sofreram um declínio ao invés de um crescimento. Por outro lado, a tabela 2 também mostra que as economias em declínio parecem ser mais fechadas financeiramente, portanto a direção da relação não é tão clara quanto exposta antes.

Esta perspectiva de ver os países com uma performance extrema é informativa até certo ponto; ela precisa ser substituída por uma análise compreensiva do experimento em um leque mais amplo de países, utilizando-se da abordagem sistêmica para mensurar a abertura financeira. Com o uso de diversas abordagens que buscam estabelecer a difícil relação de causa-efeito, um grande número de estudos empírico tem tentado examinar de forma sistemática se a integração financeira contribuía para o crescimento ou não. A tabela abaixo (3) resume os quatorze estudos mais recentes sobre o assunto.

TABELA 04: PAÍSES DE MAIOR E DE MENOR CRESCIMENTO – 1980/2000 E SEUS RESPECTIVOS GRAUS DE INTEGRAÇÃO

Economias de Maior crescimento 1980-2000	Δ Total do PIB em %	Alto Grau de Integração Financeira?	Economias de Menor Crescimento 1980-2000	Mudança Total do PIB em %	Alto Grau de Integração Financeira?
China	391.6	Sim/Não	Haiti	-39.5	Não
Coréia	234.0	Sim	Níger	-37.8	Não
Singapura	155.5	Sim	Nicarágua	-30.6	Não
Tailândia	154.1	Sim	Togo	-30.0	Não
Mauricius	145.8	Não	Costa do Marfim	-29.0	Não
Botswana	135.4	Não	Burundi	-20.2	Não
Hong Kong	114.5	Sim	Venezuela	-17.3	Sim/Não
Malásia	108.8	Sim	África do Sul	-13.7	Sim
Índia	103.2	Sim/Não	Jordânia	-10.9	Sim
Chile	100.9	Sim	Paraguai	-9.5	Não
Indonésia	97.6	Sim	Equador	-7.9	Não
Sri Lanka	90.8	Não	Peru	-7.8	Sim

FONTE: Banco Mundial - Dados calculados a partir dos IMD.

Dos estudos compilados na tabela 3, o de EDISON, LEVINE, RICCI e SLOK (2002) é talvez o mais profundo e compreensivo em termos de mensurações da integração financeira e em termos de especificações empíricas. Estes autores mensuraram o grau de integração financeira de um país tanto através das restrições governamentais tais as registradas no FMI como pelos fluxos reais de capitais que atravessam as fronteiras, normalizadas pelo tamanho da economia.

Os dados deste estudo também se estendem até 2000, o ultimo ano analisado por qualquer estudo existente sobre o assunto. Além do mais, os autores também fizeram uso de uma metodologia estatística que os permite lidar com uma eventual causalidade reversa – isto é, a possibilidade de que qualquer associação observada entre a integração financeira e o crescimento econômico resulte também na suposição de que economias com rápido crescimento tendem também a liberalizar seus fluxos correntes de capital. Depois uma serie de análises estatísticas, este estudo, contudo, concluiu que não há uma relação significativa entre

a integração econômica e o crescimento econômico.

TABELA 05: RESUMO DOS ESTUDOS RECENTES SOBRE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Estudo	No. de Países	Época	Efeito no Crescimento
Alesina, Grilli e Milesi-Ferretti (1994).	20	1930-1989	Sem efeito
Grili e Milesi-Ferreti (1995)	61	1966-1989	Sem efeito
Quinn (1997)	58	1975-1989	Positivo
Kraay (1998)	117	1985-1997	Sem efeito/Misto
Klein e Olivei (1998)	Até 92	1986-1995	Positivo
Chanda (2001)	116	1976-1995	Efeito misto
Arteta, Eichengreen e Wyplosz (2001)	51-59	1973-1992	Efeito misto
Bekaert, Harvey e Lundblad (2001)	30	1981-1997	Positivo
Edwards (2001)	62	Anos 1980	Sem efeito PE
O'Donnell (2001)	94	1971-1994	Sem efeito/ misto
Reisen and Soto (2001)	44	1986-1997	Misto
Edison, Klein, Ricci, and Slok (2002)	Até 89	1973-1995	Misto
Edison, Levine, Ricci, and Slok (2002)	57	1980-2000	Sem efeito
Rodrik (1998)	95	1975-1989	Sem efeito

FONTE: WEO/ Outubro de 2001.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS AO CAPÍTULO

Se a base teórica para tirar conclusões deste estudo é aparentemente muito sólida, por quê então é tão difícil estabelecer uma

relação forte entre a integração financeira e o crescimento econômico em países emergentes? Deve haver, com certeza, alguma razão para isso. Muitos estudiosos concluíram, por exemplo, que as diferenças de rendas *per capita* em um país não se origina das diferenças nas relações capital-trabalho, mas das diferenças nos fatores totais de produtividade que podem ser chamadas de “infraestruturas sociais”.

Neste caso, enquanto a integração financeira abriria as portas para o capital incremental ingressar no país, ela não oferece, por si só, uma alavancagem maior no crescimento. De fato, se a governança doméstica é bastante deficitária, a integração financeira poderá causar um êxodo do capital doméstico e causar, conseqüentemente, um declínio na taxa de crescimento. Esta afirmação pode ser ilustrada através dos resultados apresentados por SENHADJI (2000). No decorrer do período entre 1960 e 1994, a taxa média de crescimento *per capita* de um grupo de países da África subsaariana era o menor dentre os grupos de países emergentes.

A diferença entre acúmulo de capital físico e humano é apenas uma parte do porquê que as taxas de crescimento diferem entre países. O abismo no fator total de produtividade é o elemento mais importante na explicação da diferença entre as taxas de crescimento. As crises bancárias que alguns países enfrentaram no processo de integração financeira podem ser outra explicação da dificuldade de se estabelecer uma relação causal entre integração financeira e crescimento. Os resultados em KAMINSKY & REINHART (1999) mostram que quando uma seqüência falha de liberalização financeira doméstica é acompanhada de uma liberalização de capital corrente, aumentam as chances de crises bancárias domésticas e/ou crises cambiais.

È sempre interessante comparar a literatura empírica sobre os efeitos da integração financeira com a dos efeitos da integração comercial. Ainda que existam alguns cétricos (RODRIGUEZ & RODRIK, 2001), a grande maioria dos estudos empírica concluiu que a abertura

comercial contribui para o crescimento econômico. A falta de evidências consistentes sobre o efeito da integração financeira no crescimento econômico não significa necessariamente que as teorias que defendem esta conexão estejam erradas. O argumento de que estas teorias seriam baseadas numa perspectiva de longo prazo seria válido. De fato, os países emergentes não têm outra alternativa a não ser fortalecer seus laços financeiros a fim de melhorar seu potencial de crescimento no longo prazo. O problema que permanece sem respostas seria como eles solucionariam as questões de curto prazo associadas a iminente integração financeira internacional.

VI. O CONSENSO DE WASHINGTON

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS AO CAPÍTULO

O final da segunda grande guerra marcou a chegada de uma nova ordem econômica mundial, com a criação das instituições de Bretton Woods –MI e Banco Mundial – e uma nova configuração geopolítica com a guerra fria. Várias colônias acederam a independência entre os anos de 1950 e 1960. Numa tentativa de escapar do jugo das ex-potências coloniais e de dos dois blocos resultantes da guerra fria, alguns desses países tentaram construir o seu próprio modelo de desenvolvimento. (MILLET & TOUSSAINT, 2002).

Reuniram-se pela primeira vez em 1955, em Bandung, Indonésia, no âmbito de uma conferência marcada pelo surgimento da expressão "*Terceiro Mundo*" e pelo anúncio do movimento dos *Não Alinhados*. A fim de modernizar seus sistemas político e econômico, os países em desenvolvimento (PED) darão uma importância singular ao Estado Nação que é a forma de organização dominante tanto nas economias capitalistas como nas socialistas. Para isso se apóiam nas recomendações da corrente estruturalista que, com a influência do keynesianismo, defende a idéia de uma intervenção do Estado na regulamentação econômica para corrigir as imperfeições do mercado.

Para os estruturalistas, o subdesenvolvimento tem fundamentos históricos relacionados às estruturas produtivas dos países do Sul onde predominam setores tradicionais com baixa produtividade, especializados na produção de bens primários destinados aos países do

Norte e sobre os preços do quais eles não têm nenhuma ação direta.

Para corrigir um déficit externo crônico, os estruturalistas recomendaram aos PED que eles, além de dar ênfase ao Estado, orientassem sua estratégia de desenvolvimento para o mercado interno substituindo suas importações de produtos de consumo por produtos de fabricação local. Acreditava-se que as políticas de substituição das importações aliadas ao fortalecimento do papel do Estado contribuiriam na redução das desigualdades entre países ricos e países pobres.

Obrigação se faz reconhecer que esta estratégia falhou, e falhou feio. Em primeiro lugar, a esperança democrática suscitada pelos movimentos de libertação seria rapidamente sucedida por uma fase de confiscação do espaço político pelo Estado e pelos partidos únicos no poder que confundiram progressivamente seus interesses próprios com os das populações, ao detrimento da satisfação das necessidades fundamentais destas.

Em seguida, as instituições financeiras internacionais (IFI) vêm estes movimentos de emancipação com um mal olhar e tentam fidelizar os países do Sul para que estes não se juntassem ao bloco socialista. Para ter êxito elas não hesitam em emprestar muito dinheiro, tanto aos países aliados (para apoiar e prender) como aqueles que exercem políticas mais “independentes” para manter o controle sobre eles (política de sedução). Fenômeno que resultou num crescimento preocupante das dívidas dos PED.

Nos anos de 1960 e 1970, o movimento *terceiro mundista* aproveitara do aparente fracasso destas experiências para defender a idéia de que o subdesenvolvimento é uma conseqüência da dominação dos países capitalistas ocidentais desenvolvidos sobre os do *Terceiro Mundo*, tornando qualquer recuperação impossível. É neste período que se afirmam as teorias da dependência baseadas numa análise centro-periferia, e as teorias neomarxistas das trocas desiguais.

Porém, a desaceleração econômica dos anos 1970, que marca o fracasso das políticas keynesianas, compromete todas as perspectivas ortodoxas de desenvolvimento. Isso explica a reviravolta ideológica do final da década de 1970 caracterizada pelas políticas anti-inflacionistas marcadas por sensíveis altas das taxas de juros. Esta virada liberal será um fator catalisador da crise da dívida e permitira às instituições financeiras, relegadas ao segundo plano depois da explosão do sistema de Bretton Woods, de darem a volta por cima no início dos anos 1980 com a imposição de planos de ajustamento estrutural.

Estes planos de ajustamento, que abriram caminho para o que se chamaria de **Consenso de Washington**, têm como objetivo integrar todos os países do terceiro mundo ao mercado capitalista mundial em construção. Nós nos propomos de fazer aqui um levantamento destes vinte anos da vigência do Consenso de Washington. Para isso analisaremos, primeiro, a relação **IFI-PED** e seus bastidores. Depois veremos a que ponto os PED seguiram as prescrições feitas pelas IFI através do Consenso de Washington (o que só será possível com a adoção de um indicador comum) e por fim veremos em evidência os efeitos da aplicação dos preceitos do Consenso sobre as economias de alguns PED selecionados para o estudo.

6.2. FMI, BANCO MUNDIAL E OS PMA: AS MARCAS DE UMA RELAÇÃO

6.2.1. O CASO DA ETIÓPIA

Antes de abordar o tema central do trabalho, achamos interessante fazer referência a um caso bastante interessante observado pelo Prêmio Nobel de Economia e então Economista chefe do Banco Mundial, Joseph STIGLITZ (2000) que trata da relação entre o FMI e um dos países mais pobres do mundo. Os relatos a seguir são alguns trechos e comentários

de sua obra intitulada “FMI, a Prova pela Etiópia” publicada depois que o autor pediu demissão do órgão.

STIGLITZ tomou posse como economista chefe e vice-presidente do Banco Mundial em fevereiro de 1997. Além das estruturas imponentes das sedes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, na 19a Avenida em Washington, o que mais chamou a atenção dele foi a relação que estas duas instituições mantêm com os países pobres.

Estas duas instituições (FMI e Banco Mundial), que a opinião pública confunde quase que sempre, são diferentes pelas suas culturas, pelos seus estilos e pelas suas missões. Uma se fixa como missão a erradicação da pobreza, a outra a manutenção da estabilidade mundial. De *práxis* as duas enviam equipes de economistas em missões de três semanas, mas o Banco Mundial se esforçou bastante para instalar uma grande parte dos seus membros nos países que ele supostamente pretende ajudar.

O FMI geralmente só mantém um representante residente com poderes limitados. Os planos de forma geral são ditados de Washington e colocados em prática durante as breves viagens (missões) de alta responsabilidade: logo que saem do avião, os enviados mergulham nos números do ministério das finanças e do banco central do país visitado, do mais, residindo em hotéis cinco estrelas da capital.

A diferença não é somente simbólica: não se pode conhecer e amar um país sem percorrer seus campos. Não se deve ver o desemprego como uma simples estatística – vítimas não intencionais da guerra contra a inflação ou para o pagamento dos bancos ocidentais. Os desempregados são pessoas de carne e osso, têm famílias e todas estas vidas podem ser destruídas por medidas econômicas ditadas por *experts* estrangeiros – impostas, no caso do FMI.

A guerra tecnologia moderna é configurada para evitar qualquer contato físico. É como as bombas que se jogam de 15.000 metros de

altitude para que o piloto não tenha “remorsos” do que ele acabara de fazer. A gestão da economia moderna é semelhante. Do alto de um hotel de luxo, impõe-se sem piedade políticas que com certeza seriam repensadas duas vezes caso se conhecesse os seres humanos cujas vidas estariam sendo afetadas por elas. O que dizem as estatísticas pode ser visto, pelos que saem dos hotéis de luxos das capitais, nos olhos dos aldeões africanos, do Nepal, de Mindanao ou da Etiópia: o abismo entre os pobres e os ricos ficou cada vez maior, o numero de pessoas que vivem na miséria absoluta – menos de US\$1,00 por dia – cresceu estrondosamente.

É verdade que, tanto nos países ricos quanto nos países pobres, as mentalidades não mudam de um dia para o outro. Conceder a independência para as colônias não alterou em nada a postura dos antigos mestres: eles se vêem ainda numa posição “*daqueles que sabem*”. Nunca cessaram de defender a idéia de que os países recém independentes deveriam confiar neles e aplicar todas as suas recomendações.

Depois de tantas promessas não cumpridas, depois de tantas traições, poderíamos imaginar uma mudança de rumo. Infelizmente *estes países continuaram seguindo os conselhos, não porque tinham realmente confiança nos preceitos, mas sim por causa do dinheiro que chegava com os conselhos*. O pós-guerra culminou no enfraquecimento da influencia das ex-potencias coloniais, porém a mentalidade colonialista permaneceu: *a certeza de saber mais que os países em desenvolvimento o que é bom para eles*.

6.2.2. UM UNIVERSO POLITICO-ARITMÉTICO

Quando Stiglitz assumiu o Banco Mundial o planeta contava aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas que sobreviviam com menos de um (1) dólar por dia e quase 2,8 bilhões de seres humanos – 45% da

população mundial – vivendo com menos de dois (2) dólares por dia. Sempre se perguntava o que fazer para realizar o sonho de um mundo sem pobreza, ou melhor, realizar o sonho mais modesto de um mundo com menos pobreza. Ele se fixou três metas: determinar as estratégias mais eficazes para estimular o crescimento e reduzir a pobreza; trabalhar para a sua operacionalização junto com os governos dos países em desenvolvimento; e lutar com todas suas forças a favor dos interesses e preocupações do mundo em desenvolvimento.

Stiglitz sabia que estas metas eram difíceis de atingir, porém, o que ele jamais poderia imaginar era que os piores obstáculos aos quais ele iria se deparar eram criados, sem a menor necessidade, por um ser humano e que este ser humano se encontrava bem em frente, do outro lado da rua: a instituição “irmã”, o FMI.

Depois de quatro anos em Washington, STIGLITZ já estava habituado ao estranho mundo dos burocratas e da política, mas foi somente quando ele viajou para a Etiópia, um dos países mais pobres do mundo, em março de 1997 (um mês depois de tomar posse) que ele entrou de cabeça no universo político-aritmético absurdo do FMI. A Etiópia tinha uma renda per capita de aproximadamente US\$110,00 e estava sendo vítima de estiagens e de epidemias de fome sucessivas que vitimavam mais de dois milhões de pessoas.

O encontro foi com o primeiro ministro MELES ZENAWI que havia dirigido uma guerrilha contra o regime sangrento de Mengistu Hailé Mariam. Depois da vitória em 1991, o governo mergulhou com toda força numa tarefa árdua de reconstrução. Médico de formação, Meles estudou Economia na Inglaterra, na Open University, pois sabia que, para libertar o seu povo de séculos de miséria, seria necessário, nada mais nada menos que uma mudança econômica radical. Meles dominava a Economia a ponto de causar boas impressões em qualquer sala de aula, em qualquer universidade.

Além de suas qualidades intelectuais, Meles fazia jus de uma integridade moral impecável: ninguém questionava sua honestidade e havia poucas acusações de corrupção em seu governo. Quando Stiglitz e Meles se encontraram em 1997, este último se encontrava em uma severa controvérsia com o FMI que havia suspenso os empréstimos. Portanto, os resultados “macroeconômicos” da Etiópia (sobre os quais o FMI deveria se concentrar) não poderiam estar melhor.

Não havia inflação, de fato os preços estavam caindo. A produção aumentava regularmente desde que Meles havia chegado ao poder. Esta era a prova de que mesmo um país africano bastante pobre, com uma boa política, poderia usufruir de um crescimento econômico sustentável. Depois de anos de guerra e de reconstrução, a ajuda internacional estava voltando. Porém, Meles tinha problemas com o FMI.

E não era por causa dos 127 milhões (milhões!) de dólares com os quais o Fundo contribuía para o seu programa “de facilitação de ajustamento estrutural reforçada” – empréstimos a taxas *muito* subvencionadas para auxiliar os países pobres, mas também para os financiamentos do Banco Mundial.

6.2.3. CONFUSÃO ENTRE FINS E MEIOS

Um país pode ter uma inflação baixa, porém um crescimento nulo e um nível de desemprego alto. A maioria dos economistas julgará esta situação como sendo catastrófica. Aos seus olhos, reduzir a inflação não é um fim por si, é um meio a serviço de um outro fim. O FMI, ao que parece, confunde sempre “*meios*” e “*fins*”, perdendo assim de vista a preocupação fundamental: mesmo com uma taxa de desemprego de dois dígitos há muitos anos, o FMI daria uma nota “A” (nota máxima) a um país como a Argentina enquanto seu orçamento parecer estar em equilíbrio e sua inflação sob controle.

Se um país não atender a um certo número de critérios mínimos, o FMI suspende sua ajuda e, quando isto acontece, é muito comum que outras instituições ou países o imitem. O Banco Mundial e o FMI, como vamos entender, somente emprestam dinheiro a países cuja situação macroeconômica é considerada sana.

As bases econômicas da Etiópia, não somente estavam sãs, mas o Banco Mundial dispunha de depoimentos diretos sobre a competência do governo e do engajamento deste a favor dos mais necessitados. A Etiópia havia elaborado uma estratégia de desenvolvimento rural destinada aos pobres, particularmente aos 85% da população que vivia no campo, havia reduzido os gastos militares e era o tipo mesmo de governo que a comunidade internacional deveria ajudar.

Mas o FMI suspendeu seu programa de empréstimos a Etiópia, apesar dos bons resultados macroeconômicos, porque estava preocupado, segundo ele, com o equilíbrio orçamentário do país. O governo etíope dispunha de duas fontes de renda: os impostos e a ajuda externa. Como muitos países em desenvolvimento, uma boa parte das receitas do governo etíope vem das ajudas estrangeiras.

O FMI estava preocupado com a possibilidade de que esta ajuda acabasse e que o país voltasse a ter problemas. Esta lógica do FMI levanta um problema claro: ela estabelece que, caso obtenha uma ajuda qualquer, um país pobre não poderá jamais gastar este dinheiro. Se a Suécia, por exemplo, conceder a Etiópia uma ajuda financeira para a construção de escolas, a lógica do FMI impõe a esta última de guardar estes fundos em suas reservas.

Na Etiópia, os doadores, que agiam de forma independente e não mantinham nenhum vínculo com o FMI, queriam que escolas e hospitais fossem construídos, o que também era a vontade do governo etíope. Mas não do FMI. Por estes e outros motivos, Meles soltou o verbo.

6.2.4. O RACIOCÍNIO

O FMI afirmava que a ajuda internacional era muito instável para que se pudesse confiar nela. Mesmo sabendo que a ajuda internacional é muito mais estável que as receitas fiscais, que podem variar sensivelmente dependendo da situação econômica, Tiglitz não hesitou em confirmar esta afirmação com seus colegas de Washington.

Pela lógica então, a Etiópia e todos os outros países em desenvolvimento deveriam prever seus orçamentos contando mais com a ajuda estrangeira do que com as receitas dos impostos. Além desta discordância sobre a maneira de a Etiópia cuidar da ajuda estrangeira havia ainda um outro problema entre o FMI e a Etiópia: o país, sacando de suas reservas, havia reembolsado antecipadamente um empréstimo feito a um banco americano. Economicamente, esta decisão era *perfeitamente correta*.

Apesar da qualidade do investimento, o país pagaria uma taxa de juro bem mais alta que ele recebia pelas suas reservas. Incrivelmente, os Estados Unidos e o FMI protestaram contra este pagamento antecipado. Não é a lógica da decisão em si que estava sendo alvo de críticas mas sim o fato de a Etiópia tê-la tomado sem o aval do FMI. A pergunta em questão é: *por que um país soberano teria que pedir o aval do FMI a cada decisão que quer tomar?*

Os resultados das políticas econômicas concebidas e adotadas pela Etiópia poderiam ter convencido que ela era capaz de ter controle do seu destino. Infelizmente o FMI exige que todos os países a quem ele injetava dinheiro submetam todas as suas decisões que tenham a ver com o dinheiro. O não cumprimento desta exigência se constituía numa razão suficiente para a suspensão imediata dos empréstimos, não importava se a iniciativa fora boa ou não. Para a Etiópia, esta vontade de ingerência mais parecia uma nova forma de colonialismo. Para o FMI, não era nada

mais que um procedimento administrativo normal.

Outro ponto de fricção nas relações FMI-Etiópia era a questão da liberalização dos mercados financeiros etíopes. O dinamismo dos mercados financeiros é o símbolo distintivo do capitalismo, porém em nenhum outro aspecto o desvi-padrão entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos é tão grande.

O conjunto do sistema bancário da Etiópia (total de ativos) é um pouco inferior ao de Bethesda, Maryland, pequeno subúrbio da periferia de Washington que tem 55 277 habitantes. O FMI não somente queria que a Etiópia abrisse seus mercados financeiros para a concorrência ocidental, mas também que dividisse seus principais bancos em pequenos pedaços.

Em um mundo em que algumas mega-instituições financeiras americanas estão como o *Citibank* e o *Travelers*, ou ainda *Manufacturer Honover* e *Chemical*, declaram ter feito fusões para poder enfrentar a concorrência mundial de forma eficaz, como um estabelecimento do tamanho da *North East Bethesda National Bank* teria condições de enfrentar um gigante como o *Citibank*?

O FMI queria mais que uma simples abertura do sistema bancário à concorrência estrangeira. Ele queria também que o país liberalizasse seu mercado financeiro, isto é deixar que as forças do mercado determinem livremente as taxas de juro, coisa que os Estados Unidos e a Europa ocidental somente fizeram depois dos anos de 1970, época em que seus mercados e aparelhos de regulamentação necessários estavam infinitamente mais desenvolvidos.

O FMI confundia os fins com os meios. Um dos principais objetivos de um bom sistema bancário é fornecer bons créditos a bons pagadores. Em um país como a Etiópia, de maioria rural, é de fundamental importância que os pobres agricultores tenham acesso ao crédito, a condições razoáveis, para poder adquirir pelo menos as

sementes e os fertilizantes de que precisam. Garantir este crédito não é tarefa fácil.

Até nos Estados Unidos da América, em etapas cruciais do seu desenvolvimento em que a agricultura era muito importante, o Estado teve um papel capital para prover o tipo de crédito necessário. O sistema bancário etíope era, pelo menos aparentemente, muito eficaz, já que a diferença de taxas pagas por credores e por devedores era bem pequena comparada com a dos outros países em desenvolvimento que haviam seguido os conselhos do FMI. O Fundo, porém, não estava satisfeito: ele estimava que as taxas de juro deveriam ser determinadas livremente pelas forças dos mercados internacionais, fossem estes concorrentes ou não.

6.2.5. SOB O TOM DO MESTRE COLONIAL

Para o FMI, liberalizar o sistema financeiro era um fim por si. A sua fé ingênua (?) nos mercados o convencia de que um sistema liberal reduziria as taxas de juro dos empréstimos, o que aumentaria os fundos disponíveis. Ele estava tão seguro da retidão de sua posição dogmática que não via necessidade alguma em analisar as experiências reais. A Etiópia tinha excelentes razões para resistir ao FMI quando este exigia que ela “abrisse” seu sistema bancário. O que havia acontecido com um de seus vizinhos da África Oriental que havia cedido ao Fundo, o Quênia, ainda era evidente.

O FMI havia insistido muito para que aquele país liberalizasse seu mercado financeiro, confiante de que a concorrência entre bancos iria derrubar as taxas de juros. Os resultados foram catastróficos. A medida foi imediatamente seguida pelo crescimento acelerado dos bancos de negócios locais, em uma época em que a legislação bancária e a vigilância dos bancos eram inadaquadas, com resultados previsíveis: quatorze bancos faliram somente nos anos de 1993 e 1994. As taxas de

juros não caíram, pelo contrário, subiram. O governo etíope estava compreensivelmente circunspeto. Preocupado com uma possível alta no custo de vida no campo, ele temia que a liberalização tivesse um efeito devastador na economia.

Os camponeses que até então conseguiam empréstimos estariam agora numa situação em que não adquiririam nem suas sementes. Isto ou porque as taxas de juro eram muito elevadas, coisa que eles não podiam pagar, ou simplesmente porque não havia crédito nenhum. Estamos falando de um país castigado pelas secas que estavam deixando a população muito faminta. Os dirigentes não queriam agravar as coisas de jeito nenhum.

Os etíopes temiam que os conselhos do FMI causassem uma queda drástica nas rendas dos camponeses, o que iria inevitavelmente piorar uma situação já crítica. Vendo que a Etiópia não iria ceder às suas exigências, o FMI deixou entender que o governo não estava comprometido com as reformas, e suspendeu suas operações naquele país. Foram precisos meses de negociação e muita garra para convencer ao Fundo de que aquela era uma decisão errada.

Organizações como o FMI são opacas, sem transparência: as informações que circulam de dentro para fora são mínimas e são ainda menores no sentido contrário. Ouvir as opiniões de “países clientes” sobre assuntos relacionados a estratégias de desenvolvimento ou ainda a austeridade orçamentária não é muito lá do interesse do FMI. Geralmente ele (o fundo) ainda se dirige a eles com aquele velho tom de mestre colonialista. Nos encontros ordinários, longe de câmeras e de jornalistas, a atitude do FMI (do diretor geral ao burocrata pequeno) sempre foi clara. Ele é a fonte viva de sabedoria, o detentor de uma ortodoxia complexa (sutil) de mais para ser compreendida pelos dirigentes do mundo em desenvolvimento.

Esta mensagem não era sempre divulgada. Na melhor das

hipóteses, havia, eventualmente, um membro da elite com quem o fundo podia manter um “diálogo sensato”. Fora desta esfera era fora de questão cogitar a idéia de discutir: isto não era relevante. Nas democracias modernas, espera-se de toda autoridade pública uma atitude responsável perante seus cidadãos. As instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, PNUD e outros) sempre têm ficado fora da cobrança desta responsabilidade direta. Não teria chegado a hora de conceitua-las também (isto mesmo, dar uma nota!) de acordo com seus desempenhos? Examinar suas atividades para avaliar até que ponto elas tiveram sucesso – ou falharam – em sua suposta luta pelo crescimento e pela erradicação da pobreza?

6.3. O CASO DA MALÁSIA

O caso de como a Malásia driblou a crise de 1997/98 é um outro exemplo da relação entre as Instituições Financeiras Internacionais e os países menos avançados. Para ilustrar o ocorrido, gostáramos de reproduzir, na íntegra, a opinião do Prf. Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, publicada na Gazeta do Povo do dia 06 de janeiro de 2002 e intitulada “As lições que vêm da Malásia”. Segundo o Professor Belmiro, “a crise argentina está longe de um desfecho, mas já é possível fazer um balanço dos danos: junto com o modelo de conversibilidade, foram por água abaixo o comércio internacional argentino, a estabilidade institucional, o respeito dos cidadãos pelo Judiciário e a classe política, que - ao não se mostrar à altura da crise - saiu do episódio totalmente desmoralizada.

Fazer autópsias é mais fácil do que realizar prognósticos e agora a imprensa está repleta de análises “*ex-post-fato*” das razões pelas quais, desde o primeiro momento, a criação da dupla Cavallo/Menem estava fadada ao fracasso... Até pouco tempo, no entanto, muitos ainda

apostavam na sobrevivências do modelo, tanto assim que o FMI injetou mais oito milhões de dólares nas contas argentinas há poucos meses.

O mais importante, agora, é extrair da crise argentina, lições fundamentais. A primeira diz respeito à incrível fragilidade decorrente da uma forte dependência de capitais internacionais para equilibrar contas externas e para financiar o desenvolvimento, trágico equívoco que levou a Argentina à bancarrota e com o qual convivemos há anos. No Brasil, com a persistência de déficits comerciais e de serviços, estamos permanentemente no limiar de crises cambiais, pelo que a débâcle argentina deveria nos preocupar seriamente.

Os mesmos investidores que acorrem pressurosos para "participar do processo de desenvolvimento nacional", quando a situação é tranqüila e a confiança geral é ilimitada, são extremamente rápidos para cair fora ao primeiro sinal de que as coisas já não vão tão bem como antes. E de repente, o país endividado, se vê às voltas com aquilo que os especialistas chamam de "self-fulfilling prophecies", as profecias auto-realizáveis: por acreditarem que haverá uma crise, os investidores se retraem e, assim fazendo, provocam a crise que temiam.

A segunda lição não vem da Argentina, mas poderia ter sido muito útil para ela se aprendida a tempo: vem da Malásia, uma das vítimas da crise financeira asiática de 1998. Essa lição pode ser assim resumida: a adoção de um modelo de desenvolvimento francamente favorável ao capital internacional, de natureza essencialmente privativista, não é incompatível com a imposição de um conjunto de controles sobre os capitais externos, como querem fazer crer os defensores do nosso modelo atual.

Recapitulando: a Malásia é um país de 23 milhões de habitantes que, em menos de trinta anos, passou da condição de país exportador de

óleo de palma, borracha e estanho para a de um dos países industrializados de porte superior, exportando 80 bilhões de dólares anuais, 2/3 dos quais em bens de tecnologia sofisticada. Conseguiu isso, mediante um programa de desenvolvimento baseado na atração de capitais externos, respeito às patentes, privatizações etc.

No entanto, como subproduto de sua internacionalização, a Malásia tornou-se um magneto para os capitais dos "*hedge-funds*" e dos especuladores internacionais. Com a crise asiática, a especulação financeira internacional contra a moeda malaia, o *ringgit*, foi gigantesca e o país ficou na corda bamba com sua economia fragilizada. Inicialmente, a Malásia respondeu à crise com as medidas típicas do FMI: juros elevados e o corte dos gastos públicos. Mas então, desiludido, o déspota esclarecido malaio, Mahathir Mohamad, rompeu com o FMI e com a comunidade financeira internacional, acusando o primeiro de advogar políticas contracionistas, que só levavam ao empobrecimento do país, e os banqueiros de especularem para tirar proveito da desgraça malaia.

Ato contínuo impôs severos controles cambiais e financeiros, que foram recebidos com ceticismo e ironia pelos "investidores internacionais", como "receita de desastre" que iria levar "o país ao fundo do poço". Coisa estranha: passado o choque inicial, a especulação foi domada, a economia voltou a crescer, os investidores industriais continuaram a construir e ampliar fábricas, a balança de pagamentos recuperou seu vigor. Quando relaxados os controles, os capitais que poderiam sair não o fizeram e, ao contrário, muitos dos que haviam deixado o país iniciaram o caminho de volta.

Passados três anos da heresia de Mahathir Mohamad, até o FMI já vê o exemplo malaio com olhos mais favoráveis, como demonstra sua literatura mais recente. Quem sabe, valha a advertência de Bernard

Shaw: "Toda verdade começa como blasfêmia". A guisa de comentário sugerimos uma olhada na tabela abaixo.

TABELA 06: EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MALAIA

PIB/Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
US\$ bilhões	83.00	94.50	92.80	72.50	79.00	89.60	90.00*
Δ % anual	9.50	8.20	7.70	-7.50	5.80	8.30	0.40

* Estimativa

FONTE: Bank Negara, 2001

6.4. O CONSENSO DE WASHINGTON: TEORIA E PRÁTICA

As políticas que serão conduzidas pelas IFI a partir dos anos de 1980 se traduziram numa mudança radical na forma de pensar os problemas dos PED. Virando as costas às teorias do desenvolvimento, desprezaram-se as singularidades das economias do Terceiro Mundo. Dessa forma, o momento é de questionar o efeito da intervenção do Estado proclamando a supremacia do mercado na alocação de recursos. O retorno da teoria das vantagens comparativas condena as estratégias de substituição às importações que cedem às políticas de promoção de exportações revelando uma inserção internacional baseada na riqueza de fatores.

A crise da dívida tira, de quebra, aos PED, qualquer possibilidade de contestação já que os devedores devem acertar um acordo com o FMI para poder, se assim o desejam, obter uma reestruturação da dívida, o que significaria uma colocação de suas economias sob tutela do fundo. Antes de realizar uma análise do grau de aplicação e de sucesso de cada um dos principais objetivos do Consenso de Washington determinaremos,

primeiro, um indicador de acompanhamento do mesmo.

6.4.1. OS DEZ MANDAMENTOS DO CONSENSO DE WASHINGTON

Os preceitos liberais que formam a base dos planos de reajuste estrutural nos anos de 1980 e os programas de luta contra a pobreza dos anos 1990, conduzidos conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial, foram resumidos por John Williamson em dez pontos que criaram o Consenso de Washington. Nesta expressão, Williamson define “*Washington*” como “*o Washington político do congresso, dos altos funcionários da administração e o Washington tecnocrata das instituições financeiras internacionais, dos agentes econômicos do governo, do Federal Reserve Board e os grupos de reflexão*”.

Estes objetivos que se traduzem pela promoção de políticas macroeconômicas restritivas, por uma abertura crescente das economias e da livre concorrência, podem ser agrupados em duas categorias: a primeira diz respeito às **medidas de estabilidade** e a segunda trata das **medidas estruturais**. Para cada uma delas enunciaremos que objetivo está sendo avaliado e que variáveis representarão este objetivo no indicador.

a. AS MEDIDAS DA ESTABILIDADE

- **Austeridade Orçamentária (AO):** Existe uma necessidade de se atingir um equilíbrio orçamentário em médio prazo. Déficits orçamentários muito altos são fonte de inflação, de crises da balança comercial e de volatilidade de capitais. O retorno ao equilíbrio orçamentário visa a limitar o endividamento do Estado afim de que o pagamento da dívida pública interna não se substitua ao pagamento da dívida pública externa. Williamson concebe,

portanto a idéia de que um déficit orçamentário em curto prazo é aceitável caso este não se transforme num crescimento do peso da dívida (calculada proporcionalmente pela razão dívida).

Porém, na prática, se os Estados Unidos, por exemplo, podem se permitir déficits exorbitantes, as IFI não toleram o mesmo para com os PED. Tomaremos o montante do saldo orçamentário, avaliada em porcentagem do PIB, como variável de observação da aplicação desta medida.

- **Intervenção nas despesas públicas através de uma redução das subvenções (SU):** Dentro de uma perspectiva neoclássica, a busca pelo equilíbrio orçamentário e do desengajamento do Estado implicam numa redução das despesas públicas ao invés de um aumento da pressão fiscal. Convém então, de acordo com Williamson, reduzir as subvenções com o intuito de reorientar as despesas públicas para a educação, a saúde e os investimentos nas infra-estruturas. Para analisar simultaneamente estas duas dimensões da ação sobre as despesas públicas, faremos uso de uma variável composta sintetizando a parcela dos gastos públicos sobre o gasto total e a parcela das transferências e subvenções em relação ao PIB.

- **Intervenção nas taxas de juro através de uma política monetária ortodoxa (PM):** As taxas de juro devem ser determinadas pelo mercado e as taxas reais devem ser sempre positivas e moderadas para poder atrair capitais internacionais, necessários ao financiamento do desenvolvimento, sem comprometer o investimento e o pagamento da dívida pública. Neste caso, utilizaremos uma variável composta da ortodoxia monetária, levando em consideração o modelo de fixação das taxas de juro, a orientação da política monetária e o nível das taxas reais de juro.

- **Taxa de câmbio competitiva (TC):** O objetivo é facilitar as exportações (o crescimento) sempre mantendo o déficit da balança das transações correntes a um nível possível de ser financiado em longo prazo. Para isso convém desvalorizar a moeda (dentro de um regime de câmbio flexível). Este ato deve, porém ser moderado no sentido de não levantar pressões inflacionárias que freariam o investimento. Iremos integrar este objetivo por meio de uma variável sintetizando a taxa de crescimento anual das exportações e o saldo da balança das transações correntes, avaliado em porcentagem do PIB.

b. AS MEDIDAS ESTRUTURAIS

- **Liberalismo (LI):** Na versão final, o Consenso de Washington busca simplesmente, dentro de uma lógica de promoção das exportações, liberalizar os intercâmbios comerciais internacionais. Trata-se de limitar (ver eliminar) as barreiras alfandegárias (e não alfandegárias). Williamson, de forma cautelosa, deixa claro que a liberalização dos fluxos de capitais não é uma prioridade. Ela será, porém imposta nos anos 1990, sob a pressão das IFI, e será decisiva no surgimento de crises financeiras na segunda metade da última década do século XX. Sendo assim, mensuraremos o grau de liberalização de um país através de uma variável composta pela liberalização dos fluxos comerciais (nível de barreiras alfandegárias) e o nível de taxaço dos fluxos de capitais.

- **Competitividade (CO):** Se a liberalização total dos fluxos de capital não é uma prioridade para Williamson, a existência de barreiras freando a entrada de investimentos diretos estrangeiros (IDE) deve ser combatida. Tais restrições são vistas como medidas que favorecem um nacionalismo econômico inaceitável. Este objetivo será analisado através de uma variável que sintetize os fluxos líquidos de IDE, avaliados em

porcentagem do PIB e de um indicador do nível de regulamentação do mercado de capitais.

- **Privatização (PR):** Existe um grande consenso em relação a este ponto. A privatização é necessária, pois as empresas privadas são supostamente mais bem geridas que suas homologas públicas. Estas medidas, adotadas oficialmente em 1985 com o plano **Baker**, visam a restaurar o equilíbrio orçamentário e a reduzir o investimento público, isto é, o fardo do Estado. Porém, Williamson não se deu por convencido e admite que em certos casos (transporte público ou administração do saneamento básico, por exemplo), estas privatizações seriam inapropriadas. Integraremos este objetivo com o auxílio de um indicador do peso do Estado na economia que junta todos os dados sobre o número de empresas públicas, sobre a sua parcela na produção total e sobre a parcela do investimento público sobre o investimento total.

- **Desregulamentação (DE):** A experiência Americana, iniciada pela Administração **Carter** e aprofundada pela administração **Reagan**, tendo sido julgada positiva, começou a ser implementada nos países em desenvolvimento sem que sejam levadas em conta as suas particularidades. A partir deste momento, o objetivo foi o de abolir ou ao menos reduzir as barreiras sobre a entrada e saída dos mercados, isto é, eliminar as regras que freiam a iniciativa econômica e a livre concorrência. Tentaremos mensurar este dado através de uma variável que sintetize os níveis de regulamentação dos mercados de crédito, do trabalho e dos negócios.

- **Reforma fiscal (RF):** Tem um objetivo duplo. Trata-se de aumentar o número de contribuintes com uma ampliação do leque fiscal através de uma generalização dos impostos e uma redução dos impostos

marginais. Avaliaremos este objetivo através de uma variável que mede o nível das taxas marginais de tributação.

- **Direitos de propriedade (DP):** Trata-se de fortalecer os direitos de propriedade a fim de promover a criação de riquezas privadas e permitir ao setor informal obter estes direitos a custos razoáveis. Este objetivo será avaliado através de uma variável que sintetize o estado dos direitos de propriedade nos países: existência de um quadro legal permitindo a defesa dos interesses privados, proteção da propriedade intelectual. Fica evidente que Williamson assume uma posição mais moderada que aquela que será defendida mais tarde pelas IFI tanto através dos planos de reajuste estrutural como nos programas de luta contra a miséria. Apesar de se defender mais tarde, deixando claro que o uso que está sendo feito do Consenso de Washington não reflete o seu projeto inicial, seu “consenso”, numa versão mais liberal, servirá de caminho para a ortodoxia. Ele é um programa elaborado pelas IFI e imposto aos PED, programa este que iremos avaliar o grau de aplicação e impactos nestes PED.

6.4.2 - O INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO DO CONSENSO DE WASHINGTON

As dimensões variadas do Consenso de Washington tornam impossível qualquer avaliação imediata do seu grau de aplicação. Se é relativamente fácil mensurar a aplicação de um ou de outro dos “*dez mandamentos*” acima mencionados, é muito mais difícil obter uma medida empírica da aplicação do conjunto das medidas preconizadas pelas instituições internacionais.

É, porém relevante poder avaliar o grau de envolvimento dos PMA no movimento de reformas liberais que representa o Consenso de Washington. De maneira geral, a maior parte dos estudos realizados

utilizando-se a análise dos dados visam a evidenciar tipologias de dados e/ou variáveis estudados. É possível, porém, abordar os resultados de forma diferente e utilizar uma análise fatorial para construir variáveis compostas. Utilizaremos uma análise de dados para determinar as ponderações associadas às variáveis que compõem uma variável sintética não observável: o indicador de acompanhamento do Consenso de Washington (**iCW**).

Dentre os diversos métodos de análise disponíveis, a Análise em Composições Principais (ACP) pode ser aplicada em quadros com duas dimensões cruzando indivíduos (os países) e variáveis quantitativas (as diferentes dimensões do consenso de Washington). Ela permite: i) avaliar as *semelhanças* entre indivíduos — quanto mais dois países possuem valores próximos no conjunto dos dez mandamentos do consenso mais se pode comparar os seus graus de aplicação do mesmo — e (ii) estabelecer um balanço das *conexões* entre variáveis, isto é, entre estes dois países.

Este segundo aspecto é particularmente importante, pois ele, de fato, fornece eixos fatoriais em forma de variáveis sintéticas que constituem o melhor resumo possível do conjunto de variáveis iniciais. Nosso indicador composto de acompanhamento será constituído pelo melhor destes. A escolha dos anos (períodos) requer um cuidado redobrado e levanta algumas dificuldades. É importante evitar cair na confusão entre a mensuração dos objetivos do Consenso de Washington e a dos meios utilizados para os alcance destes objetivos. Nossa meta sendo o de julgar o grau efetivo da aplicação do consenso, decidimos apenas utilizar variáveis que medem o nível de alcance dos objetivos deste último. Isso explica a disparidade que aparecem às vezes entre as medidas do consenso e as variáveis obtidas.

Além do mais, é claro que alguns destes objetivos, como o estado dos direitos de propriedade em um país, por exemplo, não poderão ser

circundados apenas com variáveis qualitativas às quais não se aplica à técnica de análise escolhida. Neste âmbito, se faz necessário então, o estabelecimento de dez variáveis quantitativas. As fontes destes que ajudarão numa melhor circuncisão de cada uma das dimensões do consenso. dados assim com os detalhes técnicos de como foram elaborados serão relatados integralmente na nossa pesquisa.

A idéia é proceder da seguinte maneira: vamos colher dados alguns dos 49 PMA, estabelecer um iCW a partir das medidas e confrontar estas medidas (de estabilidade e estruturais) acima mencionadas para ver qual a relação entre o seu grau de aplicação e o nível de austeridade econômica do país. Como pretendemos fazer isto segue abaixo

Dispomos para o ano de 2000 e para alguns países menos avançados, de dez variável quantitativas representando respectivamente os dez mandamentos do Consenso de Washington. Estudamos, conseqüentemente, um quadro de um quadro de medidas de uma dezena de países em linha e com 10 colunas. Os resultados da ACP deste quadro de dados – detalhados de maneira completa no quadro em anexo- são satisfatórios quanto ao nosso objetivo principal. O primeiro fator, muito preponderante, capta grande parte da inércia — isto é da variância ou ainda da dispersão – da nuvem de pontos dentro do espaço vetorial nas dez dimensões que nos interessa. Desta maneira, o nosso primeiro elemento principal, nosso futuro indicador, sintetizará grande parte da variância do conjunto das variáveis iniciais.

Os segundos e terceiros fatores representam, por sua vez, 15 e 12% respectivamente da inércia total. Então o primeiro plano fatorial oferece uma apresentação razoável dos dados. O círculo de correlação, constitui a projeção das dez variáveis presentes no primeiro plano vetorial. Ele permite fazer um balanço das relações entre variáveis e sobretudo de caracterizar os eixos fatoriais F1 e F2, afim de interpretar a projeção dos indivíduos. A proximidade relativa entre os pontos representantes das

variáveis CO, PR, LI, DE, PM e DP, na proximidade do círculo, mostra que estas últimas são relativamente correlacionadas entre elas, evidenciando que estas variáveis em questão tratam bem de diferentes aspectos de uma mesma coisa: a aplicação do Consenso de Washington. Isto já bastaria para a variável SU que, é bem lembrar, trata simultaneamente do grau de desengajamento do Estado e da fraqueza das transferências e subvenções no PIB. Esta posição revela de fato um fenômeno muito interessante.

Quando se acreditava que os PMA aplicavam, de forma mais ou menos intensiva, o conjunto das medidas impostas pelo Consenso de Washington, a variável SU aparece correlacionada com várias outras variáveis, tais como a PM, LI, DE e DP. Assim, enquanto se esperava ver as dez variáveis desempenhar um papel mais ou menos positivo no grau de aplicação do Consenso de Washington, constata-se que os países com níveis de desregulamentação, de direito de propriedade, de liberalização e de ortodoxia monetária mais elevados são também aqueles em que o Estado mantém um peso importante e onde as transferências e subvenções no PIB continuam altas.

Esta importante observação sugere que a maioria dos países que aplicam – de maneira geral – as recomendações do Consenso de Washington, o fazem mantendo um certo engajamento do Estado, despesas públicas conseqüentes e subvenções aos setores em dificuldade (RODRIK, 1998a]. Existiria, então um outro Consenso de Washington, fruto da aplicação efetiva deste último pelos PMA e que conservaria ao Estado seu papel de avalista de uma certa justiça econômica, dentro de um contexto de liberalização crescente. Agora, indo mais profundamente no nosso trabalho, iremos construir um indicado de acompanhamento deste Consenso e observá-lo. Para a criação de uma variável sintética, é necessário observar quais são as dez variáveis na inércia dos eixos. Neste caso são as variáveis DE, PM, LI, CO, PR e DP que contribuem

pela grande maioria da inércia do eixo F1. Com uma pequena exceção (PM), as variáveis representam medidas estruturais do Consenso. São as variáveis SU, DP, TC, CO e RF que contribuem por sua parte pela maior inércia do eixo F2. A variável AB somente contribui de maneira significativa na inércia do eixo F3. Estas observação evidenciam claramente que o que difere um PMA de um outro, em relação às medidas do Consenso de Washington, são as medidas observadas através das variáveis DE, PM, LI, CO, PR e DP. É somente num “segundo tempo” e de forma muito menos marcante, que as medidas traduzidas pelas variáveis SU, TC e RF diferenciam estes países.

É de fato, essencialmente o grau de aplicação das medidas estruturais do Consenso de Washington que criará o valor de nosso indicador sintético de acompanhamento do Consenso de Washington (iCW). O estudo da projeção dos indivíduos (os países) no primeiro plano fatorial não constitui o objetivo principal de nosso estudo. Porém, ela oferece uma visão da repartição dos PMA, em 2000, em relação à temática do estudo. No nosso gráfico, a maioria dos PMA de uma boa representação. Desta forma, as semelhanças ou divergências entre países ou grupo de países podem ser interpretadas como semelhanças estatísticas do ponto de vista das dez variáveis analisadas, isto quer dizer do ponto de vista do grau e das formas de aplicação dos dez mandamentos do Consenso de Washington.

Constatamos que os PMA estão, neste caso, à direita do gráfico, assim também os países produtores de petróleo. Ao extremo oposto do gráfico, estão os países que menos atenderam aos mandamentos do Consenso de Washington: Argélia, Birmânia, Síria, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Tanzânia ou ainda a República Centro Africana e o Chad. Trata-se agora, com base na nossa em composição principal, estabelecer um indicador quantitativo. Com base na combinação linear das dez variáveis constitutivas do Consenso de

Washington obtida através da análise, atribuir a cada país o valor de sua projeção no primeiro eixo fatorial. Este valor “resume” grande parte da variância total das dez variáveis iniciais e constitui, de fato, um indicador sintético aceitável do grau de aplicação, em 2000, do Consenso de Washington dentre os PMA. Porém, este indicador não permite ainda de responder de maneira satisfatória aos objetivos deste trabalho. Os pontos de observação se situarão todos os cinco anos ao longo deste período.

Por razões de comodidade, os valores obtidos inicialmente – as coordenadas dos países em diferentes datas no primeiro eixo fatorial – foram atualizados para interpolação linear no intervalo [0;10]. O valor zero é atribuído aos países em que os dez mandamentos do Consenso de Washington eram, de forma conjunta, as menos aplicadas em toda a população analisada. Ao extremo inverso, o valor dez é atribuído aos países em que os dez mandamentos eram, de forma conjunta, mais aplicadas em toda a população estudada. É a evolução deste valor (nota) de um período a outro, que nos interessa. As observações do gráfico e dos quadros nos revela dados interessantes. O ritmo geral da aplicação dos preceitos do Consenso de Washington não homogêneo no tempo. A progressão relativamente lenta do processo de implementação do Consenso nos anos de 1980 e 1985 foi seguida de duas fases de forte aceleração entre 1985 e 1990 e entre 1990 e 1995 e depois de um forte período de desaceleração entre 1995 e 2000.

Além do mais, parece que o Consenso foi aplicado de forma bastante diferenciada no espaço, contrariando BIRDSALL & DE LA TORRE [2001] ou WILLIAMSON [2004]. Os países asiáticos, incluindo a China e a Índia, têm muito menos aplicado os preceitos do Consenso de Washington que os países da América Latina (WILLIAMSON, 2004 e RODRIK, 2003). WILLIAMSON [2004] afirma mesmo que alguns destes últimos países aplicaram os preceitos de forma errônea aceitando, sob

pressão das IFI, a liberalização de suas contas de capital nos anos 1993-1994. Decisão que teria efeito devastador com a crise asiática de 1997. Quanto aos PMA, principalmente os da África subsahariana, alguns aplicaram os preceitos do Consenso de Washington de forma incompleta e nestes países em particular e em todos os outros em geral, o aumento sensível do iCW entre 1995 e 2000 pode encontrar um início de explicação na criação na sigla PPME (Países Pobres Muito Endividados). A classificação nasceu em 1996 e foi reforçado em 1999. O objetivo era ver os países do subcontinente africano se conformar em adotar as reformas estruturais liberais contidas nos documentos estratégicos de redução a pobreza (DERP).

Resumindo, com base numa combinação linear das dez variáveis constitutivas do Consenso, atribuiremos a cada país o valor de sua projeção num eixo fatorial. Este valor resume quase um terço da variância total das dez variáveis iniciais e constitui de fato um indicador sintético aceitável do grau de aplicação, naquele ano, do consenso nos PED. Porém, como este indicador não responde de forma satisfatória aos objetivos deste estudo e não seria, portanto, nem interessante, nem pertinente confrontar a riqueza ou o desenvolvimento de um país no tempo t com a realização efetiva de um certo número de objetivos do consenso neste mesmo tempo t . Dentro de uma perspectiva que busca avaliar a operacionalização (ou aplicação) do Consenso sobre a riqueza ou o desenvolvimento das nações, é necessário efetuar uma análise dinâmica – ou mesmo do tipo estático comparativo – das evoluções destas diferentes variáveis. Dessa forma, se torna necessária, então, uma mensuração dos valores do iCW, comparados aos dos que já dispomos, em distintos períodos no tempo.

Pudemos assim, não somente medir o grau de aplicação do Consenso, mas também a intensidade da operacionalização das medidas deste último, da evolução do PIB *per capita*, do indicador do

desenvolvimento humano (IDH), do nível de endividamento ou ainda da desigualdade. A técnica de análise de dados permite conhecer a posição de certos indivíduos nos eixos determinados pelo restante da população.

Estes indivíduos suplementares serão os PMA observados em períodos anteriores ao estudo. Os mesmos não participam da criação dos eixos fatoriais, porém, a sua posição dentro do espaço vetorial dirigido pelas dez variáveis constitutivas do consenso pode ser projetada no plano fatorial determinada pelos indivíduos ativos – os PED no tempo t . Fica assim possível atribuir aos PED, para quem dados completos já estarão disponíveis, um valor do iCW em períodos anteriores ao período de referencia. Podemos observar uma evolução do iCW e compará-lo às evoluções das variáveis as quais desejamos comparar. O “campo temporal” de análise abrangerá o período desde a aplicação dos preceitos liberais, ou seja, entre 1980-200x. Em um primeiro momento obtivemos o quadro anterior.

QUADRO 03: PROJEÇÃO DAS 10 VARIÁVEIS – CIRCULO DE CORRELAÇÕES

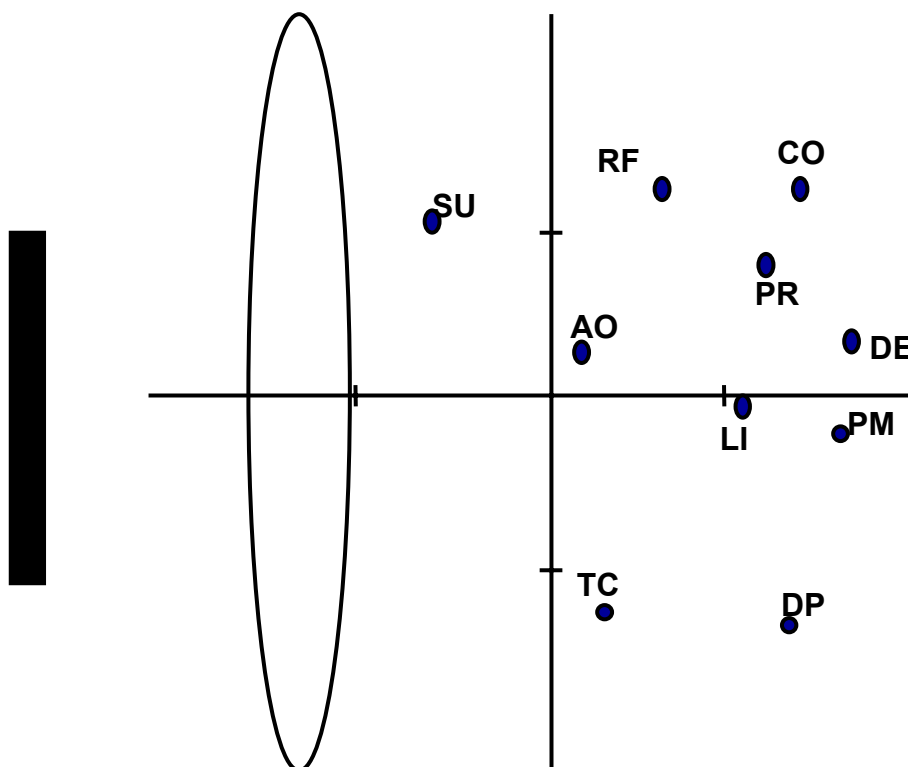


TABELA 07: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA EVOLUÇÃO DO iCW (1980-2000)

Grupo de Países		□iCW	□iCW	□ iCW	□iCW
		(80-85)	(85-90)	(90-95)	(95-00)
Leste Asiático e Pacífico	μ	0.937	0.705	0.143	-0.093
	σ	1.027	0.927	1.190	0.561
	N	5	5	6	8
América Latina	μ	-0.293	1.502	1.427	-0.559
	σ	0.983	1.865	1.470	1.153
	N	11	12	15	17
África ao Sul do Saara	μ	0.057	0.132	-0.064	0.531
	σ	1.430	1.289	1.593	1.088
	N	6	9	8	10
Leste Europeu Ásia Central	μ	nd	0.508	1.796	0.763
	σ	nd	0.498	1.007	1.181
	N	nd	2	4	13
África do Norte e Oriente Médio	μ	0.917	0.397	1.112	0.149
	σ	0.980	0.508	0.304	0.665
	N	2	3	3	3
TOTAL	μ	0.222	0.767	0.894	0.099
	σ	1.122	1.466	1.446	1.160
	N	28	34	38	54

FONTE: Ben & Combarous, 2004

6.5. VINTE ANOS DA APLICAÇÃO DO CONSENSO DE WASHINGTON

Com o auxílio do nosso indicador, poderemos mensurar o impacto das medidas preconizadas pelo consenso de Washington sobre a situação dos PED. Depois de constatar os resultados deste último, tentaremos balizar o caminho do “pós-consenso”.

6.5.1 O CONSENSO DE WASHINGTON ATINGIU SEUS OBJETIVOS?

As IFI defendem fervorosamente, nos últimos 20 anos, a idéia de que a aplicação das políticas econômicas liberais do consenso de Washington caminha necessariamente no sentido da melhoria da situação econômica e social dos países em questão. Até agora não conseguiram

demonstrar isto de forma absoluta. SALAI-I-MARTIN (2002), por exemplo, afirma que a pobreza e as desigualdades foram bastante reduzidas ao longo destes vinte anos, porém deve-se reconhecer que os resultados positivos registrados em termos de pobreza se limitam apenas para a Ásia e que esta pobreza não diminuiu na América Latina e até aumentou na África. No mesmo período, estudos têm mostrado a ineficácia de algumas medidas do consenso de Washington. De maneira geral, EASTERLY (2001) concluiu que as políticas adotadas nos anos de 1980 e 1990 levaram a estagnação dos PED. MILANOVIC (2003) observa, por sua parte, que ao longo das duas últimas décadas em que o globalismo conheceu uma aceleração, o crescimento desacelerou e as desigualdades entre países, que tinham sido levemente reduzidas nos anos de 1960 – 1970, aumentaram claramente desde então. Ele constata até que mesmo os PED que tiveram sucesso – a China, por exemplo – são os que mais se distanciaram dos preceitos das IFI. WADE (2004) mostra que a pobreza extrema não diminuiu significativamente e que as desigualdades entre países têm aumentado, revelando que o modo de desenvolvimento atual é um impasse.

Bourguignon e Morrisson (2003), que com certeza não colocariam em questão os fundamentos do consenso de Washington, consideram que as desigualdades entre países permaneceram estáveis ao longo do último meio século, mas o crescimento da pobreza em certos cantos do planeta continua muito alarmante. Com uma análise mais focada, WEISBROT e BABER (2003) mostram que a liberalização comercial explica em parte o crescimento das desigualdades. RODRIK (1998b), em oposição a STIGLITZ (2002), defende que a liberalização dos movimentos de capitais não implica um crescimento mais forte ou um desenvolvimento mais sustentável. Ao nível teórico, o consenso de Washington tem sido contestado desde o início dos anos de 1980, particularmente por TAYLOR e pelos neo-estruturalistas que destacam o caráter depressivo

das medidas de estabilização preconizadas pelas IFI. De nossa parte, podemos, com base em nosso indicador, fazer um confronto entre o grau de “realização” do consenso, considerado em todas suas dimensões, e os indicadores que as IFI consideram como indicadores em potencial da eficácia de suas políticas. Os objetivos mais comumente considerados são objetivos de crescimento, de desenvolvimento do comércio internacional. As variáveis que usaremos para caracterizar estes diferentes objetivos serão respectivamente o PIB per capita em paridade com o poder de compra, o IDH, o valor da dívida externa, a proporção inter quintil – parcela da riqueza do país detida pelos 20% mais ricos e aquela detida pelos 20% mais pobres – e por fim o grau de abertura dos países ao comércio internacional, medido pela soma das exportações e das importações relacionados com o PIB.

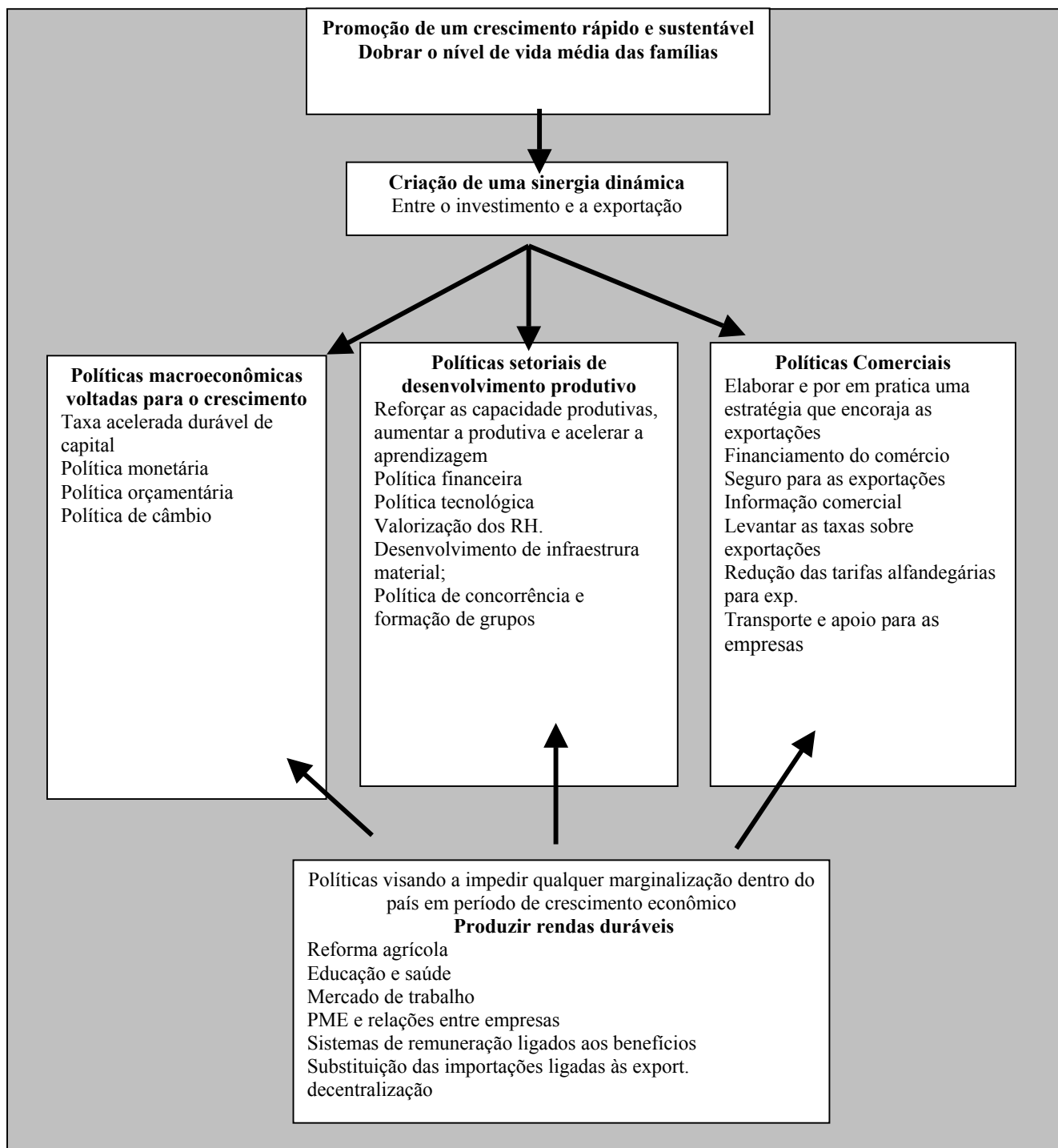
Uma leitura comparativa destas variáveis e do iCW ao longo dos diferentes períodos em estudo pode ser feita de diversas maneiras. A apresentação mais intuitiva da relação entre o iCW e “variáveis-objetivos” consiste em representar os conjuntos de pontos cruzando as evoluções destes últimos ao longo dos diferentes períodos. Estas representações gráficas permitem visualizar, de cara, um certo número de fatos. De maneira geral não há relações estáveis no tempo e/ou claramente orientados entre a aplicação do CW e a evolução das variáveis estudadas. A orientação dos pontos, quando perceptível, se inverte às vezes entre os sub-períodos de observação e a maioria dos pontos sugere a ausência de concordância entre as variações do iCW e dos objetivos observados. Não existe nenhuma relação clara entre as variações do iCW e as da desigualdade ou o grau de abertura dos países. Resumindo, tudo indica que esta abordagem do efeito da aplicação do CW nos objetivos que ele tenta alcançar oferece resultados particularmente mistos.

Não é possível confirmar qualquer eficácia geral do consenso de Washington para a totalidade dos países que serão estudados, para a totalidade dos objetivos traçados e para a totalidade dos períodos delineados. Esta abordagem estritamente gráfica não é rigorosa o suficiente para satisfazer todas as nossas necessidades. A abordagem mais rigorosa consistiria em estabelecer, para cada variável-objetivo, um modelo econométrico dentro do qual nossa variável iCW seria uma variável exógena entre outras. Estes modelos permitiriam julgar o sentido e a eventual significância da relação estatística que poderia existir entre a aplicação do consenso e as variáveis em questão, todas as coisas iguais. A especificação de tais modelos está fora do quadro deste estudo. Focaremos, portanto na busca de eventuais laços diretos entre o iCW e os objetivos. Para isso, é desde já possível medir coeficientes lineares de correlação positiva que permitam avaliar uma possível correlação positiva ou negativa entre o iCW e os objetivos. Para controlar os vieses relacionados à existência de indivíduos com valores extremos, pode-se, em um segundo tempo transformar nossas variáveis contínuas em variáveis discretas de quatro modalidades determinadas pelos quartis de suas distribuições iniciais. Observaremos então quadros de contingência que cruzam para cada período as modalidades “variação fraca”, “variação média fraca”, “variação média forte” e “variação forte” da variável do iCW e de tal ou tal objetivo.

Assim eliminamos os vieses ligados à presença de indivíduos com valores extremos (*outliers*) e ao mesmo tempo manter a possibilidade de testar estatisticamente a eventualidade de uma relação entre duas variáveis a través do *chi-quadrado*. Testaremos então a hipótese de independência entre as duas variáveis. Os resultados das medidas de correlações lineares entre variáveis contínuas e dos testes do *chi-quadrado* aplicados aos quadros de contingências das variáveis discretas, assim como os testes de significância auferindo estas duas medidas serão

num quadro. Este quadro permitirá expressar conclusões sobre as relações entre o iCW e o PIB/habitante como entre o iCW e o IDH no período do estudo.

QUADRO 04: RESUMO DOS PRECEITOS DO CONSENSO DE WASHINGTON



FONTE: Elaborado pelo autor.

Conforme RODRIK (2003) sublinha, a Coréia do Sul e Taiwan, por exemplo, não se atiraram cegamente no caminho da desregulamentação e da liberalização. Ao invés de privatizar, estes países se agarraram num setor público bastante forte e não hesitaram em manter barreiras comerciais e em subvencionar suas exportações. A China e a Índia, que recebem elogios por seus resultados em termos de crescimento econômico, só se abrem de forma progressiva e mantêm suas instituições muito fortes.

O Chile é outro país sempre citado como exemplo. Se é verdade que este desenvolveu uma política ultraliberal nos anos de 1970 sob a ditadura de Pinochet, os bons resultados que ele obteve em seguida se explicam por uma mudança política que se iniciou em 1983. Recorreu desta forma a políticas “contra-cíclicas”, aumentou suas despesas educacionais - que passaram de 4,5 para 7% do PIB entre 1994 e 2000 —, estabeleceu uma política fiscal progressiva, incentivou as subvenções às exportações e regulamentou as entradas de capitais de curto prazo, tantas medidas que nada tem a ver com as prescrições das IFI aos PED. Outra explicação do fracasso seria a confiança não comedida proporcionada ao funcionamento dos mercados – crise financeira asiática de 1997 – que se traduziu por uma rejeição de qualquer forma de intervenção. A formulação do nosso indicador mostrará que o papel do Estado não pode ser subestimado, mesmo quando se trata de promover economias bastante abertas aos fluxos comerciais e financeiros internacionais.

Este capítulo me lembra os pensamentos de MESZAROS (Para Além do Capital, 2002), quando ele fala da crise estrutural do capital, nesses termos: Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do*

capital. Como tal, esta crise afeta - pela primeira vez em toda a história - o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

Os elementos constitutivos do sistema do capital (como o capital monetário e mercantil, bem como a originária e esporádica produção de mercadorias) remontam a milhares de anos na história. Entretanto, durante a maioria desses milhares de anos, eles permaneceram como partes subordinadas de sistemas específicos de controle do metabolismo social que prevaleceram historicamente em seu tempo, incluindo os modos de produção e distribuição escravista e feudal. Somente nos últimos séculos, sob a forma do capitalismo burguês, pôde o capital garantir sua dominação como um "sistema social" global. Para citar MARX: *"é preciso ter em mente que as novas forças de produção e relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, não caem do céu, nem das entranhas da Idéia que se põe a si própria; e sim no interior e em antítese ao desenvolvimento existente da produção e das relações de propriedade tradicionais herdadas. Se no sistema burguês acabado cada relação econômica pressupõe outra sob a forma econômico-burguesa, e assim cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto, tal é o caso em todo sistema orgânico. Este próprio sistema orgânico, enquanto totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento, até alcançar a totalidade plena, consiste, precisamente, na subordinação de todos os elementos da sociedade a si próprio, ou na criação, a partir dele, dos órgãos que ainda lhe fazem falta; desta maneira chega a ser historicamente uma totalidade."*

As formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os seres humanos e com a natureza eram, em seu conjunto, orientadas pela produção: para o *uso*, com um amplo grau de *auto-suficiência* como determinação sistemática. Isso lhes impôs uma grande vulnerabilidade

frente aos flagrantemente diferentes princípios de reprodução do capital já operativos, mesmo que inicialmente em uma escala muito pequena, nas fronteiras dos antigos sistemas. Pois nenhum dos elementos constitutivos do sistema orgânico" do capital que se manifestava dinamicamente necessitou alguma vez ou foi capaz de, confinar a si próprio às restrições estruturais da auto-suficiência. O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos "valores de uso" não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos - como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis - o imperativo fetichizado do "valor de troca" quantificável e sempre expansível.

É desta maneira que surgiu a forma historicamente específica do sistema capitalista, sua versão capitalista burguesa. Ela teve de adotar o irresistível modo *econômico* de extração de sobre trabalho, como mais-valia estritamente quantificável - em contraste com a pré-capitalista e a pós-capitalista de tipo soviético, formas basicamente *políticas* de controlar a extração de sobre trabalho -, de longe, o modo mais dinâmico de realizar, a seu tempo, o imperativo da expansão do sistema vitorioso. Além do mais, graças à perversa circularidade do sistema orgânico totalmente completo do capital - no qual "cada relação econômica pressupõe outra *sob* a forma econômico-burguesa" e "cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto" - o mundo do capital reivindica sua condição de eterna e indestrutível "gaiola de ferro", da qual nenhuma escapatória pode ou deve ser contemplada. Entretanto, a absoluta necessidade de atingir de maneira eficaz os requisitos da irremediável expansão - o segredo do irresistível avanço do capital - trouxe consigo, também, uma intransponível limitação histórica. Não apenas para a específica forma sócio-histórica do *capitalismo* burguês, mas, como um

todo, para a viabilidade do *sistema do capital* em geral. Pois este sistema de controle do metabolismo social, teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas conseqüências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável.

O século XX presenciou muitas tentativas mal sucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital, do keynesianismo ao Estado intervencionista de tipo soviético, juntamente com os conflitos militares e políticos que eles provocaram. Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a "hibridização" do sistema do capital, comparado a sua forma econômica clássica (com implicações extremamente problemáticas para o futuro), mas não soluções estruturais viáveis.

De fato, é extremamente significativo a este respeito - e apesar do triunfalismo que enalteceu, em anos recentes, as virtudes míticas de uma idealizada "sociedade de mercado" (sem mencionar a utilização propagandística apologética do conceito de um "mercado social" completamente fictício) e o "fim da história" sob a hegemonia, livre de ameaças, dos princípios do capitalismo liberal que o sistema do capital não pôde se completar como um sistema *global* em sua forma propriamente *capitalista*; isto é, fazendo prevalecer *universalmente* o irresistível modo econômico de extração e apropriação de sobretrabalho na forma de mais-valia. O capital, no século XX, foi forçado a responder às crises cada vez mais extensas (que trouxeram consigo duas guerras mundiais, antes impensáveis) aceitando a "hibridização" - sob a forma de uma sempre crescente intromissão do Estado no processo sócio-econômico de reprodução) como um modo de superar suas dificuldades, ignorando os perigos que a adoção deste remédio traz, a longo prazo, ara

a viabilidade do sistema. Caracteristicamente, tentativas de retroceder no tempo (até mesmo mais atrás do que a era de um Adam Smith grosseiramente mal representado) são proeminentes entre os defensores acríticos do sistema do capital.

Desse modo, os representantes da "Direita Radical" continuam a fantasiar sobre "o recuo das fronteiras do Estado", enquanto na realidade o oposto é claramente observável, devido à incapacidade do sistema para garantir a expansão do capital na escala requerida sem a administração, pelo Estado, de doses sempre maiores de "ajuda externa", de uma maneira ou outra.

O capitalismo pode ter conseguido o controle na antiga União Soviética e no Leste europeu, mas é extremamente equivocado descrever o estado atual do mundo como dominado de maneira bem sucedida pelo *capitalismo*, apesar de estar, certamente sob a dominação do *capital*. Na China, por exemplo, o capitalismo somente está estabelecido, eficazmente, em "enclaves" costeiros, deixando a esmagadora maioria da população (isto é, bem mais de um bilhão de pessoas) fora de seus marcos. E mesmo nessas áreas limitadas da China, nas quais prevalecem os princípios capitalistas, a extração econômica do sobretrabalho precisa ser sustentada através de fortes componentes políticos, mantendo o custo do trabalho artificialmente baixo. A Índia - outro país com uma população imensa -, de maneira similar, encontra-se apenas parcialmente sob a administração bem sucedida do metabolismo sócio-econômico regulado de modo capitalista, deixando, até agora, a esmagadora maioria da população em uma situação bem diferente e difícil.

Mesmo na antiga União Soviética, seria bastante impreciso falar sobre a bem sucedida restauração completa do capitalismo, apesar da total dedicação dos organismos políticos dominantes a esta tarefa durante, pelo menos, os últimos anos. Além do mais, a fracassada

"modernização" do assim chamado "terceiro mundo", em conformidade com as prescrições difundidas por décadas pelos países "capitalistas avançados", destaca o fato de que um grande número de pessoas - não apenas na Ásia, como também na África; América Latina - ficou fora da terra, por muito tempo prometida, da prosperidade capitalista liberal. Dessa forma, o capital pode conseguir adaptar-se às pressões emanadas do fim de sua "ascendência histórica" somente retrocedendo atrás de sua própria fase progressiva de desenvolvimento e abandonando completamente o projeto capitalista liberal, apesar de toda mistificação ideologicamente auto-justificatória em contrário.

É por muitos sobreviverem (se o fazem), exatamente "fechando a boca" na "economia tradicional" e o número de aqueles que permanecem completamente marginalizados, mesmo se desejando ainda - na maioria das vezes em vão - um emprego de qualquer tipo no sistema capitalista, está quase além do entendimento. Portanto, "enquanto o número total de pessoas desempregadas registradas pelas agências de emprego atingiu 336 milhões, em 1993, o número de pessoas empregadas, no mesmo ano, de acordo com a Comissão de Planejamento, atingiu somente 307,6 milhões, o que significa que o número de desempregados registrados é maior do que o número de pessoas empregadas. E a taxa de incremento percentual do emprego é praticamente desprezível". Isso que hoje se tornou mais óbvio do que nunca que o alvo da transformação socialista não pode ser somente o *capitalismo*, se quiser um sucesso duradouro; deve ser o próprio sistema do *capital*.

Esse sistema, em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas tem (e deve ter) sua expansão *orientada e* dirigida pela *acumulação*. Naturalmente, o que está em questão a este respeito não é um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades humanas. Mais exatamente, e a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem

constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente - e deve sempre usurpar - o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, do menor "microcosmo" constitutivo ao "macrocosmo" abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo *é estrutural*, o sistema do capital é - e sempre deverá permanecer assim *irreformável e incontrolável*. A falência histórica do reformismo social-democrata fornece um testemunho eloqüente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural profunda, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, destaca de maneira aguda sua incontrolabilidade. Na verdade, é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais requeridas para remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo, tanto no "microcosmo" reprodutivo, como no "macrocosmo" do sistema do capital enquanto um modo global de controle do metabolismo social.

E isso só pode ser atingido colocando em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas; um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas mas pelos próprios produtores associados.

O sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (Interna e internacional). O resultado é um irremediável sistema "*centrifugo*", no qual as partes conflituosas e internamente antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes. No passado, em teorias formuladas do ponto de vista do capital, os remédios para a dimensão *coesiva* perdida eram, em seu conjunto, desejos

conceitualizados. Primeiramente por Adam Smith, como "a mão invisível" a qual, obrigatoriamente tomaria as intervenções políticas do Estado e seus políticos - explicitamente condenada por Smith como extremamente prejudicial - completamente supérflua. Posteriormente, Kant ofereceu uma variante do "Espírito Comercial" de Adam Smith, defendendo a realização da "política moral" e (um tanto ingenuamente) esperando da ação do "Espírito Comercial" não apenas benefícios econômicos universalmente difundidos como, também, um politicamente louvável reino de "paz perpétua" no quadro de uma harmoniosa "Liga das Nações". Mais adiante, no ápice dessa linha de pensamento, HEGEL introduziu a idéia da "astúcia da Razão", atribuindo a ela o desempenho de uma função muito parecida à "mão invisível" de ADAM SMITH. Entretanto, em completo contraste com ADAM SMITH - e refletindo a situação muito mais dilacerada pelos conflitos de seu próprio tempo - HEGEL atribuiu ao Estado nacional, diretamente, o papel totalitário da Razão nos assuntos humanos, desdenhando a crença de KANT em um reino vindouro de "paz perpétua". Também, insistiu em que *"o Universal é encontrado no Estado, em suas leis, suas disposições universais e racionais. O Estado é a Idéia Divina tal qual existe sobre a Terra"*

Atualmente, vemos ser oferecida a varinha mágica da *globalização como* uma solução automática para todos os problemas e contradições enfrentados. Esta solução é apresentada como uma novidade completa, como se a questão da globalização aparecesse no horizonte histórico somente há uma ou duas décadas com sua promessa de bondade universal, ao lado da outrora igualmente saudada e reverenciada noção da "mão invisível". Mas, na realidade, o sistema do capital moveu-se inexoravelmente em direção à "globalização" desde seu início. Devido à irrefreabilidade de suas partes constitutivas, ele não pode considerar-se completamente realizado a não ser como um sistema global totalmente abrangente. É por essa razão que o capital procurou demolir todos os

obstáculos que permaneciam no caminho de sua plena expansão e porque ele deve continuar a fazê-lo enquanto o sistema perdurar.

É aqui que uma grande contradição torna-se claramente visível. Por que, enquanto o capital em sua articulação produtiva - atualmente através, principalmente, da ação de gigantescas corporações *nacionais-transnacionais* - tende a uma integração global (e, nesse sentido, verdadeira e substantivamente à globalização), a configuração vital do "capital social total" ou "capital global" é, hoje em dia, completamente desprovida de sua própria formação estatal. Isto é o que contradiz nitidamente a determinação intrínseca do próprio sistema como inexoravelmente global e desenfreado. Assim, o perdido "Estado do sistema do capital" como tal, demonstra a incapacidade do capital para atingir a lógica objetiva da irrefreabilidade do sistema em suas últimas conseqüências. É esta circunstância que deve colocar as expectativas otimistas de "globalização" sob a sombra de sua deplorável falência, sem remover, entretanto, o próprio problema - nomeadamente, a necessidade de uma verdadeira integração global dos intercâmbios reprodutivos da humanidade - para o qual somente uma solução socialista pode ser considerada. Pois, sem uma solução socialista, os necessariamente crescentes antagonismos fatais e confrontos hegemônicos pelos mercados exigidos entre principais poderes concorrentes - como, por exemplo, para tomar apenas um, dentro de duas ou três décadas a economia chinesa (mesmo a sua presente taxa de crescimento) deverá ultrapassar largamente a força econômica dos Estados Unidos, com um potencial militar para lhes fazer frente - pode resultar, apenas, em uma catastrófica ameaça à sobrevivência da humanidade.

A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos. A adaptabilidade deste modo de controle do metabolismo social pode ir tão longe quanto a "ajuda externa" compatível com suas determinações sistemáticas permita

fazê-lo. O próprio fato de que a necessidade desta "ajuda externa" aflore - e, apesar de toda a mitologia em contrário, continue a crescer durante todo o século XX - foi sempre um indicativo de que algo diferente da normalidade da extração e apropriação econômica do sobretrabalho pelo capital tinha que ser introduzido para conter as graves "disfunções" do sistema. E, durante a maior parte de nosso século, o capital pôde tolerar as doses do remédio ministradas e nos poucos "países capitalistas avançados" - mas somente neles - pôde até mesmo celebrar a fase mais obviamente bem sucedida de expansão do desenvolvimento durante o intervencionismo estatal keynesiano das décadas do pós-guerra.

A severidade da crise *estrutural* do sistema do capital confronta os socialistas com um grande desafio estratégico, oferecendo, ao mesmo tempo, algumas novas possibilidades vitais para enfrentá-lo. O que precisa ser destacado aqui é que não importa quão abundantes ou variadas sejam as formas de "ajuda externa" no século XX - bem diferente das fases iniciais do desenvolvimento capitalista, quando a política absolutista de "ajuda externa" (como apontado por MARX com referência a HENRY VIII e outros) foi instrumental, ao invés de vital, para estabelecer a normalidade do capital e seu funcionamento saudável como um sistema global - toda esta ajuda, ajuda, em seu tempo, provou ser *insuficiente* para o objetivo de garantir a permanente estabilidade e a inquestionável vitalidade do sistema. Exatamente ao contrário. Pois as intervenções estatais do século XX puderam somente intensificar a "hibridização" do capital como um sistema social reprodutivo, acumulando, desse modo, problemas para o futuro. Em nosso futuro, a crise estrutural do capital - afirmando-se a si própria como a *insuficiência crônica de "ajuda externa"* no presente estágio de desenvolvimento - deverá tornar-se mais profunda. É, também, deverá reverberar através do planeta, até mesmo nos mais remotos cantos do mundo, afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas

diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais.

Certamente, uma mudança historicamente viável somente pode ser verdadeiramente *epocal*, colocando a tarefa de ir *além do próprio capital* como um modo de controle do metabolismo social. Isso significa um movimento de magnitude muito maior do que a substituição do sistema feudal pela subordinação hierárquico-estrutural de qualquer força de controle externo; em oposição à simples mudança da *forma* histórica específica sob a qual a extração e apropriação de sobretrabalho foi perpetuada, como sempre aconteceu no passado.

As "personificações do capital" podem assumir formas muito diferentes, desde a variedade capitalista privada à atual teocracia, e dos ideólogos e políticos da "Direita Radical" a partidos e burocratas estatais pós-capitalistas. Eles, inclusive, podem se apresentar como travestis políticos, assumindo a roupagem do "Novo Trabalhismo" (como faz o atual governo da Inglaterra, por exemplo) para espalhar mais facilmente mistificação no interesse da continuação da dominação do capital. Tudo isso, entretanto, não pode resolver a crise estrutural do sistema e a necessidade de superá-lo através da alternativa hegemônica do trabalho à ordem social metabólica do capital. É isto o que coloca na agenda histórica a tarefa da radical rearticulação do movimento socialista como um movimento de massas intransigente. Colocar um fim à separação do "braço industrial" do trabalho (os sindicatos) de seu "braço político" (os partidos tradicionais), que leva à impotência, e empreender uma ação direta politicamente consciente, em oposição à aceitação submissa das condições sempre piores, impostas aos produtores pelas regras pseudo-democráticas do jogo parlamentar, são os objetivos e movimentos transitórios que orientarão, necessariamente, um movimento socialista revitalizado no futuro previsível. A continua submissão ao curso globalmente destrutivo de desenvolvimento do capitalismo globalizado,

verdadeiramente, não é uma opção.

Por outro lado, WILLIAMSON (2004) constata, ele mesmo que a ação sobre as despesas públicas foi desprezada, confirmando assim que o CW não pôde ser aplicado em todas as suas dimensões, vários efeitos perversos podendo ser evidenciados. Se a limitação dos déficits em níveis que possam ser financiados é desejável, a austeridade orçamentária que foi imposta aos PED se traduz, na maioria das vezes, por uma redução drástica das despesas sociais (educação, saúde, moradia, infraestruturas) que não são rentáveis ao curto prazo. Nisso se acrescentam as demissões de funcionários e o congelamento — até redução — dos salários. Do lado das receitas, a política fiscal está ao serviço, sob o credo liberal, das camadas sociais mais favorecidas para que estas possam gerar a poupança necessária ao financiamento dos investimentos produtivos. Esta estratégia de “irrigação” (*trickle down effect*), segundo qual qualquer despesa a favor dos ricos acabará favorecendo os pobres, revelou seus limites já que a pobreza e as desigualdades não pararam de crescer, desde 1980, nos quatros cantos do planeta. Na prática, esta orientação liberal somente deixa mais pobre as classes desfavorecidas e as mais favorecidas, mais ricas, graças aos movimentos de liberalização dos capitais, à possibilidade de aplicar seus bens no exterior, fortalecendo assim a dependência financeira dos países do sul. Além do mais, as privatizações impostas, caso ajudem a reduzir o déficit orçamentário, participam na re-colonização econômica dos países em desenvolvimento.

Numa escala global, o CW obriga os PED a adotar políticas *procíclicas* que somente contribuem para agravar sua situação. Stiglitz observa que «os países em desenvolvimento não cessam de se perguntar porque que os Estados Unidos, quando confrontados a uma crise econômica, defendem políticas orçamentárias e monetárias expansionistas, enquanto que quando eles se encontram na mesma

situação, se exige que eles façam exatamente o contrário». A política monetária ortodoxa, baseada nas taxas de juro reais positivas, atrai capitais internacionais cuja volatilidade aumenta à medida que a liberalização dos fluxos de capital se intensificam. Estes níveis de taxas de juro não favorecem os investimentos internos, e conseqüentemente para a produção nacional. A ausência de investimentos públicos para melhorar as infraestruturas também contribui para agravar a situação. A lógica liberal também fez estragos no que diz respeito à questão comercial. As subvenções aos produtos de base (pão, arroz, leite, açúcar, combustível...) adotadas pelos governos dos países em desenvolvimento para garantir a existência de uma renda mínima foram reduzidas, até cortadas, o que torna ainda mais frágil a situação dos menos favorecidos. A desregulamentação e a abertura total dos mercados agravam a situação dos PED, pois somente favorecem as multinacionais que têm fácil acesso aos mercados do Sul que eles inundam de produtos subvencionados — violando as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) — causando assim a extinção dos produtores locais.

Portanto, como STIGLITZ volta a mencionar, “a maioria dos países industrializados — dentre eles os Estados Unidos e o Japão — edificaram suas economias protegendo judiciosamente algumas de suas filiais, até que estas ficassem fortes o suficiente para poderem fazer frente à concorrência externa. Obrigar um país em desenvolvimento a se abrir para produtos importados que vão competir com algumas de suas indústrias, vulneráveis a concorrência de seus homólogos estrangeiros bem mais potentes, pode ter conseqüências sociais e econômicas bem desastrosas. Com os agricultores (ou camponeses) dos países em desenvolvimento evidentemente incapazes de resistir aos produtos maciçamente subvencionados provenientes da Europa ou dos Estados Unidos, empregos foram sistematicamente destruídos antes mesmo que os setores industrial e agrícola nacionais tenham adotado uma dinâmica

de crescimento forte e criar outros novos”. Em suma, é de comum acordo que o CW se preocupou mais com a competição e com a eficácia do que com a igualdade e a solidariedade. WILLIAMSON (2004) enfatiza que não existia nenhum consenso na época sobre a importância da igualdade. Parecia - e continua parecendo para alguns — que o crescimento deva ser privilegiado, pois beneficiará a todos. Os fatos se encarregaram de desmentir esta asserção.

Somente a partir de 1998 que se deu conta de que o CW trazia mais problemas do que ele pretendia resolver. Mesmo assim ainda tem quem acha que não se obteve os resultados esperados porque não se foi a fundo com as reformas necessárias. Porém, como Milanovic observa, “sustentar que a globalização da forma que a conhecemos hoje é o caminho a seguir e que, se as políticas do CW não trouxeram frutos até hoje, elas o farão no futuro, não é nada mais que substituir o empirismo pela ideologia”. Parece então surgir a idéia de um pós-consenso acerca do papel central das instituições. Em seu relatório anual de 1997, o Banco Mundial consolidava sua posição afirmando que a *boa governança* era indispensável ao bom funcionamento do mercado e atribui ao estado cinco funções principais: estabelecer um sistema de leis, manter um ambiente de políticas não discriminatórias incluindo uma estabilidade macroeconômica, investir nos serviços de base e na infraestrutura, proteger o meio-ambiente e favorecer a igualdade (estas medidas estão resumidas no quadro abaixo). STIGLITZ (1998a) e (1998b), RODRIK (2003), BIRDSALL e DE LA TORRE (2001) tentam então traçar o caminho do pós-consenso. Para STIGLITZ (1998a) e (1998b), o fracasso do consenso pode ser explicado pelo baixo número de instrumentos utilizados e por uma visão muito estreita de desenvolvimento, centrada no crescimento econômico. O pós-consenso deve reconhecer que o desenvolvimento implica também um crescimento do nível de vida, da saúde, e da educação, que ele deve ser sustentável, igualitário,

democrático e deve preservar o meio ambiente.

Para isso, STIGLITZ que admite seus ataques à versão *neoliberal* do consenso — a das IFI —, prega a adoção de medidas como a regulamentação do sistema financeiro, o investimento em capital humano, o desenvolvimento da transferência de tecnologia para os PED ou o fortalecimento do papel do Estado. Estas medidas, de acordo com ele, nada têm de revolucionárias e são até bastante citadas por Williamson quando este define o que devem ser as reformas de segunda geração que, à luz das críticas que foram proferidas às IFI depois das crises dos anos de 1990, pretendem dar prioridade à luta contra a pobreza e as desigualdades.

RODRIG (2003) propõe uma extensão do CW, acrescentando a ele dez mandamentos suplementares que darão ênfase, dentre outras coisas, na boa governança, a flexibilização do mercado de trabalho, o respeito às regras da OMC, uma abertura prudente das contas de capital, a independência dos Bancos Centrais e a continuação da luta contra a inflação, a luta contra a pobreza, a proteção social. Mais uma vez, a idéia é a de complementar as reformas da primeira edição — isto é do CW — e não questionar seus fundamentos, o que suscita a adesão de WILLIAMSON (2004) que propõe estabilizar a inflação, continuar a liberalização através do mercado de trabalho, as privatizações e admite que a ênfase deve ser tanto nas instituições assim como na repartição dos frutos do crescimento.

BIRDSALL e DE LA TORRE (2001) vão um pouco mais além na crítica do Consenso de Washington e insistem na questão da igualdade. Eles propõem para o caso da América Latina, uma substituição do CW por um programa contendo dez mais uma (10+1) medidas visando a melhorar a sorte dos mais pobres. Este programa, cujos autores reconhecem não fazer o objeto de nenhum CW, pretende manter a austeridade orçamentária, adotar políticas contra-cíclicas para evitar

flutuações muito fortes que desprovêem os pobres, instalar uma política de segurança social para assegurar um mínimo de renda aos pobres em caso de recessão, redirecionar as subvenções para permitir que todas as categorias sociais tenham acesso às escolas, implementar um sistema de imposição progressivo, lutar contra a discriminação ou ainda desenvolver os serviços públicos para que estes pudessem atender melhor os mais desfavorecidos. A proposição mais inovadora — 0 +1 — consiste em interpelar os países mais industrializados, isto é atribuir a eles de forma explícita, uma parcela de responsabilidade nos problemas enfrentados pelos PED, exigindo uma redução de suas barreiras protecionistas. Caso constatemos uma evolução, algumas orientações liberais vão permanecer.

Vemos que a crise do CW está expressa por uma instabilidade acentuada das economias dos países menos vaçados e por uma dependência mais forte destes em relação aos países do Norte, pelo aumento das desigualdades, pela fragilidade das instituições que é um resultado da ênfase dada nos ajustes dos mercados. Sendo assim, as recomendações de Stiglitz (1998a) e (1998b), Rodrik (2003), Birdsall e de la Torre (2001), ou até mesmo de Kuczynski e Williamson (2003), se ainda são orientadas por uma visão liberal do desenvolvimento, constituem-se num marco na maneira de conceber o mesmo.

Se o discurso das IFI evolui igualmente, ainda se espera a adoção de novas orientações enquanto que as populações do Sul continuam a sentir os efeitos dolorosos dos programas de ajustamento estrutural. Portanto, pensar que a questão não é mais a de escolher entre um desenvolvimento estatal e um desenvolvimento de mercado, e sim de encontrar a melhor articulação possível entre instituições e mercado. Para isso é ilusório aplicar o mesmo remédio a países que sofrem de males diferentes. Conforme sublinha Hugon, «o Estado (*a política*) e o Mercado (*a economia*) têm formas históricas determinadas que diferem

de acordo com as sociedades. A análise econômica não pode ser a mesma segunda qual que o capitalismo, a moeda e o mercado invadiram a totalidade da sociedade ou que as sociedades capitalistas permanecem fortes. As formas de democracia não podem ser dissociadas das historicidades singulares às sociedades e as formas de combates políticas ligados à sua construção». Desta maneira, qualquer que seja o novo consenso elaborado pelos países ocidentais, este parece desde já destinado ao fracasso, pois para ter sucesso, qualquer estratégia de desenvolvimento deve ser sustentado pelo país em questão e não imposto de fora. Convém então, segundo os próprios termos de Boyer (2001), “[de] inovar elaborando teorias mais respeitadas da diversidade das situações locais como ensinamentos longos da história”. Este desenvolvimento deve ser iniciado pelos PED, que devem assim estar a medida de pensar em seu futuro.

QUADRO 06: VALORES PRÓPRIOS

	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10
AB	0.011	0.191	0.672	0.360	-0.105	0.526	0.048	0.169	-0.253	0.008
SU	-0.218	0.462	0.237	0.385	0.301	0.091	0.635	0.145	-0.034	0.102
TC	0.044	-0.421	0.033	0.773	-0.197	0.149	-0.118	0.150	0.343	0.087
PM	0.430	-0.063	0.332	0.039	0.050	0.372	-0.112	0.371	-0.391	0.506
LI	0.360	-0.017	0.349	0.031	-0.109	0.676	0.142	0.175	-0.476	0.039
PR	0.351	0.157	0.025	0.219	0.655	0.150	-0.364	0.466	0.036	0.023
DE	0.040	0.058	0.054	0.016	0.106	0.235	0.123	0.356	0.197	0.711
CO	0.359	0.416	0.254	-0.175	-0.200	0.082	0.049	0.089	0.606	0.422
RF	0.172	0.403	0.433	0.180	-0.603	0.037	-0.117	0.390	-0.162	0.174
DP	0.339	-0.452	0.052	-0.102	-0.038	0.111	0.620	0.505	0.052	0.101

QUADRO 07: MATRIZ DE CORRELAÇÃO

	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10
Valor Nominal	2.992	1.508	1.243	1.022	0.843	0.732	0.546	0.428	0.401	0.284
% da Variância	29.91	15.07	12.43	10.21	08.43	07.32	05.46	04.28	04.01	02.84
% Acumulado	29.91	44.99	57.42	67.64	76.07	83.40	86.86	93.14	97.16	100.0

QUADRO 08: VETORES PRÓPRIOS

	AB	SU	TC	PM	LI	PR	DE	CO	RF	DP
AB	1.00	0.018	0.048	-0.120	0.098	0.021	0.033	0.198	-0.092	-0.116
SU	0.018	1.00	-0.081	-0.218	-0.253	-0.004	0.204	-0.107	0.149	-0.389
TC	0.048	-0.081	1.00	0.081	0.095	0.027	0.023	-0.28	-0.013	0.185
PM	-0.120	-0.218	0.081	1.00	0.221	0.308	0.632	0.256	0.280	0.415
LI	0.098	-0.253	0.095	0.221	1.00	0.313	0.384	0.429	0.052	0.291
PR	0.021	-0.004	0.027	0.338	0.313	1.00	0.469	0.310	0.100	0.173
DE	0.033	0.204	0.023	0.632	0.384	0.469	1.00	0.491	0.215	0.424
CO	0.198	0.107	-0.228	0.256	0.429	0.310	0.491	1.00	0.295	0.103
RF	-0.092	0.149	-0.013	0.280	0.062	0.100	0.215	0.295	1.00	-0.034
DP	-0.116	-0.389	0.185	0.415	0.291	0.173	0.424	0.10	-0.034	1.00

QUADRO 09: COORDENADAS DAS VARIÁVEIS

	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10
AB	0.019	0.235	0.749	0.364	0.096	-0.450	0.036	0.111	-0.160	0.004
SU	-0.377	0.567	-0.265	0.389	0.276	0.078	0.469	0.095	-0.022	-0.054
TC	0.075	-0.517	-0.037	0.781	0.181	0.127	0.087	0.098	0.217	-0.046
PM	0.743	-0.077	-0.371	0.040	0.046	-0.318	0.083	0.243	-0.248	-0.269
LI	0.622	-0.020	0.389	0.032	0.100	0.579	0.105	0.114	-0.302	0.021
PR	0.607	0.193	-0.029	0.221	0.602	0.129	0.269	0.305	0.023	-0.012
DE	0.848	0.072	-0.061	0.016	0.097	-0.201	0.091	0.233	0.125	0.379
CO	0.621	0.511	0.284	-0.177	0.184	0.070	0.036	0.058	0.384	-0.225
RF	0.298	0.495	-0.483	0.182	0.554	0.031	0.087	0.256	-0.103	0.093
DP	0.585	-0.555	-0.059	-0.104	0.035	-0.095	0.458	0.331	0.039	-0.054

QUADRO 10: COSENO QUADRADO DAS VARIÁVEIS

	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10
AB	0.000	0.055	0.561	0.133	0.009	0.202	0.001	0.012	0.026	0.000
SU	0.142	0.322	0.070	0.152	0.076	0.006	0.220	0.009	0.000	0.003
TC	0.06	0.267	0.001	0.610	0.033	0.016	0.008	0.010	0.047	0.002
PM	0.552	0.006	0.137	0.002	0.012	0.101	0.007	0.059	0.061	0.073
LI	0.387	0.000	0.151	0.001	0.010	0.335	0.011	0.013	0.091	0.000
PR	0.368	0.037	0.001	0.049	0.362	0.017	0.072	0.093	0.001	0.000
DE	0.719	0.005	0.004	0.000	0.009	0.040	0.008	0.054	0.016	0.144
CO	0.385	0.261	0.080	0.031	0.034	0.005	0.001	0.003	0.147	0.051
RF	0.089	0.245	0.233	0.033	0.307	0.001	0.007	0.065	0.011	0.009
DP	0.343	0.308	0.005	0.011	0.001	0.009	0.210	0.109	0.002	0.003

QUADRO 11: VETORES PROPRIOS

	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10
AB	0.012	3.662	45.10	12.99	1.093	27.64	0.232	2.857	6.380	0.007
SU	4.742	21.33	5.632	14.82	9.031	0.831	40.35	2.093	0.116	1.041
TC	0.189	17.71	0.111	59.73	3.869	2.212	1.390	2.251	11.78	0.749
PM	18.45	0.394	11.04	0.154	0.245	13.80	1.255	13.79	15.29	2.56
LI	12.94	0.027	12.14	0.099	1.197	45.69	2.021	3.046	22.67	0.149
PR	12.30	2.479	0.068	4.799	42.91	2.256	13.23	21.5	0.131	0.055
DE	24.04	0.340	0.295	0.025	1.125	5.516	1.513	12.67	3.875	50.59
CO	12.87	17.34	6.468	3.071	4.018	0.666	0.242	0.784	36.73	17.79
RF	2.970	16.27	18.74	3.249	36.36	0.134	1.372	15.23	2.637	3.015
DP	11.46	20.431	0.384	1.049	0.143	1.239	38.38	25.49	0.383	1.029

FONTE: Dados elaborados por Berr & Combarous, 2004.

- **OS NÃO DITOS DE UM CONSENSO**

No plano interno, o Consenso de Washington não aborda três aspectos fundamentais para o desenvolvimento econômico dos PMA, particularmente os da África. Aspectos esses que são essenciais para o crescimento sustentável se torne realidade. São eles:

A Economia dual: Os PMA apresentam, em seu conjunto, desequilíbrios econômicos e sociais, principalmente entre o setor urbano estruturado e o setor rural informal. As taxas de desemprego e de pobreza são, em geral, nitidamente maiores no setor rural, situação que exacerba a inexistência ou a precariedade de direitos fundiários. Como consequência, as zonas rurais são tributárias das transferências orçamentárias e de mão-de-obra das zonas urbanas. A renda das famílias é repartida entre os membros da família, o que aumenta ainda mais os níveis de pobreza relativa e desestimulam na busca de um emprego.

O Capital Social: Para estimular a atividade econômica, deve-se a qualquer custo evitar privilegiar o desenvolvimento do setor estruturado ou o do setor informal. Deve-se esperar que a desregulamentação seja

propícia aos dois. Uma estratégia de desenvolvimento fundada sobre os efeitos das recaídas é insuficiente ainda em países onde a maioria dos pobres depende do setor informal e onde os serviços públicos eficazes e baratos são quase inexistentes.

QUADRO 13: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E DO PIB REAL POR HABITANTE DE ALGUNS PMA – 1997 A 2000 (CRESCIMENTO ANUAL, EM PORCENTAGENS)

País	Δ % Real do PIB	Δ % Real do PIB/habitante
Senegal	5.3	2.4
Yemen	5.2	2.4
Gâmbie	5.5	2.3
R. Centro Africana	4.1	2.3
Mali	4.7	2.2
Tanzânia	4.6	2.1
Benin	4.8	2.1
Nepal	4.1	1.7
Madagascar	4.5	1.3
Angola	4.1	1.2
Guiné	3.4	1.0
Mauritânia	4.3	1.0
Camboja	3.2	0.9
Malawi	3.0	0.8
Níger	4.2	0.7
Etiópia	3.1	0.6
São Tomé e Príncipe	2.7	0.4
Haiti	2.2	0.1
Chad	2.6	-0.2
Djibuti	1.3	-0.6
Burundi	1.3	-0.6
Lesoto	0.8	-0.7
Kiribati	1.9	-0.9
Zâmbia	1.2	-1.0
Vanuatu	1.8	-1.4
Togo	1.2	-1.8
Comores	0.6	-1.8
Sierra Leoa	-2.1	-4.1
Eritreia	-1.6	-4.3
Guiné Bissau	-5.6	-7.5
Ilhas Salomão	-5.2	-8.3

FONTE: Estimacões do Secretariado da CNUCED de acordo com o Banco Mundial. *Indicateurs du developpement dans le monde*, 2002, dados disponíveis online.

A criação de capital humano através de empregos informais ou estruturados e a melhoria rápida dos serviços públicos deve ser um elemento fundamental das estratégias de desenvolvimentos nos países menos avançados. As propostas do NEPAD visam a fortalecer os laços entre o setor rural e o setor urbano, e da mesma forma, entre a economia formal e a informal. Para o desenvolvimento de vias de transporte e de canais de comunicação, uma outra estratégia consistiria em disponibilizar fundos de financiamentos especializados. A agricultura necessita de medidas diferenciadas, pois ela é a fonte principal de renda das zonas rurais.

O Papel do Estado. O problema nos PMA, notadamente na África, é que a maioria dos Estados têm capacidades fracas e limitadas. Ao contrário de outras regiões em que o Estado se esforça para conseguir algo em torno de 50% do PNB, na África a maioria deles é acomodada. Consequentemente muitos problemas associados a privatizações, são geralmente mais frutos de processos defeituosos (não transparentes, discricionários) do que a amplitude das privatizações. A maioria dos países africanos ou PMA deveriam desenvolver e não destruir o seu setor público. Deveriam melhorar a qualidade dos serviços públicos, o que exige uma capacidade institucional, sobre tudo no que diz respeito a desregulamentação as prestação de serviços e das despesas sociais.

As ciências económicas reconhecem há muito tempo que ajustes são necessários, ainamais quando os sinais demonstrados pelos preços são fracos quando a mão de obra não consegue mudar de setor por falta de qualificação profissional. Os Estados competentes devem cuidar, de um lado para que os preços desempenhem seu papel de sinalizador (função reguladora) e, do outro lado, para que as populações possam reagir a este sinal (função de serviço público).

6.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS AO CAPÍTULO

Um consenso cada vez mais ampla está se formando para rejeitar as estratégia de desenvolvimento liberais conduzidas pelas IFI desde o início dos anos de 1980. Talvez os dados do quadro anterior explique uma parte disto. O PIB do país está crescente mais que o PIB per capita real. A construção do um indicador (iCW) pode permitir uma análise que mostra que o CW era impraticável na totalidade das suas dez dimensões. De fato, uma economia não pode se abrir aos intercâmbios internacionais a menos que ela disponha de regras e de instituições fortes e viáveis. BOYER (2001) lembra a esse propósito que “o mercado é uma construção social cujas emergências e viabilidades supõem um rico conjunto de regras jurídicas, de códigos e de autoridades encarregadas do seu bom funcionamento”. Mostramos também que os países que aplicam religiosamente as recomendações do CW, que tenham um Estado forte ou não, não podem contar com resultados macroeconômicos melhores que os que não os aplicaram. Seja isto em termos de crescimento — objetivo principal das IFI —, de desenvolvimento (IDH), ou de redução da dívida.

Mais uma vez, não poderíamos deixar de citar Mészáros, com a sua tese sobre a incontrolabilidade do capital. Para Mészáros (2002) A tese da incontrolabilidade do capital sustentada por Mészáros tem suas origens teóricas na obra de Marx e Engels. No caso destes dois últimos trata-se de pôr em dia suas análises do capitalismo em relação à era do capitalismo globalizado, dado que muitas de suas expressões hoje concretas, apenas podiam ser tratadas como tendências. Além do mais, muitas destas tendências se manifestaram, ao longo do século XX, de forma diferente, como, por exemplo, o senso civilizador presente no capitalismo de século XIX, ora mencionado por Marx e hoje substituído pela produção destrutiva abordada por Mészáros como expressão do

capitalismo maduro. Esta tese da incontrolabilidade do capital não pode ser compreendida a não ser que como resultado de uma elucidação exaustiva das bases ontológicas do capitalismo, pois o sentido de sua busca é orientado pelo real em si, conduzido pela necessidade de identificar as “conexões universais”, assim como as “sínteses concretas” que caracterizam uma totalidade historicamente determinada. Dessa maneira, a afirmação ontológica sobre a incontrolabilidade do capital adquire um significado de síntese tendo sua origem na articulação das determinações estruturais mais internas do capitalismo.

O fato de Mészáros afirmar que o sistema do capital é um sistema sem sujeito, e que seu modo de controle social metabólico é incontornável pelos atores humanos, faz referência clara ao automatismo de Marx na *circularidade* da busca incessante do capital para a valorização do valor. Isto não quer dizer que o papel da ação humana dentro da história esteja ausente de sua análise. Vale ressaltar que dentro do sistema atual, acontece uma inversão das relações sujeito/objeto, as personificações do capital aparecendo como pseudo-sujeitos. Esta inversão expressa a necessidade objetiva de manter na balada o desenvolvimento de um sistema fundado sobre antagonismos sociais impossíveis de serem superados por serem estruturais. Para Mészáros, o capital transcende a sua forma conhecida dentro do modelo de produção capitalista, pois ele permanece presente nas sociedades pós-capitalistas. Isto se deve à natureza mesmo do capital que, desde que estejam reunidas as condições materiais necessárias para a sua reprodução, irá sempre assumir forma mais adequada a cada nova exigência histórica. Enquanto existir a separação entre produtor e controle da produção e que a sua fonte de valorização (o trabalho abstrato) continuar como base de produção social, pela apropriação privada ou coletiva, o capital seguirá seu processo contínuo e insaciável de autovalorização.

O capital continuará a existir sem o capitalista. Ele pode se cercar das formas de relação de posse mais diversas e seguir seu caminho reprodutor, recolocando ao controle qualquer possibilidade de substituição, isto é, qualquer substituição da personificação do capital por uma de suas variações mais adequadas. Dentro desta perspectiva, a relação causal, cujo sentido vai do capital ao capitalista, continua imutável. E como se constitui esta relação causal, cuja variação na sua forma de expressão pode se livrar do capitalista e não do capital? Sendo indispensável para a explicação da tese sobre a incontrollabilidade do capital de Mészáros, é necessário fornecer uma explicação desta relação.

De acordo com as indicações de Marx, o capital não é uma “entidade maternal”, um meio de produção, uma bagatela em dinheiro e nem um “mecanismo racionalmente controlável” que estaria submetido ao poder de proprietários privados. É uma relação social entre pessoas se nutrendo do comando exercido sobre o trabalho, de qual tiram seu valor excedente – a sua fonte de autovalorização. Dentro desta perspectiva, quando ele formula a tese da incontrollabilidade do capital, a partir da análise objetiva das suas leis iminentes e de suas formas de manifestação as mais imediatas, ele não predetermina, como poderiam questionar os críticos do estruturalismo, a superestrutura social que pesa na base econômica. Sem negligenciar a força da causalidade dentro do modelo de controle social metabólico do capital na vida das pessoas, esta não é tratada de forma mecanicista como sendo a única determinação do mundo objetivo. LUKÁCS (1979: 244) resgata, a seguir, a importância da causalidade: “O materialismo dialético nunca considerou o princípio dogmático da causalidade como expressão única das correlações e das leis objetivas da realidade”. A ação humana é um elemento indissociável da totalidade (histórica e social), na medida em que, de acordo com o mesmo LUKÁCS (1979: 237), “O movimento da história é a soma das ações humanas”.

Para Mészáros, “O fato de que capital, como modo de reprodução sócio-metabólica, seja incontornável (...) não somente significa que o capital é irreformável, mas também que ele não pode compartilhar o poder, mesmo em curto prazo, com forças que pretendem transcender a ele (...)”. Ele revela os nós causais do sistema capital como pré-requisito para a identificação de um campo de ação humana efetivamente revolucionária, e que não seja somente reiterativa das diversas formas de dominação. A análise da causalidade nunca despreza o elemento ação humana, tendo, pelo contrário, como objetivo principal diluir todas as ilusões reformistas de controle sobre o capital que perduram nos movimentos de esquerda e que servem de projeto de transformação social sempre subordinados à lógica do capital ele mesmo.

Por reconhecer as determinações ontológicas desta forma histórica de sociabilidade dominada pela lógica do capital, Mészáros explica que a incontornabilidade do capital é incontornável dentro do mecanismo do sistema do capital e sustenta a necessidade de uma superação das estratégias reformistas pela ofensiva socialista. A contrário do que se poderia deduzir de tal análise radical das impossibilidades de emancipação através da ação política reformista, o que parece até uma posição fatalista do autor, ele propõe como alternativa inconcebível à maioria dos reformistas: o socialismo como superação do capital, e não a administração de suas disfunções temporárias.

Desvendar as conexões, as inter-relações e as mediações essenciais do sistema do capital, isto é a “rede causal pré-existente do capital” sem concessões teóricas ao imediatismo político ou ao fetiche das aparências, e desmistificar a transformação dos efeitos em questão são os objetivos que orientam a profunda análise elaborada por Mészáros sobre o sistema do capital. Neste sentido, a sua contribuição é muito grande, pois ajuda a evitar que a história pegue a maioria de nós desprevenidos.

Pior, parece até haver uma relação entre a aplicação dos preceitos do CW e uma alta das desigualdades e que ele (o CW) não permite aos PED uma melhor integração dentro do grande mercado mundial em formação. As IFI foram obrigadas a moderar seu discurso, porém esta nova retórica, infelizmente, ainda não se traduziu em ações. No momento em que a China questiona a viabilidade do modelo de desenvolvimento ocidental, a solução não passa por uma reforma do CW, mas sim pelo surgimento de um outro desenvolvimento, traçado pelos PED e atendendo às necessidades das populações destes países. Para isso torna-se imperativo uma superação da visão *ocidentalo-centrista* deste conceito.

VII. POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS, GLOBALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

7.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS AO CAPÍTULO VII.

O livre-cambismo foi um dos pilares em que assentou o primeiro império da época capitalista. Nele assenta também o atual segundo império, agora sob a égide dos EUA. Com efeito, o edifício neoliberal começou a ser construído logo após o fim da Segunda Grande Guerra, quando os EUA puseram em marcha o seu plano de dominação à escala mundial, baseado na plena liberalização dos movimentos de capitais. O Banco Mundial e o FMI, desde o início, verdadeiros ‘protetorados’ dos EUA, desempenharam um papel fundamental nesta cruzada.

A Comunidade Europeia acabaria também por vender a alma ao *fundamentalismo monetarista*, claramente presente na União Económica e Monetária (Banco Central Europeu, Pacto de Estabilidade e Crescimento etc.). A Grande Depressão veio derrubar os mitos liberais e pôr a nu as limitações da política monetária. Os mais otimistas passaram a defender que a política monetária poderia talvez sustentar a inflação, mas não poderia parar a depressão. É o que por vezes se exprime através do aforismo “*you can lead a horse to the water but you can not make it drink*” (você pode levar um cavalo até a água, mas não pode fazê-lo bebê-la).

Keynes mostrou que a Grande Depressão não poderia explicar-se em termos monetários, defendendo que são as *forças reais da economia* (os planos do governo, dos empresários e dos consumidores), e não a

oferta de moeda, os fatores determinantes do comportamento do nível dos preços. A crise só podia entender-se como o reflexo de um colapso no investimento privado e/ou de uma situação de escassez de oportunidades de investimento e/ ou de um excessivo espírito de economia por parte do público, o que legitimava a sua conclusão de que a política monetária era inadequada para contrariar a depressão.

A necessidade de ultrapassar as situações de *insuficiência da procura efetiva* exigia uma intervenção mais ampla e mais coordenada do estado, assumindo a política financeira de regulação das receitas e das despesas do estado o papel decisivo como instrumento de controle da procura global. A *fiscal policy* era apontada como o instrumento fundamental para controlar as flutuações da economia e para prosseguir os objectivos do pleno emprego, da estabilidade dos preços e do equilíbrio da balança de pagamentos, a par da redistribuição da renda em benefício dos mais pobres (i.é, em sentido favorável à propensão ao consumo), objetivos que os governos passaram a assumir na sequência da ‘revolução keynesiana’.

A rejeição da lei de SAY e do mito do pleno emprego constituem pontos centrais da obra de Keynes e encerram o núcleo central da crítica keynesiana dos economistas “clássicos”. Defendendo que as economias capitalistas se apresentam como economias em que a circulação se faz segundo o modelo marxista $D - M - D'$, Keynes sustenta que as situações de equilíbrio com *desemprego involuntário* são situações inerentes às economias que funcionam segundo a lógica do lucro (quem tem dinheiro utiliza-o para obter mercadorias que vai trocar por mais dinheiro) e não segundo a lógica da satisfação das necessidades.

Keynes lança mão do conceito de *procura efetiva* para explicar as situações de *desemprego involuntário*. A procura efetiva é o montante das despesas que se espera que a comunidade faça — por ter capacidade para as pagar — em consumo e em investimento novo. Se esta procura

efetiva não for suficiente para absorver, a um preço compensador, toda a produção, haverá desemprego de recursos produtivos. “A mão-de-obra está desempregada — escreve Keynes — no sentido de que há homens sem emprego desejosos de trabalhar por um salário real inferior ao praticado”.

Isto significa que, ao contrário do que defendiam os “clássicos”, o nível de emprego não depende do jogo da oferta e da procura no mercado de trabalho, antes é determinado por um fator exterior ao mercado de trabalho, a procura efetiva. E significa também que é o volume do emprego que determina, de modo exclusivo, o nível dos salários reais, e não o contrário.

Defendendo que a compreensão das economias capitalistas não se confina ao estudo do “comportamento racional” de um abstrato *homo oeconomicus*, antes exige a análise das instituições sociais e políticas enquanto expressão das forças económicas em presença, Keynes sublinhou a importância do estado e a necessidade do alargamento das suas funções para salvar da “completa destruição as instituições económicas atuais”. E como as crises e os seus efeitos perniciosos se fazem sentir a curto prazo, Keynes veio defender que a política económica tem que adoptar uma perspectiva de curto prazo: “in the long run we are all dead”, como escrevia em 1923.

Desde a famosa conferência de 1924 sobre “*the end of laissez-faire*” em que Keynes advogou a necessidade de uma certa coordenação pelo estado da poupança e do investimento de toda a comunidade: “não se pode sem inconvenientes abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o fluxo corrente do investimento”, porque as questões relacionadas com a distribuição da poupança pelos canais nacionais mais produtivos “não devem ser deixadas inteiramente à mercê de juízos privados e dos lucros privados”. Em último termo, Keynes defende a necessidade de “uma ação inteligentemente coordenada” para assegurar a

utilização mais correcta da poupança nacional. Esta *socialização do investimento* é uma nota fundamental do pensamento keynesiano tal como resulta da *General Theory*, bem diferente das interpretações redutoras (fala-se de “keynesianismo bastardo”, de “keynesianismo sem lágrimas”, de “keynesianismo hidráulico”) que procuraram reduzir a mensagem de Keynes a “uma hábil política orçamentária e monetária” que levasse as economias capitalistas a comportar-se segundo os cânones do modelo liberal.

Com base nos ensinamentos de Keynes, a *Curva de Phillips* funcionou, até o final dos anos 60, como um “*menu for policy choice*”: se se queria combater o desemprego e promover o emprego, bastava aceitar um pouco mais de inflação; se se queria travar a inflação, havia que aceitar um pouco mais de desemprego. Sobretudo na Europa, esta política assegurou, durante os *trinta anos gloriosos* (1945-1975), um bom ritmo de crescimento económico sem oscilações significativas da actividade económica, com baixas taxas de desemprego e taxas aceitáveis de inflação. Alguns chegaram mesmo a falar de “obsolescência dos ciclos económicos”.

No início da década de 70, porém, começaram a verificar-se situações caracterizadas por um ritmo acentuado de subida dos preços (inflação crescente), a par de (e apesar de) uma taxa de desemprego relativamente elevada e crescente e de taxas decrescentes (por vezes nulas) de crescimento do Produto Nacional Bruto. Começava a era da *estagflação*.

Em Agosto de 1971, a Administração Nixon resolveu unilateralmente desvincular-se do compromisso assumido em Bretton Woods de garantir a conversão do dólar em ouro à paridade de 35 \$US dólares por onça troy de ouro. Daí resultou a adopção do sistema de câmbios flutuantes entre os EUA e os seus parceiros comerciais, sistema que se estendeu de imediato a todo o mundo. Esta era uma velha

reivindicação dos monetaristas. A consagração dos câmbios flutuantes marcou um ponto de viragem a favor das correntes neoliberais, podendo dizer-se que começa então, na prática, a “ascensão do monetarismo”, a “contra-revolução monetarista”.

Os neoliberais souberam aproveitar o desnorte dos keynesianos, surpreendidos com o “paradoxo da estagflação”, confusos perante o “dilema da estagflação” (Samuelson). Hayek veio proclamar, parafraseando o título de um célebre opúsculo de Keynes, que a inflação e o desemprego são “*the economic consequences of Lord Keynes*”. O “*ideological monetarism*” começou a ser “sistematicamente difundido a partir do outro lado do Atlântico por um crescente grupo de entusiastas que combinam o fervor dos primeiros religiosos com a delicadeza e a capacidade de um executivo de Madison Avenue” (Nicholas Kaldor, 1970).

Abandonado há muito o padrão-ouro sem qualquer hipótese de recuperação e esgotado o sistema monetário internacional saído dos Acordos de Bretton Woods (1944), a “irmandade dos bancos centrais” (James Tobin, 1978) colou-se à ortodoxia monetarista, na esperança de encontrar nas suas receitas instrumentos de defesa perante as pressões políticas dos governos, o que ajudou ao êxito da “contra-revolução”.

A inflação surgiu como o inimigo público número um, perante o qual tinha de se reagir como perante o “terrorismo”: não ceder nem um milímetro. O desemprego deixou de fazer parte das preocupações dos responsáveis, até porque, segundo a nova/velha teoria, as economias se encaminhariam espontaneamente para a situação de pleno emprego, desde que se deixassem funcionar livremente os mecanismos do mercado.

Estava recuperada a velha lei de Say. Estava relançada a tese de que o desemprego é sempre *desemprego voluntário*: se o mercado de trabalho funcionar sem entraves, quando a oferta de mão-de-obra for

superior à sua procura, o preço da mão-de-obra (salário) baixará até que os empregadores voltem a considerar rentável contratar mais trabalhadores. As economias tenderiam para uma determinada “taxa natural de desemprego”, que traduziria o equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho, qualquer que fosse a taxa de inflação.

Fazendo ironia, alguns keynesianos acusam os monetaristas de considerarem as situações de desemprego como uma espécie de “preguiça contagiosa” (Modigliani, 1955) ou de “férias voluntárias”. Mas os monetaristas levam a sério os seus pontos de vista, defendendo que, para acabar com o desemprego, bastaria expurgar o mercado de trabalho das “imperfeições” que lhe foram sendo introduzidas: o subsídio de desemprego, a garantia do salário mínimo, as regalias da segurança social. Em último termo, era necessário domesticar (desmantelar) os “agressivos monopólios sindicais”.

Os monetaristas não propõem, porém, a eliminação dos monopólios económicos, dos grandes conglomerados transnacionais, que têm reforçado o seu *poder* (poder de mercado, poder económico, poder político) e que ‘governam’ o capitalismo à escala mundial, apesar de todas as legislações ‘antimonopolistas’. No entanto, nenhum deles acreditará que a força das suas ideias faça regressar o mundo ao ‘paraíso perdido’ do capitalismo de concorrência (que talvez nunca tenha nem existido).

O monetarismo teórico defende que a inflação é sempre um fenómeno puramente monetário, resultante de um aumento da quantidade de moeda em circulação em maior medida que o aumento da produção. Por isso, não culpa *diretamente* os sindicatos pela inflação. Mas considera-os responsáveis pelo desemprego, dada a resistência que oferecem à baixa dos salários nominais.

Ora os monetaristas entendem que o desemprego só desaparece se, como acontecia no séc. XVIII, os salários reais diminuírem o suficiente

para tornar atrativa para os empregadores capitalistas a contratação de mais trabalhadores. Por isso mesmo se afirma que “os sindicatos começam a tornar-se incompatíveis com a economia de livre empresa” (Haberler) e que “se se quer preservar o sistema de livre empresa, será necessário reduzir o poder monopolístico dos sindicatos operários” (Milton Friedman, 1951). O fantasma da ‘ingovernabilidade’ (que sempre acaba apelando para um qualquer *leviatan*) foi mesmo agitado contra os sindicatos, acusados pela Sr^a Thatcher de quererem “destruir o estado”, e transformados, deste modo, em *inimigo interno* sobre o qual ficaria legitimada toda a repressão.

Neste debate entre keynesianos e monetaristas, o que está em causa, verdadeiramente, são diferentes concepções acerca da economia e da sociedade e, de modo particular, acerca do papel do estado perante a economia e perante a sociedade. Os monetaristas e os neoliberais em geral são fiéis ao ideal liberal do *laisser-faire*, da mão invisível e da lei de Say, defendendo que as economias capitalistas tendem espontaneamente para o equilíbrio de pleno emprego em todos os mercados, pelo que não precisam ser equilibradas, sendo desnecessárias as políticas anticíclicas e sendo desnecessárias e inconsequentes as políticas de combate ao desemprego, que não conseguem eliminá-lo e geram inflação.

Mais longe ainda vão os *monetaristas da segunda geração* (“monetarists mark II”, como lhes chama James Tobin), defensores da chamada *teoria das expectativas racionais*. Segundo eles, os agentes económicos privados dispõem da mesma informação que está ao alcance dos poderes públicos, e, comportando-se como agentes económicos racionais, antecipam plena e correctamente quaisquer políticas públicas. As políticas económicas sistemáticas deixariam, pois, de ter qualquer efeito sobre a economia, restando aos governos ‘enganar’ os agentes económicos através de *medidas de surpresa*, incompatíveis com o

cientismo e a programação de que se reclama a política econômica.

Desta *neutralidade da política econômica*, desta “policy ineffectiveness proposition” passa-se, quase sem solução de continuidade, à defesa da *morte da política econômica*, porque esta seria desnecessária, perniciosa e sem sentido. Assim estamos de regresso ao velho mito liberal da separação estado/economia e estado/sociedade: a economia seria coisa exclusiva dos privados (da sociedade civil, da sociedade econômica), cabendo ao estado tão somente garantir a liberdade individual (a liberdade econômica, a liberdade de adquirir e de possuir sem entraves).

Os keynesianos, ao invés, sustentam que as situações de desequilíbrio e de crise são inerentes às economias capitalistas, nas quais as situações de pleno emprego são “raras e efêmeras” (Keynes). Por isso estas economias precisam ser equilibradas e podem ser equilibradas. Para tanto, consideram necessário que o estado assuma funções complexas no domínio da promoção do desenvolvimento econômico, do combate ao desemprego e da promoção do pleno emprego, da redistribuição do rendimento e da segurança social.

Os neoliberais excluem da esfera de responsabilidade do estado as questões atinentes à justiça social, cometendo-lhe apenas a tarefa de garantir a liberdade individual, que asseguraria a todos a igualdade de oportunidades. Terão êxito, à velha maneira do séc. XVIII (inspirada na teologia da Reforma), os que forem trabalhadores, frugais e inteligentes; falharão os preguiçosos, perdulários e incapazes (que, por isso mesmo, não merecem qualquer piedade).

O *princípio da responsabilidade social coletiva* — que é uma das traves-mestras do estado-providência — é considerado por Friedman “uma doutrina essencialmente subversiva”, que “enfraquece os alicerces da família, reduz o incentivo para o trabalho, a poupança e a inovação, diminui a acumulação do capital e limita a nossa liberdade”. Por isso os

monetaristas defendem a liquidação dos sistemas de segurança social e do estado-providência.

Contra estas teses têm-se levantado todos os que defendem o carácter liberticida do mercado (recordando Lacordaire: “*entre le fort et le faible, entre le riche et le pauvre, entre le maître et le serviteur, c’est la liberté qui opprime et la loi qui affranchit*”), lembrando os perigos reais do “fascismo de mercado” (Paul Samuelson, 1980) e proclamando que o relógio da história não pode andar para trás duzentos anos.

TABELA 07: COMPARATIVO DE CRESCIMENTO DE 1980-2000 COM 1960-1980

Δ% da Renda per Capita	PMA		Países Industrializados	
	1960-1980	1980-2000	1960-1980	1980-2000
≥200	8	3	2	
199-100	19	7	13	3
99-50	22	9	8	10
25-49	17	13	2	11
out/24	10	11		1
0-9	6	11		
≤0	9	37		
Total	91	91	25	25

FONTE: Weisbrot, Naiman & Kim (2000)

N.B: Ao observar este quadro, poderia se argumentar de que um crescimento de 200% é muito mais provável em países super pobres do que em países industrializados. Isto, de fato, não deixa de ser verdade porém gostaríamos de deixar claro que o que nos interessa neste caso não é a amplitude ou tamanho do crescimento em si mas sim a direção. As economias dos países industrializados podem demonstrar uma certa saturação e para uma economia negativa qualquer recuperação pode ser notável.

7.2. O NEOLIBERALISMO

O fenômeno político-ideológico denominado de neoliberalismo tem suas origens na Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça em 1947, também chamada de Escola Austríaca, cujos principais representantes são Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek. Para von Mises, a liberdade é um todo indivisível, mas enfatiza que a liberdade política é um corolário da liberdade econômica. Posteriormente, Mises sustentou que as relações econômicas e políticas se amparam em apenas dois pólos opostos: opção pela liberdade e ou opção pela ditadura, ou seja, liberalismo econômico ou ditadura, seja ela fascista ou comunista. Por sua vez, Hayek afirma em sua principal obra *O caminho da servidão*, a tese segundo a qual, “a planificação econômica conduz inexoravelmente à ditadura e ao totalitarismo, ou seja, à supressão da liberdade”.

Mas o ideário neoliberal formulado pela Escola Austríaca não encontrou, nas décadas de 1950 e 1960, condições históricas concretas para sua implementação. Ainda nos anos 1960 um outro ideólogo viria a somar-se ao movimento iniciado em Mont Pèlerin. Trata-se de Milton Friedman, que em seu livro *Capitalismo e Liberdade* defende a tese de que:

“Fundamentalmente, há dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado”.

A doutrina neoliberal ainda teria que aguardar um pouco mais. A crise de 1973, do modelo econômico do pós-guerra, em que os países capitalistas avançados entraram numa longa e profunda recessão, abria

espaço para a implementação das medidas. A solução era um Estado forte capaz de controlar os sindicatos, o dinheiro, os gastos sociais e quebrar os monopólios estatais; tendo como meta suprema a estabilidade monetária. A primeira oportunidade surgiu de fato, em 1979 na Inglaterra, com a ascensão de Margareth Thatcher. Em seguida, nos EUA em 1980, com Ronald Reagan. E em 1982, com ascensão de Helmut Khol na Alemanha. O modelo entrava em sua fase prática, sendo logo exportado para todo o mundo.

Nas formulações iniciais do ideário neoliberal havia um grande apelo à liberdade, mas esse apelo passa exclusivamente pela análise do econômico, o que leva Boito Júnior a afirmar que este liberalismo é essencialmente um liberalismo econômico. Essa ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês adequando-o às condições históricas atuais. Diferentemente do liberalismo político, que embora em uma relação complexa com a democracia, posteriormente avançou para um liberalismo democrático. Na verdade, esse liberalismo econômico pode prescindir da democracia. Nas três vertentes do neoliberalismo, a democracia aparece: como liberdade política separada da liberdade econômica de mercado; um problema a contornar, e não um objetivo a alcançar; e no terceiro caso ocorre uma tentativa de subtrair as decisões econômicas da influência do sufrágio”.

O conceito de neoliberalismo não está muito claro, enquanto doutrina política ou econômica, na realidade o conceito é um tanto escorregadio. A maioria dos estudiosos do fenômeno – muitos deles, franco opositores – admite que se trata de um conjunto de idéias advindas da Escola Austríaca com HAYEK e VON MISES, por um lado, e por outro, um conjunto de receitas monetaristas, inspiradas em FRIEDMAN. De todo modo, para THERBORN, o neoliberalismo:

“É um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto, tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição”.

Na realidade a ideologia neoliberal não escapa a uma certa incoerência: se a ideologia teórica remonta ao capitalismo concorrencial, com a defesa da livre concorrência; em termos práticos tal ideologia precisa adaptar-se a uma época de monopólios, especulação financeira e imperialismo. Operando com interesses conflitantes de frações de classes.

A ideologia neoliberal, numa definição ampla, deve ser considerada, então, uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses.

Uma definição simples e clara foi dada por SÁDER, que afirma:

“... o essencial é caracterizar o neoliberalismo como modelo hegemônico. Isto é, uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas (...) foi construído um corpo doutrinário que desemboca num modelo de relações entre classes, em valores ideológicos e num determinado modelo de Estado”.

Ainda segundo SÁDER o neoliberalismo reinterpreta a correlação de forças e o processo histórico de cada país, definindo como vilões do atraso todas as forças sociais que lutam por igualdade e justiça social. Ao mesmo tempo em que promove os conservadores e a direita à

modernidade, que se expressa no desmanche do patrimônio público via privatizações e no modelo de Estado mínimo.

O sucesso ideológico do ideário neoliberal, segundo Anderson, só pode ser entendido como resultante de uma mudança estrutural na própria natureza do capitalismo. Essa mudança envolve a importância crescente dos mercados frente aos Estados, cujo poder de regular suas economias foi reduzido; e também a importância crescente do mercado frente às empresas, que tiveram seu papel reduzido em função da concorrência internacional.

BORON destaca que além de ser uma doutrina econômica e uma receita para os governantes, o neoliberalismo é na realidade, uma ideologia que vem sendo difundida amplamente nas sociedades, ele afirma nesse sentido:

“... o senso comum da época é neoliberal. Gostemos nós ou não, ele se implantou profundamente nas massas. O mercado é idolatrado; o Estado é demonizado; a empresa privada é exaltada e o ‘darwinismo social de mercado’ aparece como algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico”.

Tornando-se dogma dominante no Reino Unido e nos EUA, o neoliberalismo atingiu rapidamente o sistema internacional. Esta disseminação, segundo BORON foi possibilitada pelo “esgotamento do boom do pós-guerra e pelo desprestígio em que havia caído as formulações keynesianas”. Os países emergentes e menos avançados logo se contagiram com tal ideologia. O modelo econômico adotado na Inglaterra e nos Estados Unidos, como também no Chile, era apontado como responsável pela recuperação da economia daqueles países. Assim o capitalismo pôde passar à ofensiva nos quatro cantos do mundo.

Deve-se ter clara a necessidade de estabelecer uma distinção. O fenômeno neoliberal é diferente nos países centrais e nos países periféricos. Principalmente porque os reflexos da política neoliberal são mais drásticos para as classes trabalhadoras dos países periféricos, que nunca desfrutaram dos direitos sociais ancorados no Estado de bem-estar social, como nos países centrais. Além disto, o neoliberalismo reforça o controle das grandes potências sobre as economias periféricas.

Na maioria dos países menos avançados, a política neoliberal começou a ser aplicada efetivamente nos anos de 1980, tendo o seu auge na queda do muro de Berlim (o bloco soviético indo junto). Desde então, com a política de privatizações e a série de ajustes realizados, houve um processo de transferência de riquezas para o setor privado, um fortalecimento dos grandes monopólios, a desindustrialização e a desnacionalização das estatais.

Um projeto da envergadura da política neoliberal (salvo em algumas economias) beneficia certamente as classes e frações de classes dominantes, mas o realiza de forma desigual, beneficiando mais a certos setores e menos a outros. Para entender a exata medida dos benefícios e dos interesses em questão, uma abordagem instigante é a análise das frações de classe que compõem o bloco no poder.

A análise é empreendida tomando as relações das classes dominantes dos países periféricos como o imperialismo. A burguesia dos países periféricos é dividida em: (1) burguesia compradora, setor que se encontra freqüentemente integrada ao capital imperialista e funciona como um prolongamento deste nos países periféricos; (2) burguesia nacional, setor que tem seus interesses tolhidos pelo capital imperialista; e (3) burguesia interna que ocupa uma posição intermediária entre as duas primeiras, podendo manter uma unidade com o imperialismo e, ao mesmo tempo atritar com este.

Na análise precedente, nenhuma das frações de classes desempenha o papel de burguesia nacional, aproximando-se os setores hegemônicos da burguesia nacional, do papel de burguesia interna, sobretudo a burguesia industrial. Na conjuntura descrita, essa burguesia interna tem formado uma unidade crítica com o capital imperialista.

Um novo setor da burguesia nos países menos avançados que tem a sua ascensão diretamente relacionada com a política neoliberal, é a nova burguesia de serviços. Este setor opera nas áreas de educação, saúde e mais recentemente nas previdências privadas. A burguesia de serviços é diretamente beneficiária do desmanche da área social do Estado, isto é, da redução dos gastos e dos direitos sociais. Como todas as frações burguesas no interior do bloco no poder, além do imperialismo, exercem uma forte pressão sobre o Estado para que reduza os gastos sociais, a nova burguesia de serviços se beneficia da ação conjunta de todas as frações de classe. Deve-se acrescentar que há todo um senso comum formado pelos meios de comunicação oficiais e privado, que fortalecem a posição da nova burguesia de serviços.

A apologia do mercado estigmatiza os serviços públicos e legitima a *mercantilização* da saúde, da educação e da velhice. A burguesia de serviços tem contado com os préstimos de toda a grande imprensa, sempre pronta para mistificar os serviços privados, em reportagens promocionais, e para explorar, de maneira falaciosa, a degradação, que é real, dos serviços públicos. Daí, as incontáveis reportagens sobre a ‘falência’ dos hospitais públicos, de ensino público e da previdência social parecem. À primeira vista, criticam a política neoliberal de redução dos gastos sociais, mas sugerem de modo subliminar, que é inevitável e vantajoso recorrer aos serviços privados.

7.3. CARACTERIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Vamos indicar alguns pontos polêmicos da nossa caracterização do neoliberalismo, caracterização que, sendo peça integrante de uma pesquisa, é de suma importância para nossa compreensão do estudo. Uma primeira questão polêmica: pode-se falar, de fato, em governos neoliberais nos países menos avançados nas décadas de 1980 e 1990?

Para diversos autores, a realização das chamadas “reformas orientadas para o mercado” não é suficiente para caracterizar um governo como neoliberal. Ademais partidos políticos, órgãos de imprensa e intelectuais defensores de tais reformas consideram insuficiente o caminho percorrido até aqui pelos governos dos países menos avançados nas décadas em questão. Para eles, tais governos não foram e não são “liberais de fato”.

Em primeiro lugar, é necessário mostrar o caráter doutrinário (irrealista) de tais avaliações. Elas ignoram que o sucesso de um governo neoliberal variará de acordo a situação histórica de cada tempo e lugar. No caso do Brasil, ao contrário da maioria dos países menos avançados, o neoliberalismo está sendo implantado num país de dimensões continentais, com uma estrutura de classes e de poder muito diversificada regionalmente e no qual o antigo modelo desenvolvimentista fora, da perspectiva do desenvolvimento capitalista, muito bem sucedido. Os neoliberais extremados, que reclamam da “timidez” dos governos dos anos 1990, ou aqueles que se apoiam nessa “timidez” para negar a caracterização de neoliberal a esses governos deviam ter isso em mente: um modelo novo, para ser aplicado, deve travar uma luta prolongada e difícil com o modelo anterior.

Em segundo lugar, é preciso frisar que, a despeito das divisões existentes no interior da burguesia e da resistência popular, a política neoliberal avançou muito ao longo dos anos 1990. A desregulamentação

do mercado de trabalho foi feita, principalmente, de modo ilegal e selvagem pela substituição do contrato de trabalho com carteira assinada pelo contrato apalavrado (Pochman, 1998). Hoje, a maioria dos empregados trabalha sem carteira assinada.

São importantes, também, as recentes medidas legislativas suprimindo ou restringindo direitos previstos nas leis trabalhistas – como são os casos da extensão dos contratos de trabalho por tempo determinado e em tempo parcial, a criação da figura da demissão temporária, a flexibilização da jornada legal de trabalho etc. A restrição de direitos sociais tem sido imposta, principalmente, por uma política social que asfixia a rede pública de saúde, de educação e de transporte e que reduz os direitos e as pensões de aposentadoria no sistema de previdência pública por repartição.

As privatizações avançaram da siderurgia, petroquímica e indústria de fertilizantes, para a mineração, serviços públicos (produção e distribuição de energia elétrica, telefonia, distribuição de gás natural), rodovias e ferrovias etc. Hoje, começa a chegar no serviço de água e esgoto. A abertura comercial iniciada no final dos anos e1980 com redução de tarifas alfandegárias e suspensão de barreiras não alfandegárias, foi ampliada com a redução ainda maior das tarifas de importação e uma manutenção de políticas de sobrevalorização cambial.

Em segundo lugar, convém cotejar nossa caracterização do neoliberalismo com outras presentes na bibliografia sobre o tema. Para realçar as particularidades de nossa caracterização, apresentamos, de modo sintético, o enfoque de Luiz Carlos Bresser Pereira sobre o neoliberalismo. Nos ensaios sobre o que ele denomina a “crise fiscal do Estado”, escritos ao longo dos anos 1990, Bresser Pereira apresentou as reformas neoliberais, que ele denomina “reformas orientadas para o mercado”, como um imperativo técnico, isto é, uma solução inevitável e socialmente neutra para superar a crise que vitimara a economia

brasileira ao longo da década de 1980 (Bresser Perreira, 1996).

O autor não se preocupa em caracterizar com rigor a crise econômica dos anos 1980 e início dos anos 1990. Nas afirmações de passagem, o leitor é informado de que a noção de crise econômica refere-se à inflação crônica, com surtos de hiperinflação, ao baixo crescimento econômico e aos desequilíbrios macro-econômicos (no orçamento da União e no balanço de pagamentos).

A causa da crise econômica nos países menos avançados seria a crise do Estado. Mais precisamente, a crise fiscal do Estado: “Quando o Estado fica paralisado por causa da crise fiscal, a economia como um todo tende a ficar imobilizada”. A crise fiscal do Estado compreenderia: “(1) déficit orçamentário, 2) poupança pública negativa, ou muito pequena, 3) dívida externa e interna excessivamente grande, 4) baixa credibilidade do Estado que se expressava na falta de confiança na moeda nacional e no vencimento de curto prazo da dívida interna (por exemplo, o mercado *overnight* brasileiro de título do Tesouro Nacional) e 5) falta de credibilidade do governo”.

A crise fiscal estaria ligada ao esgotamento das formas burocráticas de intervenção do Estado para compensar os desequilíbrios sociais (política social populista) e para promover o desenvolvimento econômico (política econômica desenvolvimentista). A crise fiscal do Estado seria um aspecto do esgotamento do “modelo de substituição de importações”. Bresser Pereira concorda que o populismo econômico, como destacam os neoliberais, é uma das origens da crise fiscal. Mas não é, ele acrescenta, a sua principal causa. Para Bresser Pereira, a principal causa é a dívida pública (interna e externa). Esse diagnóstico já traz implícito um tratamento: “Diante dessa crise, tornou-se necessário reformar o Estado”: reduzi-lo e mudar sua estratégia de intervenção. A abertura comercial, a privatização, a desregulamentação e as “reformas internas” do próprio Estado (reformas fiscal e administrativa) são as

reformas orientadas para o mercado que poderiam resolver a crise fiscal e, por essa via, dar o passo fundamental para superar a inflação, os desequilíbrios macro-econômicos e a estagnação, isto é, para superar a crise econômica.

Desde o final dos anos 80, a tese do esgotamento do modelo de substituição de importações é amplamente majoritária no jornalismo econômico e no meio acadêmico. Ela tornou-se uma espécie de senso comum e pode parecer evidente por si só. Mas, a ascensão dessa tese é, na verdade, um aspecto da ascensão da plataforma política neoliberal. Convém, então, recordar uma análise diferente, bastante corrente na década de 1970. Essa análise sugere a existência de uma crise do modelo de substituição de importações, mas não o seu esgotamento. Ela destaca dois fatores que estariam colocando em crise o modelo de substituição de importações: a atrofia do departamento de bens de produção da economia brasileira e o amplo predomínio do capital estrangeiro no setor de bens de consumo duráveis; ambos fatores fariam crescer o déficit externo, em razão de obrigarem grande importação de máquinas e equipamentos e uma crescente remessa de lucros, dividendos e direitos de patente para o exterior. Ela faz também um balanço das contas externas para comprovar essas afirmações. De resto, a crise fiscal, teria como causa fundamental justamente isso: a necessidade de cobrir um déficit crônico das contas externas.

Pois bem, que conclusão podemos tirar dessa análise para o debate que nos interessa? A conclusão de que a crise do modelo de substituição de importações não é uma crise terminal, mas, sim, uma crise de crescimento. A solução para ela seria, nesse caso, dar um salto na implantação do modelo: substituir as importações na área dos bens de produção e aumentar o grau de nacionalização da economia. Ou seja, as antípodas da análise e da solução de Bresser Pereira.

Façamos, agora, um cotejo dos pressupostos contidos na nossa

caracterização do neoliberalismo e na caracterização de Bresser Pereira. O enfoque de Bresser coloca a análise da política neoliberal num terreno distinto daquele do qual partimos para elaborar a nossa caracterização provisória dessa política. A concepção de sociedade pressuposta por Bresser é a de um todo com interesse geral homogêneo. Um ou outro setor poderá, por estar preso aos seus interesses corporativos imediatos ou por não entender a necessidade técnica das reformas orientadas para o mercado, resistir ao neoliberalismo. Mas, tal resistência estará em contradição com o suposto interesse geral da sociedade e, portanto, com os interesses de longo prazo dos próprios setores relutantes, que só pode ser o de superar a crise econômica. Essa visão de sociedade resulta numa concepção tecnocrática da política – a arte de encontrar a melhor solução técnica para um problema que afeta a todos – e numa atitude autoritária diante das correntes que se opõem à política neoliberal.

Os opositores dessa política são apresentados, pela sua ignorância ou por seu imediatismo, como inimigos do conjunto da sociedade. No plano das relações internacionais, temos a mesma visão harmônica e apaziguadora. É certo que aparecem nos textos de Bresser referências à “influência” dos Estados Unidos na política e na economia dos países menos avançados em geral. Mas, nesses textos, essa “influência” é apresentada como inevitável – ela é um dos argumentos que Bresser utiliza para convencer o leitor de que o governo brasileiro deveria assumir integralmente as teses do chamado Consenso de Washington. A noção de dependência econômica não desempenha papel importante na análise que Bresser faz dos modelos econômicos latino-americanos e de suas crises, em contraste com a análise de Francisco de Oliveira.

Nossa análise, diferentemente, concebe a sociedade como um conjunto de setores sociais com interesses divergentes, conflitantes ou antagônicos e a política de Estado como a afirmação dos interesses de uns setores sobre os de outros – vimos que, no caso do neoliberalismo,

ele representa os interesses da burguesia, e particularmente da grande burguesia, em detrimento dos interesses da maioria das classes trabalhadoras. No plano das relações internacionais, iremos trabalhar com as noções de imperialismo e dependência, que concebem um espaço internacional dividido, desigual e conflituoso, opondo países centrais e periféricos; ou mais precisamente, os interesses de grande parte da população dos países periféricos, não da totalidade dela, à estrutura das relações internacionais (Hirst e Thompson, 1998). A política neoliberal aparece, nesse caso, articulada aos interesses do capitalismo central, em detrimento dos países periféricos.

Ao longo do nosso estudo, iremos refletir sobre essas diferenças e suas conseqüências na análise da política neoliberal.

7.4 NEOLIBERALISMO E TRABALHADORES

A pesquisa sobre as relações entre o neoliberalismo e os movimentos populares não se encontra muito desenvolvida nos países menos avançados. São raras as pesquisas que tematizam as relações da política neoliberal com o movimento sindical, com o movimento estudantil, com a ação das associações de classe média, com o movimento dos trabalhadores rurais, do funcionalismo público etc.

De um lado, temos as pesquisas que investigam os efeitos da política neoliberal sobre as condições de vida das classes trabalhadoras. Para darmos alguns exemplos desse tipo de investigação, citaríamos os trabalhos dos economistas do Centro de Estudos de Economia Industrial e do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia da Unicamp e as pesquisas do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), da mesma universidade. Os estudos do Cesit mostram que a política neoliberal tem feito crescer o desemprego ao longo da década de 1990, tem degradado as condições de trabalho, com a expansão do emprego sem carteira

assinada e dos contratos precários, tem reduzido os salários dos trabalhadores e, contrariando uma idéia estabelecida, mostram também que os postos de trabalho que estão sendo suprimidos no Brasil da década de 1990 são postos que, na sua maioria, exigem um trabalhador mais qualificado do que os postos de trabalho que estão sendo criados.

Os estudos do NEPP mostram a mudança do perfil da política social dos anos 1990, quando passaram a ser aplicados os princípios da descentralização, da desconcentração e da focalização na esfera da política social. Mas, de uma maneira geral, essas pesquisas não têm por objetivo tematizar a influência política e ideológica de tais fenômenos junto aos trabalhadores e nem a resposta do movimento popular a tal situação.

De outro lado, temos, também, diversos estudos sobre as mudanças que vêm ocorrendo nos locais de trabalho ao longo da década de 1990 - mudanças nos métodos de gestão da força de trabalho, na organização do processo de trabalho, introdução, no caso de algumas grandes empresas do setor monopolista, de novas tecnologias etc. Apenas para citarmos alguns exemplos desse tipo de estudo, lembraríamos, dentre outras, as pesquisas realizadas no Instituto de Geo-Ciências da Unicamp, nas universidades federais da Bahia e de Minas Gerais, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e na Faculdade de Economia e Administração da mesma universidade. São estudos que tratam de processos de mudança que, indiretamente, podem estar associados ao neoliberalismo, mas que não são parte integrante da política neoliberal.

Nosso estudo sobre o impacto popular do neoliberalismo não poderá valer-se, portanto, de uma bibliografia ampla e diversificada. Tentaremos, nesta parte do presente projeto, indicar algumas análises que pudemos encontrar na bibliografia sobre o nosso tema e situar nosso problema e nossas hipóteses frente essa bibliografia.

7.4.1. O NEOLIBERALISMO OBTEVE UM IMPACTO POPULAR?

A tese segundo a qual o neoliberalismo teria obtido um impacto popular significativo contraria aquela que parece ser a idéia predominante no campo do pensamento crítico. Na maioria dos casos, essa idéia está apenas implícita naquilo que se escreve sobre o tema. Alguns autores, contudo, apresentam-na de modo explícito e minimamente desenvolvido. Pensamos em autores como James Petras, para quem a idéia de um impacto popular do neoliberalismo nos países latino-americanos não passaria de um mito criado pelos próprios ideólogos neoliberais (Petras, 1995). Essa posição não nos parece procedente. Indicaremos porque pensamos assim, fazendo referência aos países que nos interessam.

Diante da hegemonia eleitoral dos candidatos neoliberais nas eleições presidenciais da maioria dos países do sul nos anos recentes, o argumento de Petras consiste em afirmar que tais candidatos escondem seu verdadeiro programa de governo no decorrer das campanhas eleitorais, ludibriando o eleitorado popular. Para nós, ao contrário, as vitórias eleitorais das candidaturas neoliberais no Brasil, em 1989, 1994 e 1998, além de serem indícios do impacto popular do neoliberalismo, ilustram a importância desse impacto para a instauração e consolidação da política neoliberal no Estado. Foi Fernando Collor de Mello quem apresentou, pela primeira vez na história eleitoral recente do Brasil, um programa de governo neoliberal, contraposto ao programa desenvolvimentista e reformista, isto é, defensor de um Estado de bem-estar, do candidato da Frente Brasil Popular. Tal contraste de programas já basta para lançar dúvidas sobre a procedência da tese segundo a qual a candidatura neoliberal poderia ludibriar os incautos. Quanto a Fernando Henrique Cardoso, ele venceu, como se sabe, duas eleições presidenciais. No caso da segunda vitória, a da eleição presidencial de

1998, não é possível alegar que o candidato vitorioso tenha obtido votos escondendo seu verdadeiro programa de governo. A população podia orientar-se, para definir seu voto, pelo programa que o candidato tinha aplicado durante seu primeiro mandato. De resto, a reeleição de presidentes neoliberais, ou a eleição de candidato indicado por um governo neoliberal no poder, ocorreu não só no Brasil, mas também na Argentina e no México e quase em todos os países menos avançados.

Repetimos: não existe, que seja do nosso conhecimento, outros trabalhos que procurem negar, de modo explícito e sistemático, a existência de uma aceitação popular do neoliberalismo. Contudo, os livros e ensaios, escritos por autores ligados ao pensamento crítico, tendem, pelo menos, a subestimar essa aceitação, o que se constitui num dos fatores que têm dificultado aos partidos e organizações de esquerda conceberem um programa político ao mesmo tempo realista, transformador e mobilizador para a conjuntura atual. A subestimação da força do adversário é seguida de proposições irrealistas. James Petras, por exemplo, no livro que estamos nos referindo, depois de negar o impacto popular do neoliberalismo, conclui que a revolução socialista encontra-se na ordem-do-dia.

Quando se admite, entre os críticos do neoliberalismo, que essa ideologia obteve alguma penetração no meio popular, tal penetração é imediatamente atribuída ao poder da mídia. Pierre Bourdieu, em alguns dos textos que publicou na imprensa sobre esse tema, sugeriu esse tipo de análise – como nos artigos publicados no jornal “Le Monde Diplomatique” ao longo de 1997. Essa é também uma idéia muito corrente na esquerda brasileira. Na nossa dissertação, deveremos realizar uma incursão pela teoria da comunicação para avaliarmos mais em profundidade teses como essa. Por ora, gostaríamos de salientar que, seguindo diversos autores que refletiram sobre essa questão, vemos com desconfiança uma abordagem que atribui tanto poder à mídia, e, ao

mesmo tempo, reduz o fenômeno da ideologia à simples idéia de uma mentira arquitetada para ludibriar as classes populares. Ademais a própria unidade da mídia na defesa da ideologia e da política neoliberal é um fato político que exige uma explicação. Da nossa caracterização provisória do neoliberalismo, pode-se deduzir que os conflitos no interior da burguesia têm se mantido, por diversas razões, num nível de baixa intensidade, e esse é o fator político fundamental para se entender a unidade da mídia em torno do neoliberalismo.

7.4.2. CAUSAS DO IMPACTO POPULAR DO NEOLIBERALISMO?

Se no campo do pensamento crítico parece dominar a percepção de que o neoliberalismo não possui impacto popular, no campo do pensamento conservador, a tese dominante é aquela que sustenta a popularidade do neoliberalismo e atribui tal popularidade às melhoras que o neoliberalismo teria trazido para as classes populares. Esse tipo de análise, ou avaliação, está presente tanto nos textos fundadores da política neoliberal quanto nos discursos dos responsáveis pela aplicação prática de tal política.

Milton e Rose Friedman, na “obra fundadora” “Liberdade de Escolher”, argumentaram que as instituições do Estado de bem-estar, contra as quais se volta o neoliberalismo, seriam instituições que, ao contrário dos objetivos proclamados, provocavam a concentração da renda (Milton e Rose Friedman, 1980). Os Friedman cunharam expressões como “lei do chefe” e “lei do deslocamento burocrático” para designar, respectivamente, a suposta canalização dos serviços e das verbas públicas, formalmente destinados a todos os cidadãos, para a população de renda média e alta e a existência do desvio, dessas mesmas verbas, de suas atividades fins – os serviços à população – para suas atividades meios – o emprego e a remuneração de burocratas do Estado.

Seria mesmo de se esperar, portanto, que a grande maioria da população apoiasse a política neoliberal, pois essa teria um conteúdo popular.

A discussão dessa tese exige, em primeiro lugar, uma avaliação detalhada e rigorosa das conseqüências da política neoliberal sobre as condições de vida das classes populares. Cada projeto individual desta pesquisa deverá, como já indicamos, realizar esse trabalho para o setor específico que pesquisa. No geral, contudo, partimos da hipótese, já indicada, de que o neoliberalismo degradou as condições de vida da maioria das classes trabalhadoras, ao reduzir o emprego, o salário, concentrar a renda, degradar os serviços públicos utilizados pela população de baixa renda e criar uma cidadania desigual, reservando os serviços privados e caros para a população de renda média e elevada e confinando a população pobre à utilização de serviços públicos degradados. Se isso for verdade, é plausível nossa hipótese de que a popularidade da ideologia neoliberal se existe, não pode ser explicada por uma suposta melhoria nas condições de vida da população pobre.

Porém, como se pode notar pela hipótese que apresentamos para explicar uma provável hegemonia ideológica do neoliberalismo, nós consideramos que a crítica neoliberal aos direitos sociais e à política desenvolvimentista é a principal pista para se entender sua popularidade. De fato, nossa hipótese principal, como dissemos, é que o impacto popular da ideologia neoliberal explica-se, acima de tudo, pelo fato de essa ideologia oferecer uma resposta à revolta popular difusa contra as características antipopulares do modelo econômico e social herdado da política desenvolvimentista e populista. A resposta neoliberal é, contudo, uma espécie de “confisco”, efetuado por setores da burguesia e pelo imperialismo, dessa revolta popular difusa, direcionando-a para um objetivo que não interessa aos trabalhadores. O lema da campanha eleitoral de Fernando Collor de Melo em 1989 – “caça aos marajás” – serviu, de modo muito eficiente, para realizar essa complexa operação

política e ideológica. Os marajás principalmente os funcionários públicos. Os trabalhadores do setor público podiam ser apresentados como alvo para a revolta popular, de um lado, devido à existência do “Estado cartorial”, instrumento político do qual o desenvolvimentismo não abriu mão, e, de outro lado, devido os funcionários públicos usufruírem de direitos que, nos moldes da cidadania regulada que se implantou no país, não contemplavam grande parte dos trabalhadores. Os marajá eram também as indústrias nacionais, cujo protecionismo a preservava não só da concorrência externa, como também, nos setores monopolistas, da concorrência em geral e da pressão e dos interesses dos consumidores.

Essa hipótese para a explicação do impacto popular do neoliberalismo nos afasta da explicação neoliberal citada acima e, ao mesmo tempo, da explicação, produzida por parte do pensamento crítico, que consiste em atribuir à mídia a responsabilidade, principal ou exclusiva, pelo impacto popular do neoliberalismo.

Uma última observação: será necessário examinar como a difusão do neoliberalismo vale-se, também, de elementos gerais da ideologia burguesa presentes, em grau maior ou menor, em toda sociedade capitalista. O individualismo secretado pelo mercado e pelo direito, a ideologia meritocrática, forte particularmente na classe média, e a ideologia de ascensão pelo trabalho, presente no meio operário, representam trunfos dos quais dispõe o neoliberalismo para difundir-se junto às classes trabalhadoras. A questão da articulação da ideologia burguesa em geral com a ideologia neoliberal no processo de difusão do neoliberalismo precisa ser enfrentada.

7.4.3. AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DAS CLASSES TRABALHADORAS

Um elemento importante para se entender o impacto popular do neoliberalismo são as divisões e contradições existentes no seio das classes populares. Essa política, embora no geral afete negativamente a maioria dos trabalhadores, não os afeta por igual. Consideramos que existe um setor da classe média que parece considerar que está ganhando com o neoliberalismo. Por tudo isso, a pesquisa deverá distinguir as diferentes classes e setores populares em função da maneira e da intensidade como eles são afetados pelas diferentes medidas da política neoliberal.

A alta classe média pode ganhar, ou considerar que está ganhando com a redução dos direitos sociais e com a privatização dos serviços públicos. Esses setores minoritários parecem ser uma exceção no quadro geral das classes trabalhadoras e podem funcionar como verdadeiros aliados da fração burguesa hegemônica no bloco no poder do período neoliberal. Há na alta classe média setores que se sentem beneficiados pela “dupla cidadania” neoliberal – serviços privados de saúde e de educação oferecidos para a população de renda média e alta, serviços públicos e precários de saúde e educação oferecidos para a população de baixa renda.

A privatização da saúde e da educação parece estar sendo recebida, pela alta classe média, como uma oportunidade para distinguir-se do trabalhador manual e/ou de baixa renda. O hospital e a escola privados segregam os pobres, criando um ambiente elitista valorizado pelos membros da alta classe média que o freqüentam. Os profissionais da saúde e da educação têm insistido que a saúde e o ensino privados são procurados também pelo fato de serem considerados símbolos de “status”. A escola privada, ademais, favorece a alta classe média no mercado de trabalho. A dupla cidadania neoliberal aumenta a

importância do poder econômico da família na disputa pelos empregos qualificados, criando uma “reserva de mercado” para quem pode pagar escola.

Talvez isso explique o fato de não ter surgido, em nenhum país menos avançado, nenhum movimento pela estatização do ensino entre os clientes da escola privada - as associações de pais de alunos e estudantis chegaram a pleitear apenas o controle do valor das mensalidades escolares. A estatização do ensino igualiza e democratiza, e a alta classe média não parece querer nem uma coisa, nem outra.

Mas, para a grande maioria de trabalhadores, não é, como já frisamos, o interesse econômico que explica a aceitação do neoliberalismo. Os trabalhadores do setor privado têm sido afetados pelo desemprego; em alguns poucos setores, como parece ser o caso dos metalúrgicos da montadoras de veículos do ABC paulista, os trabalhadores que conseguem permanecer empregados têm tido pequena melhoria salarial. Os trabalhadores do setor público, ainda que agora estejam ameaçados por demissões e, em alguns casos, tenham, de fato, perdido o emprego, têm sido vitimados, fundamentalmente, pela perda de direitos e pela degradação salarial – estabilidade, aposentadoria integral etc. – e não pelas oscilações do mercado de trabalho.

Dentro do setor privado, existem os trabalhadores ligados às empresas que têm se expandido e se capitalizado com o neoliberalismo, como as empresas ligadas ao comércio de saúde, educação e previdência, e há casos em que tais trabalhadores puderam obter melhorias salariais. No setor agrário, os camponeses pobres puseram-se de pé contra a política neoliberal, que, além de não se propor a realizar uma reforma agrária, parece ter reduzido, drasticamente, a desapropriação e distribuição de terras, além de, ao provocar o desemprego entre trabalhadores urbanos de origem rural recente, estimular o retorno ao

campo e aumentar a pressão sobre a terra.

7.5. NEOLIBERALISMO E GLOBALISMO

Há tempos, em entrevista a um periódico português, o Presidente do Brasil dizia que foram os portugueses os pais da globalização. Para quem já carrega tantas culpas, mais esta não fará grande diferença. A verdade, porém, é que faz sentido defender que as viagens oceânicas dos portugueses, a partir do séc. XV, deram origem à *primeira onda de mundialização e de globalização*, marcada pela colonização e pela pilhagem de vários povos e pelo tráfico de escravos.

A *segunda onda de globalização* teve lugar por força e por ocasião da corrida as colónias que acompanhou a “segunda revolução industrial” no último quartel do séc. XIX e que teve como ponto alto a célebre Conferência de Berlim (1884/1885). Nela, as grandes potências capitalistas dividiram entre si os territórios colonizados, cientes de que, “para os países ricos, as colónias constituem uma das formas mais vantajosas de colocação de capitais” e de que, “para os países impulsionados pela própria natureza da sua indústria a uma grande exportação, a questão colonial é a própria questão dos mercados” (tese defendida em 1885 por Jules Ferry, primeiro-ministro francês, perante a Câmara dos Deputados).

Iniciou-se a concorrência entre os *capitalismos nacionais* mais poderosos em luta pelo “espaço vital” (luta que haveria de dar lugar às duas guerras mundiais que dilaceraram o séc. XX), concorrência que poderemos definir, com François Perroux, como “a concorrência de poderosos monopólios privados apoiados pelas armas e pela diplomacia dos seus estados”. Foi um período de recrudescimento do colonialismo, agora sob a forma de exploração econômica das colónias organizada de forma sistemática pelas grandes potências (não só as potências

européias, mas também os EUA e o Japão), num tempo de unificação definitiva do mercado mundial (graças, sobretudo à revolução nos transportes e nas comunicações) e no quadro do que Bukarine chamou “internacionalização do capital” (exportação de capitais privados a partir das metrópoles em busca de novos campos de investimento nos territórios coloniais, sobretudo os de clima temperado e de imigração branca).

Os povos colonizados foram as grandes vítimas destas duas ondas de mundialização e globalização. Eles estão a ser as vítimas da actual onda de globalização e do neoliberalismo que a orienta e condimenta. Eles pagam, com a sua *dependência*, com o seu *desenvolvimento impedido*, uma parte importante dos custos do desenvolvimento das potências capitalistas e da sua ‘sociedade da abundância’.

O capitalismo surgiu como a “civilização das desigualdades”. Na verdade, estudos prospectivos de autores como Paul Bairoch vieram mostrar que, nos finais do séc. XVII, o nível do rendimento dos países hoje ditos desenvolvidos era idêntico, ou mesmo, em certos casos e em certos domínios, inferior ao da maioria dos países hoje designados de subdesenvolvidos. Deixando de lado as sociedades primitivas (cerca de 15% a 20% da população mundial), as diferenças entre os vários países não andariam, em 1700, mais de 50% a 70% acima ou abaixo da média. Por volta de 1750, segundo os cálculos de Paul Bairoch, o PNB *per capita* (em dólares e preços de 1960) rondaria os US\$ 180 para os actuais países desenvolvidos e cifrava-se entre US\$ 180 e 190 para os actuais países subdesenvolvidos.

Ao explicar a *acumulação primitiva do capital* — que, num dos seus aspectos essenciais, se traduziu na enorme concentração dos capitais nas mãos de uma nova classe social (a burguesia) —, Adam Smith recorreu a uma teoria que, como observou Marx, tem aqui o mesmo papel que a teoria do pecado original tem na teologia: sendo

todos os homens iguais, acumulam e enriquecem os que são trabalhadores (industriosos), poupados (parcimoniosos) e inteligentes; estão condenados a ser pobres os que são preguiçosos, perdulários e incapazes (pouco inteligentes). E esta teoria da “previous accumulation” smithiana (inspirada na teologia protestante, “essencialmente uma religião burguesa”, recorda Marx) serviria depois para ‘explicar’ as desigualdades que o capitalismo industrial acentuou.

Na verdade, com a ‘revolução industrial’ cavou-se um enorme fosso entre os ricos e os (trabalhadores) pobres. O primeiro-ministro inglês Benjamin Disraëli escrevia em 1813 que “a nossa rainha [a rainha de Inglaterra] reina sobre duas nações. Duas nações entre as quais não há relação nem simpatia; que são tão ignorantes dos costumes, dos pensamentos e dos sentimentos uma da outra como se morassem em zonas diferentes ou fossem habitantes de planetas diferentes; que são formadas por uma educação diferente; que se alimentam de alimentos diferentes, que não são governadas pelas mesmas leis”. Pois bem. Como que para justificar a existência destas duas nações correu como verdade primária, ao longo de todo o séc. XVIII, a ideia da *preguiça natural das classes trabalhadoras* (os trabalhadores eram pobres, desde logo e, sobretudo, porque não eram trabalhadores, acrescentando ainda que não eram poupados nem inteligentes).

Mas o fosso entre ‘países ricos’ e ‘países pobres’, que surgiu com o capitalismo, tem-se vindo a alargar com o desenvolvimento do capitalismo. Paul Bairoch calcula que o PNB *per capita*, que andava, em 1750, à roda dos US\$ 180 para os países hoje desenvolvidos e para os países hoje subdesenvolvidos (em dólares e preços de 1960) passou, em 1930, para US\$ 790 para os primeiros e para US\$ 190 para os segundos, números que, em 1980, seriam de US\$ 3000 e US\$ 410, respectivamente.

Estas desigualdades (crescentes) têm sido justificadas, mais perto de nós, com base em várias ‘teorias’ que constituem outras tantas teses

deterministas (racistas) para ‘explicar’ o subdesenvolvimento e ‘culpar’ por ele as suas próprias vítimas. Hoje já ninguém com responsabilidades científicas defenderá em público a tese de que os povos subdesenvolvidos são “raças inferiores”. Mas não falta quem defenda que os climas quentes explicam a indolência e a preguiça dos povos do ‘sul’, em especial os negros; outros sustentam que as situações de subdesenvolvimento são a consequência natural da “copulação desenfreada” a que se dedicam os povos do Terceiro Mundo; há também quem entenda que os países subdesenvolvidos são apenas países mal geridos, etc., etc..

A economia política, surgida com o capitalismo e como “ciência da burguesia”, dando-se conta de que a miséria crescia a par da riqueza, procurou, desde o início, ‘legitimar’ essa desigualdade, apontando-a como dado inelutável, inerente à ‘natureza das coisas’, resultante das *leis naturais* que regulam a economia, leis que os homens não poderiam alterar, porque se trata de leis de validade absoluta e universal, como as *leis da física* (por isso o capitalismo é, para os clássicos ingleses, *o fim da história...*) e perante as quais não teria sentido falar de justiça e injustiça, porque o que é natural é justo.

Honra seja feita a Adam Smith, que, neste ponto, como em outros, teve o mérito de descodificar alguns dos mitos do liberalismo que ele próprio ajudou a construir. A verdade, como ele escreveu, é que “sempre que há muita propriedade, há grande desigualdade. Por cada homem rico haverá, pelo menos, quinhentos homens pobres, e a propriedade de uns poucos pressupõe a indigência de muitos”.

Em abono da verdade, deve dizer-se, aliás, que alguns dos fisiocratas tinham já caracterizado aquela realidade do capitalismo nascente como “desigualdade natural” (Dupont de Nemours). Este mesmo Dupont de Nemours deixou claro que “o aumento das riquezas da sociedade traz necessariamente com ele o aumento da desigualdade das

fortunas”. E Mercier de La Rivière (outro dos discípulos de François Quesnay) sublinha que “a propriedade exclui necessariamente a igualdade. Aqueles que se queixam da desigualdade não vêem que ela está na ordem da justiça por essência: uma vez que eu adquiri a propriedade exclusiva duma coisa [a natureza *exclusiva* ou *excluyente* é uma das características essenciais da *propriedade burguesa*, enquanto *propriedade perfeita*, por oposição à *propriedade imperfeita* da sociedade feudal. A.N.], ninguém pode ser o proprietário dela como eu e ao mesmo tempo”.

Quer dizer: a desigualdade econômica é uma característica inerente às sociedades burguesas, apesar de estas terem vindo proclamar que todos os homens (mesmo os trabalhadores) são livres e iguais perante a lei.

Neste nosso tempo marcado pelo globalismo, a produtividade do trabalho humano e a produção efetiva de riqueza têm aumentado como em nenhum outro período da história, incluindo o período da primeira revolução industrial, período durante o qual, quiçá pela primeira vez na sua história, os homens tomaram consciência de que podiam transformar o mundo, tal o ritmo do crescimento económico (*era como se a economia levantasse voo*, escreveu um autor da época). Hoje, a economia levantou mesmo voo. E, no entanto, a miséria alastra e a desigualdade cresce. Aonde está então a *globalização* de que tanto se fala hoje?

Poderíamos dizer, parafraseando Amartya Sen, que é um mundo em que “o sol nunca se põe no império da Coca-Cola”. E todos entenderiam do que se trata. Mas valerá a pena tentar ir um pouco mais fundo na compreensão desta nossa circunstância.

- Uma primeira nota para adiantar que a globalização é um fenómeno complexo, que se apresenta sob múltiplos aspectos (incluindo de ordem filosófica, ideológica e cultural), mas que tem no terreno da economia a chave da sua compreensão e a área estratégica da sua

projecção. Ela traduz-se, essencialmente, na criação de um mercado mundial unificado, graças aos desenvolvimentos operados nos sistemas de transportes (que tornaram quase negligenciável o custo do transporte por unidade de produto, reduzindo a pouco a resistência ao transporte) e nas tecnologias da informação, que permitem controlar a partir do ‘centro’ uma estrutura produtiva dispersa por várias regiões do mundo e permitem obter informação e atuar com base nela, em tempo real, em qualquer parte do mundo, a partir de qualquer ponto do mundo.

Neste mundo de comércio livre de barreiras físicas ou legais pretende-se que circulem livremente todo o tipo de bens (matérias-primas, semiprodutos e produtos acabados da indústria e da agricultura), serviços (incluindo os chamados “produtos financeiros”), capitais e tecnologia. Mas esta liberdade já não se aplica aos trabalhadores. Quanto a estes, os grandes centros imperiais procuram barricar-se nas suas fortalezas armadas, para evitar esta nova ‘invasão dos bárbaros’. Parafraseando Galileu, diremos que, no entanto, as pessoas movem-se: estudos da ONU estimam que cerca de 160 milhões de pessoas se desloquem do Sul para o Norte até 2025.

- Uma segunda nota para referir uma das características do actual processo de globalização, a que se relaciona com o esbatimento do papel do estado na economia e com a anulação do estado nacional. Este está em risco de perder os tradicionais atributos da soberania e já perdeu — diz-se — a capacidade de controlar a vida económica e o poder económico. Os *capitalismos nacionais*, que constituíram o quadro de desenvolvimento do primeiro capitalismo, teriam sido submersos pela onda globalizadora.

Alguns procuram dar a entender que, à semelhança do capitalismo liberal, também o actual capitalismo quer ignorar o estado, fazendo da economia um assunto regulado pelas leis naturais do mercado. Assim se

regressaria à separação entre o estado e a economia, cabendo ao estado as funções atinentes à organização política e administrativa, e cabendo à sociedade a organização das tarefas produtivas reguladas pelo mercado.

- Deixaremos uma terceira nota para sublinhar, porém, que não pode correr-se o risco de interpretar a globalização como um regresso aos tempos do ‘capitalismo de concorrência’, agora projetado à escala mundial. Neste nosso tempo, os protagonistas quase exclusivos são os grandes conglomerados transnacionais, orientados por uma estratégia planetária, apoiados num poder económico (e político) que anula em absoluto os mercados tal como os entendia a teoria da concorrência, apostados em controlar o processo de desenvolvimento económico à escala mundial.

- Devemos salientar a seguir que a globalização é também um fenómeno cultural e ideológico, marcado pela afirmação decisiva dos ‘aparelhos ideológicos’ como instrumento de domínio por parte dos produtores da ideologia dominante, a ideologia do *pensamento único*, a ideologia da massificação dos padrões de consumo, dos padrões de felicidade, a ideologia que impõe a ‘sociedade de consumo’ como paradigma de desenvolvimento, a ideologia que pretende anular as culturas e as identidades nacionais.

- A globalização caracteriza-se, por outro lado, pelo domínio do capital financeiro, justificando perfeitamente o epíteto de *capitalismo de casino*, que alguém inventou para caracterizar o estágio atual do capitalismo.

O processo de *globalização financeira* assume uma importância fundamental no quadro da globalização, traduzindo-se, *grosso modo*, na criação de um *mercado único de capitais* à escala mundial, que permite

aos grandes conglomerados transnacionais colocar o seu dinheiro e pedir dinheiro emprestado em qualquer parte do mundo. A desintermediação, a descompartimentação e a desregulamentação são as três características essenciais deste processo.

A *desintermediação* traduz-se na perda de importância da tradicional intermediação da banca nos mecanismos do crédito. Os grandes investidores institucionais (empresas multinacionais, empresas seguradoras, bancos, fundos de pensões e mesmo os Tesouros nacionais de alguns países) têm acesso directo e em tempo real aos mercados financeiros de todo o mundo para a colocação dos fundos disponíveis e para a obtenção de crédito, dispensando o recurso aos intermediários financeiros e os respectivos custos de intermediação (o financiamento directo e autofinanciamento substituem o financiamento indirecto).

A *descompartimentação* significa a perda de autonomia de (a abolição das ‘fronteiras’ entre) vários mercados até há pouco separados (mercado monetário, mercado financeiro, mercado de câmbio, mercados a prazo) e agora transformados em um *mercado financeiro único*, não só à escala de cada país mas também à escala mundial.

A *desregulamentação* consiste na plena liberalização dos movimentos de capitais, processo que teve início nos anos 1970 do século passado nos EUA, a que se seguiu a abertura do sistema financeiro japonês em 1983/84 (em grande parte por imposição dos Estados Unidos), o desmantelamento dos sistemas nacionais de controlo de câmbios na Europa (nomeadamente com a criação do *Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu* e a *liberalização completa dos movimentos de capitais*, no início da década de 1990) e a liberalização ‘imposta’ aos países do terceiro mundo em geral e aos menos avançados em particular.

Esta ‘liberdade’ tem permitido uma enorme aceleração da

mobilidade geográfica dos capitais, facilitando a ação predadora dos grandes operadores financeiros que jogam na especulação e colocando muitos países situados na ‘reserva de caça’ dos especuladores à mercê da chantagem da retirada dos capitais para países mais atractivos. Vários destes países já nem ousam tributar os rendimentos do capital, o que é um bom contributo para os escandalosos superlucros dos especuladores.

Segundo os cânones do liberalismo, esta liberdade de circulação dos capitais, este mercado livre dos capitais deveria ter como consequência a melhoria da eficácia do sistema financeiro, com a consequente redução dos custos do financiamento e a distribuição mais equilibrada e mais racional (mais eficiente) do capital entre os vários países e os vários setores de actividade, promovendo um crescimento mais igual e mais harmónico da economia mundial.

Como era de esperar, porém, a realidade não corresponde ao modelo: calcula-se que os Estados Unidos da América absorvam cerca de 80% da poupança mundial (*Le Monde Diplomatique*, Maio/2001) e estima-se que, nos últimos dez anos, os 11 países mais ricos do mundo tenham acolhido 78% do investimento estrangeiro global, cabendo aos cem países mais pobres apenas 1% (*Folha de S. Paulo*, 1.7.2001).

A liberdade concedida aos especuladores deu origem à *economia de casino*, divorciada da economia real e da vida das pessoas comuns: o montante das transações financeiras internacionais é hoje 50 vezes superior ao valor do comércio mundial; cerca de dois biliões de dólares circulam diariamente no ‘mercado cambial único’ em busca de lucro fácil e imediato, sem qualquer relação com a actividade produtiva ou o comércio. O resultado está à vista: grande instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, turbulência nas bolsas de valores e nos mercados de câmbios, crises recorrentes nas economias de vários países.

A especulação acentuou a instabilidade e a incerteza, o que

significa um agravamento dos custos de funcionamento da economia. Em contrapartida, os grandes especuladores acumulam enormes ganhos de capital (basta recordar que, segundo as melhores estimativas, a tributação das transações especulativas nos mercados de divisas à taxa de 0,1% — *taxa Tobin* — permitiria mobilizar mais de um bilhão de dólares por ano). E apenas os grandes conglomerados transnacionais têm beneficiado com a baixa dos custos do financiamento direto, porque só eles têm acesso à utilização plena dos novos instrumentos financeiros. À margem dos ganhos do ‘mercado livre’ têm ficado as pequenas e médias empresas (que constituem, na generalidade dos países, a base da estrutura produtiva e do emprego) e têm ficado também os países mais fracos e menos desenvolvidos, muitos deles enleados na teia infernal da dívida externa, uma espécie de ‘prisão perpétua por dívidas’.

Há mais de 50 anos, advertia Keynes para os perigos de paralisação da atividade produtiva em consequência do aumento da importância dos mercados financeiros e da finança especulativa. A aceleração do processo de inovação financeira, nomeadamente o desenvolvimento dos mercados de produtos derivados, tem acentuado estes perigos. Criados como instrumentos de gestão dos riscos inerentes à instabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, estes novos ‘produtos financeiros’ tornaram-se rapidamente o objeto preferido da atividade especulativa (dada a pequena percentagem do capital investido em relação aos ganhos possíveis) e um novo e poderoso fator de instabilidade dos mercados financeiros.

Os especialistas falam de *risco sistémico* para caracterizar este novo risco global resultante da liberalização dos movimentos de capitais no quadro de um mercado financeiro único de dimensões planetárias. À semelhança do que a teoria refere para os mercados de oligopólio, também neste mercado financeiro global os operadores tendem a actuar em função daquilo que eles pensam vai ser o comportamento dos demais

operadores. A turbulência causada pela especulação em um dado país ou região (agravada pela manipulação dos novos ‘produtos financeiros’) tende a propagar-se a todo o sistema financeiro mundial graças ao *comportamento mimético* dos grandes especuladores.

Em outro plano, vale a pena chamar a atenção para o fato de estas poderosas ‘forças do mercado’ terem vindo a sobrepor-se às políticas nacionais de regulação das taxas de câmbio, uma vez que as autoridades competentes de muitos países não têm meios para se defender eficazmente da ação dos especuladores. Basta recordar que o montante das reservas detidas pelos bancos centrais de todo o mundo (principal meio de defesa das moedas nacionais) é sensivelmente igual ao montante das transações diárias no mercado cambial. As crises recorrentes dos últimos anos estão aí para ilustrar o que acabamos de dizer: a crise do Sistema Monetário Europeu em 1992/93, a crise do peso mexicano em 1994, a crise das moedas asiáticas em 1997/98, a crise do rublo em 1998/99, a crise do real brasileiro em 1999 e etc.

As contradições da globalização financeira ficam evidentes se lembrarmos do esforço sistemático dos defensores do mercado livre, da liberalização e da desregulamentação no sentido de criar novos espaços protegidos por fronteiras artificiais, muito mais invioláveis e intransponíveis do que as fronteiras dos estados nacionais soberanos que se dizem coisa do passado. Referimo-nos, é claro, aos chamados *paraísos fiscais* ou *paraísos bancários*, que são também (e cada vez mais), sobretudo *paraísos judiciais*, espaços sem lei, sem impostos, sem polícia, sem tribunais.

Trata-se de verdadeiros ‘estados mafiosos’ ou de reservas criadas por medida para garantir refúgio seguro, em nome da liberdade e do mercado, a capitais especulativos de todo o tipo, muitos vezes oriundos de (e promotores de) negócios escuros e criminosos. Neste mundo à margem da lei os ganhadores são precisamente os que não respeitam

qualquer lei, nomeadamente as estruturas do crime organizado. Segundo os especialistas, por estes e outros canais passa diariamente o branqueamento de bilhões de dólares provenientes do crime organizado. O esquema é conhecido e poderia ser desmantelado. Em nome da liberdade do capital, não o querem os senhores do mundo.

Por isso muitos vêm clamando a necessidade de lutar contra os perigos desta “ditadura dos mercados”, denunciando “a natureza liberticida das ‘liberdades’ do capital”, desmascarando essa verdadeira *Declaração Universal dos Direitos do Capital* (levada a cabo pelo FMI, Banco Mundial, OCDE, Comissão Européia, OMC, G7, Comissão Trilateral, Forum de Davos e outras instituições beneméritas), muito mais eficaz do que a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, aprovada em 1948 pela Assembleia Geral da ONU.

A substituição do GATT pela OMC representou como que a institucionalização do liberalismo mais extremo e constituiu um passo importante ao serviço dos agentes da globalização. Desde logo, porque alargou o seu âmbito à agricultura, aos têxteis, aos serviços e à área da propriedade intelectual e científica. Depois, porque os países mais fracos deixaram de beneficiar das vantagens de um processo de negociação multilateral permanente (que era a essência do GATT) para ficarem sujeitos às deliberações de uma instituição reguladora do comércio mundial na qual os países dominantes (principalmente os EUA, mas também a União européia e o Japão) vão ganhar um peso decisivo, à semelhança do que se passa com o FMI e o Banco Mundial.

A OMC coloca acima de tudo a liberdade das trocas comerciais e considera o ‘comércio livre’ quase como uma panaceia capaz de resolver todos os problemas. Pois bem, o comércio mundial cresceu 10% em 2000, segundo dados da ONU. Mas não cessou de aumentar a miséria dos que já eram miseráveis e não cessou de acentuar-se o fosso que separa os ‘países ricos’ dos ‘países pobres’ (a diferença do nível de rendimento era

de 3 para 1 em 1820, tendo-se atingido a relação de 11 para 1 em 1913, a relação de 50 para 1 em 1950 e de 72 para 1 em 1992). Um em cada cinco habitantes do planeta vive hoje com menos de um dólar por dia; o valor dos ativos das 200 pessoas mais ricas do mundo ultrapassa o rendimento de 41% da população mundial; a tributação em 1% da riqueza destas pessoas bastaria para garantir o acesso ao ensino básico a todas as crianças do mundo; 20% dos habitantes da ‘aldeia global’ arrecadam 86% do produto bruto mundial; um estudo da CEPAL mostra que em 2000 viviam, só na América do Sul, 220 milhões de pessoas abaixo do limiar da pobreza, uma situação pior do que a registada em 1980; no Brasil vivem hoje 53 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, 22 milhões das quais são indigentes, com um rendimento mensal que não vai além de R\$ (60); só em 1999 morreram 10 milhões de crianças com doenças cuja cura está ao nosso alcance. Parece redundância mas nunca é demais mencionar estes dados.

Alguns especialistas temem que a situação venha a piorar, para os países menos desenvolvidos, com a generalização do regime de plena liberdade das trocas internacionais aos produtos agrícolas, como pretende a OMC. Este é o regime já previsto na Convenção de Cotonou (Junho de 2000) para as relações entre a Comunidade europeia e 40 países ACP (africanos, na sua maioria), com início marcado para 2008.

Neste quadro, as exportações dos países subdesenvolvidos terão de ser feitas aos “preços internacionais”, controlados pelas grandes multinacionais do *agro-business*, preços que são, em regra, (muito) mais baixos que os custos de produção praticados pelas pequenas e médias explorações agrícolas, que asseguram emprego à maior parte da população rural e respondem pela maior parte da produção agrícola daqueles países.

Este regime de liberdade significa que as grandes multinacionais do sector tomarão conta (ainda mais rigidamente do que hoje) do

comércio agrícola (e, conseqüentemente, da produção agrícola) à escala mundial. Os recursos agrícolas dos países subdesenvolvidos ficarão ainda mais sujeitos à sobre-exploração com vista ao lucro rápido da agricultura voltada para a exportação, acentuando os riscos da monocultura (dependência das receitas de um só produto, degradação dos solos, desertificação). Isto pode significar, em último termo, o agravamento da dependência alimentar destes países, com a diminuição da produção de alimentos para as populações locais, em favor da chamada ‘agricultura de sobremesa’, voltada para a exportação. Não falta quem recorde que o acordo NAFTA (*North American Free Trade Agreement* — Acordo de Comércio Livre Norte-Americano, entre os EUA, o Canadá e o México) já arruinou a agricultura mexicana, do mesmo modo que a integração de Portugal na CEE destruiu a agricultura portuguesa.

Uma visão alternativa será precisamente aquela que assenta na defesa do direito de todos os países à *soberania alimentar*, i. é, à auto-suficiência alimentar no que toca aos produtos básicos. Alguns autores recordam que o *princípio da auto-suficiência alimentar* foi — e continua a ser — um dos princípios orientadores da PAC (Política Agrícola Comum) desde a constituição da CEE.

À luz deste princípio, muitos defendem que a melhor forma de proteger os agricultores dos países menos desenvolvidos é o recurso a medidas proteccionistas, talvez a única política acessível a estes países. Sobretudo no domínio dos produtos agrícolas, ganha sentido a posição dos que defendem que as soluções livrecambistas entre países ou regiões com níveis de desenvolvimento muito diferentes só podem traduzir-se na acentuação da hegemonia dos mais fortes e da dependência dos mais fracos, impedindo estes de adoptar as medidas mais adequadas para garantir prioritariamente a satisfação das necessidades alimentares dos seus povos.

Perante dados como estes, não falta quem anuncie uma outra panaceia, a *nova economia* da *sociedade da informação* e da *internet*. Estas maravilhas da técnica são apontadas como um novo mito redentor do capitalismo, com promessas de paraíso ao alcance de qualquer computador ou de um qualquer telefone móvel da última geração (basta navegar na *internet*, o resto vem por si...). A *nova economia* surge, assim, como a última versão da velha tese de que os avanços da ciência e da tecnologia bastam para salvar o mundo. Sem dúvida que as conquistas da ciência são um elemento fundamental na caminhada dos homens para a sua libertação. Mas o mais importante é saber como e em proveito de quem são efetivamente utilizados os conhecimentos científicos, que estão longe de ser considerados como um património comum da humanidade, que beneficia sempre, em cada geração, dos conhecimentos acumulados pelas gerações anteriores.

Nas condições actuais, parece difícil não concordar com os autores que defendem que o controlo da produção científica e tecnológica tem vindo a revelar-se como o principal fator do domínio neo-colonialista do nosso tempo, sendo dominantes os países que produzem tecnologia e dominados os países que a não produzem. E as chamadas *novas tecnologias* só têm vindo a acentuar este último tipo de colonialismo.

Bem vistas as coisas, a *nova economia* é apenas um novo disfarce do velho capitalismo, agora *globalizado*, instalado no mundo do *pensamento único*, talvez não inteiramente convencido de que ele seja o *fim da história*, mas vivamente interessado em que o comum das pessoas acredite nisso e fortemente empenhado em fazer, por sua parte, o necessário para tentar atrasar o curso da história.

7.6. A CORRENTE DOMINANTE

A corrente dominante na ciência económica (*the mainstream economics*), enquanto teoria subjetivista, parte da existência de

necessidades individuais e afirma a *escassez* como um dado fundamental da vida, assumindo como objeto da ciência econômica o estudo do comportamento do homem (o homem econômico, o homem racional, o *homo oeconomicus*) na luta contra a escassez, com vista à satisfação das necessidades. Assim se mascara a natureza do capitalismo enquanto sistema que funciona segundo a lógica da maximização do lucro, um sistema em que a satisfação das necessidades é um meio e não um fim. Por isso mesmo, compreende-se que, “sempre que seja conveniente, sacrifica-se o meio à realização do fim, procurando alcançar-se mais lucro, mesmo à custa de satisfazer menos necessidades”.

Entendendo a ciência econômica como “ciência da escolha”, a *mainstream economics* caracteriza o capitalismo como *economia de mercado livre*, na qual a *soberania do consumidor* (a *liberdade para escolher* de que fala Milton Friedman) determina todas as escolhas feitas *livremente* no mercado por *cada um dos indivíduos* que nele actuam, os quais decidem, em último termo, à escala da economia como um todo, *o quê, como e para quem* se vai produzir.

O pensamento liberal parte do princípio de que o *mercado* é um *mecanismo natural* de afectação *eficiente e neutra* de recursos escassos e de regulação automática da economia. Na medida em que realiza o princípio universal de racionalidade atribuído ao *homo oeconomicus* enquanto *agente racional maximizador*, o mercado é mesmo considerado o *único* instrumento racional de afetação de recursos escassos a usos alternativos. O que equivale, no fundo, a dizer que o capitalismo é o único sistema racional (eficiente) possível.

Os que consideram que o mercado é a chave da racionalidade e o caminho para a melhor satisfação das necessidades dão facilmente o passo seguinte, que os leva a sustentar que a liberdade individual (a liberdade econômica, a *liberdade para escolher*) é a condição *sine qua non* da liberdade política. A *economia de mercado livre* impor-se-ia,

portanto, não apenas pela sua eficiência econômica, mas também pela sua bondade no plano político: “a economia de mercado é a outra face da democracia” (Enoch Powel). Só a liberdade econômica garante a liberdade política, porque, como escreve este mesmo autor, “nesta grande e contínua eleição geral da economia livre, ninguém, nem mesmo o mais pobre, é privado do direito de voto: estamos todos a votar a todo o momento”.

A soberania do consumidor é invocada também para ‘legitimar’ o funcionamento das economias de mercado livre no que toca à distribuição da riqueza e do rendimento. Esta ‘legitimação’ está implícita na ideia de que os referidos resultados são *livremente* queridos e assumidos por todos e por cada um, através da *livre escolha individual*. “Numa sociedade capitalista — escreve Von Mises —, a riqueza só pode adquirir-se e conservar-se mediante uma atitude que corresponda às exigências dos consumidores. Assim, a riqueza de prósperos comerciantes é sempre o resultado de um plebiscito dos consumidores e, uma vez adquirida, a riqueza só pode conservar-se se for utilizada da forma que os consumidores considerem mais benéfica para eles”. Tudo seria perfeito, pois, no paraíso capitalista, governado pelo mercado, porque este seria uma *instituição natural*, que “não pode ser justa nem injusta, porque os resultados não são planeados nem previstos e dependem de uma multidão de circunstâncias que não são conhecidas, na sua totalidade, por quem quer que seja”.

Pois bem. Não faltam argumentos para contrariar esta visão do mundo e a sua afirmação como a verdade absoluta, universal, indiscutível, porque decorrente da ‘natureza das coisas’. Pode se dizer, desde logo, que o mercado, longe de ser um *mecanismo natural*, é antes, tal como o estado, uma *instituição social*, um produto da história, uma *criação histórica* da humanidade (correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas), que veio

servir (e serve) os interesses de uns (mas não os interesses de todos). “Longe de serem ‘naturais’, os mercados são políticos”. O mercado é, efetivamente, uma *instituição política*, destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais.

Colocada assim a questão, a defesa do mercado enquanto instituição capaz de uma arbitragem *neutral* dos conflitos de interesses, que caracteriza o liberalismo económico, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*. A defesa do mercado é a defesa de uma certa concepção do mundo, expressa na doutrina liberal, que considera o estado como instância separada da *economia* e da *sociedade civil* e que considera a *não-intervenção* do estado na economia mero corolário da *natureza do estado* enquanto pura instância política, incapaz de modificar as *leis naturais* que regulam o funcionamento da economia. Uma concepção que deliberadamente ignora a compreensão da natureza de classe do estado (para o dizermos em linguagem marxista, embora essa natureza esteja já pelo menos implícita nos trabalhos dos fisiocratas, de Locke e de Adam Smith — o *Civil Government*, escreve este último, é instituído “com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que possuem alguma coisa contra aqueles que nada possuem”).

Uma concepção incapaz de compreender que a *não-intervenção* do estado na economia é apenas — como os diversos tipos de *intervenção* — uma das formas de o estado capitalista cumprir a sua função essencial de garantir as condições gerais indispensáveis ao funcionamento e à manutenção das estruturas sociais características das sociedades capitalistas (no fundo, a *manutenção e consolidação da autoridade e subordinação* de que falava Adam Smith).

Pode dizer-se, por outro lado, que, salvo os fanáticos do mercado,

todos concordarão hoje que a *soberania do consumidor* não passa de um mito que só existe no mundo dos livros de texto da *mainstream economics*, como escreve J. K. Galbraith. As economias actuais, dominadas por grandes empresas ‘monopolistas’ (o “sistema industrial”), são *economias planificadas* pelas grandes empresas, em nome da *soberania do produtor*, entendida como a capacidade das grandes empresas para planificar a economia. Esta planificação é, por sua vez, uma necessidade das economias capitalistas modernas (“a planificação é inerente ao sistema industrial” — defende Galbraith). As grandes empresas que controlam os ‘mercados’ dos principais produtos e serviços não são *price takers*, são *price makers*.

Como é sabido, a lógica da *sociedade de consumo* deita por terra todo o edifício da ‘soberania do consumidor’. Nas sociedades capitalistas de hoje, é notório que as necessidades são um simples pretexto para vender aquilo que as estruturas produtivas produzem para ganhar dinheiro com a respectiva venda. Se não há *necessidades*, inventam-se, e os *desejos* ‘produzem-se’ ao mesmo ritmo que os bens. “Os desejos dos consumidores deixaram de ser uma questão de escolha individual”, tendo-se tornado “uma produção de massa” (Alvin Hansen). As grandes empresas criam necessidades e desejos, fabricam as modas (para envelhecer o que existe), modificam os hábitos de consumo, praticamente à escala do planeta.

Retomemos agora a tese dos defensores do liberalismo segundo a qual a ‘votação’ efectuada no mercado, dando a todos iguais oportunidades de participar na orientação da vida econômica, constitui a base de um autêntico *governo democrático da economia*.

Valerá a pena lembrar aqui que os filósofos das Luzes já tinham defendido que a liberdade tem o seu fundamento na propriedade. E que, a partir da ideia de que só o proprietário é um homem livre, a burguesia triunfante impôs a sua ‘ditadura’ sobre os não proprietários, retirando-

lhes o direito de votar e o direito de ser eleito (*regime censitário*). As revoluções burguesas vieram proclamar a igualdade de todos perante a lei, mas fizeram o necessário para garantir que uns fossem mais iguais do que outros...

Contra esta velha tese, agora retocada, poderá sempre invocar-se a razão óbvia de que ela ‘esquece’ o fato essencial de que no mercado se efectua “ uma eleição em que alguns eleitores podem votar mais do que uma vez” (Mark Blaug), porque, no mercado livre, o peso (a influência) do voto de cada consumidor depende do que cada um gasta no mercado, o que, por sua vez, depende da riqueza e do rendimento de cada um. E se não houver uma ‘justificação’ moral para as *diferenças de rendimento* e para a *diferença de natureza* dos rendimentos dos trabalhadores e dos rendimentos dos capitalistas, é inevitável a conclusão de que a ‘votação’ está viciada à partida e conduz a resultados injustos, que reflectem e ajudam a perpetuar as estruturas (de poder) que geram e mantêm as diferenças de rendimentos.

Tudo o que fica dito autoriza a conclusão de que a *defesa do mercado* veicula uma concepção acerca da *ordem social que se considera desejável* e configura uma atitude de *defesa da ordem social* que tem no mercado um dos seus pilares. Tal como a *crítica do mercado* (por parte de marxistas, keynesianos, radicais ou ecologistas) veicula um propósito de *introduzir mudanças na ordem social estabelecida* ou de *a substituir por uma outra ordem social*. Não estamos, pois, perante verdades científicas inatacáveis. Estamos, claramente, no domínio da *filosofia política e social*.

Algumas circunstâncias e problemas que vêm marcando os tempos recentes ajudam a compreender que a aplicação cega da lógica do mercado e da livre empresa, tão cara ao neo-liberalismo, longe de conduzir ao pretenso *governo democrático da economia*, pode conduzir ao *confisco do próprio direito à vida*.

Trata-se de problemas que não cabem na lógica da análise marginalista e que não podem encontrar solução dentro das ‘leis do mercado’, que comparam *custos e benefícios privados*, mas não são sensíveis aos *custos sociais* de um “crescimento canceroso e sem sentido”, nem são capazes de comparar *custos sociais e benefícios sociais*, porque eles não são ponderados no comportamento do *homo oeconomicus* (o “tolo racional” de que fala Amartya Sen, 1999) nem podem captar-se através do sistema de preços.

Este é o caso dos problemas relacionados com o *ambiente*, porque os bens que aqui são postos em causa não são bens que possam deixar-se entregues à lógica do mercado e a sua salvaguarda exige cada vez mais uma sociedade que rejeite em absoluto a “mercantilização da vida” e que busque uma nova racionalidade para a vida econômica e um novo paradigma de crescimento que não identifique o *mais* com o *melhor*.

E estes são problemas que têm vindo a ganhar importância crescente, não só no plano político e social mas também do ponto de vista científico. É que algumas hipóteses científicas sobre a evolução do clima têm vindo a dar corpo a cenários pouco risonhos, que saíram já do mundo da ficção científica. O afogamento de Veneza nas águas do Adriático, a submersão do Bangladesh ou o desaparecimento das Ilhas Maldivas podem ocorrer dentro de menos de cem anos se o aquecimento da atmosfera continuar ao ritmo actual.

No entanto, a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Haia, Novembro/2000) constituiu um fracasso inenunciável, graças às posições egoístas do chamado Grupo Umbrella, liderado pelos EUA e integrado por aliados seus (Japão, Austrália, Canadá). Destinava-se a Conferência a definir os termos da aplicação do Protocolo de Quioto (1997), através do qual os países industrializados assumiram o compromisso de reduzir globalmente em 5% as suas emissões de gases com efeitos de estufa até 2010.

O modo como decorreu a Conferência da Haia mostrou, porém, que os EUA e os seus aliados, protegendo poderosos *lobbies* industriais e financeiros, se mostraram fundamentalmente interessados no desenvolvimento do comércio das autorizações de emissão (os direitos de emissão, ou “direitos de poluir”), ao abrigo de um uso ilimitado e irresponsável dos mecanismos de flexibilidade previstos no Protocolo de Quioto.

Apesar de estes mecanismos, segundo o Protocolo, só deverem entrar em vigor em 2008, a corretagem desses *direitos de poluir* é já um florescente sector especulativo, com lucros calculados em 50 mil milhões de dólares em Outubro de 2000 (*Le Monde Diplomatique*, Fevereiro/2001). Um grupo de poderosas empresas de países do Grupo Umbrella (Shell, BP, Statoil, Amoco, Tokyo Electric Power, International Petroleum Exchange, Bolsa da Austrália, etc.) criou, no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, a Associação Internacional do Mercado de Emissões (*International Emissions Trading Association*), cujo objectivo é o de organizar um mercado global de emissões, fazendo convergir mercados globais e mercados ambientais. A economia de casino ganha dimensões assustadoras, dispondo-se abertamente a negociar, de acordo com as regras ‘limpas’ do mercado, o próprio direito à vida.

Por este rumo, a Agência Internacional da Energia calcula que, nos próximos 20 anos, as emissões de dióxido de carbono aumentarão 60% relativamente a 1997. Os EUA verão as suas emissões aumentar 42% até 2010, em vez de diminuírem 7%, de acordo com as metas estabelecidas em Quioto.

Quando era de esperar que os principais responsáveis dos países mais fortemente poluidores dessem mostras de um elementar *civismo ambiental*, traduzido na poupança de energia, no uso restrito do automóvel, no desenvolvimento de energias alternativas e renováveis, o

mundo civilizado foi agredido pela bárbara declaração de guerra do Presidente George W. Bush, ao desvincular unilateralmente os EUA do cumprimento dos compromissos assumidos no Protocolo de Quioto. Não será excessivo falar aqui de um verdadeiro crime contra a humanidade. Neste mundo hegemónico e totalitário, só o tribunal da opinião pública pode julgá-lo e condená-lo.

Outro domínio em que a lógica do império globalizador, apoiado no liberalismo, na privatização e nas sacrossantas regras do mercado, está a pôr em causa o direito à vida é o que se refere à água. Em 1998 o *Wall Street Journal* vaticinava que, depois do telefone, da energia e do gás, a água será o próximo serviço onde florescerá a concorrência internacional (*Le Monde Diplomatique, cit.*). Muitos defendem já que a água vai ser o grande negócio do séc. XXI.

São ainda maioritários os serviços de ‘produção’ e de abastecimento de água e de saneamento geridos por entidades públicas (muitas vezes municipais). Mas o apetite das grandes multinacionais do sector, controlado por três ou quatro colossos (Vivendi – Compagnie Générale des Eaux, Lyonnaise des Eaux, SAUR, etc.), vem-se revelando insaciável. Interesses privados têm já um peso considerável na ‘indústria’ da água em países como a Inglaterra e País de Gales, a França, a Espanha, e começa a tomar posições em muitos outros, como Portugal.

Todos os estudos conhecidos, elaborados pelas mais ‘insuspeitas’ instituições académicas, mostram que têm sido desastrosos os resultados da privatização dos serviços públicos de água e saneamento (com diminuição da qualidade dos serviços prestados e aumento do seu preço) e que a gestão das entidades públicas é mais eficiente do que a das privadas (que poucas vezes igualam a qualidade das entidades públicas).

Mas o rolo privatizador continua a sua ação, em nome do *mercado-salvador-do-mundo*. Não admira que assim seja. Na Inglaterra,

após a privatização, os preços da água e o do saneamento subiram, em termos reais, respectivamente, 36% e 42%, entre 1988 e 1998, o que permitiu que os lucros das empresas privadas destes dois ramos de actividade se cifrassem, no exercício de 1997/98, em 33% do volume dos negócios. Fica claro quem são os beneficiários das vantagens do 'mercado'.

Especialistas canadianos vêm chamando a atenção para os perigos que, neste domínio da água, podem resultar da interpretação que tem vindo a ser feita (ao menos nos círculos dominantes dos EUA) de certas normas do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), nomeadamente as que prevêm a não aplicação das excepções constantes do art. XX do GATT ao disposto no Cap. XI do NAFTA, que regula o conjunto dos recursos hídricos, incluindo o direito de acesso à água no estado natural.

No quadro de tal interpretação, tem-se entendido que a liberdade de comércio de serviços se aplica sem restrições à prestação de serviços de abastecimento de água (mesmo fora das fronteiras do país produtor), uma vez que a água não consta da lista de excepções previstas no articulado do NAFTA. Uma empresa californiana intentou já uma acção em tribunal contra o Estado do Canadá, por este não autorizar a exportação maciça de água do Canadá para a Califórnia (onde o défice de água é enorme, sobretudo tendo em conta os hábitos de desperdício em voga), com a conseqüente perda de chorudos lucros emergentes por parte daquela empresa.

Por outro lado, teme-se que venha a prevalecer a tese de que, por aplicação da cláusula do tratamento nacional e do princípio do tratamento proporcional (comuns à OMC e ao NAFTA), uma vez iniciada a exportação de água para os EUA, o governo canadiano não possa impor quaisquer limitações a esse comércio de exportação a não ser que imponha restrições idênticas no plano do serviço interno de

abastecimento de água. Quer dizer: a água (abundante) do Canadá, em vez de ser distribuída, segundo critérios de equidade, pelos povos que dela precisam, pode transformar-se, se ficar sob o império do mercado e das multinacionais que o controlam e dele aproveitam, em mercadoria ao serviço dos que a puderem pagar mais cara, mesmo que esses sejam os mais ostensivos e irresponsáveis esbanjadores desse bem escasso e indispensável à vida dos povos.

Isso significaria que este bem essencial ficaria excluído da “soberania permanente sobre os recursos naturais”, consagrada como *direito dos povos* na *Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados*, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 12 de Dezembro de 1974.

Este é um caso-limite, que autoriza a conclusão de que é urgente e indispensável cortar as asas ao monstro liberalizador e descobrir uma outra racionalidade para a vida econômica (para a vida, sem mais), diferente da racionalidade do mercado, i. é, da racionalidade do capital (do grande capital financeiro transnacional).

Com efeito, a água é a vida. E a vida não pode transformar-se numa mercadoria, viável ou inviável, segundo os ditames das leis ‘naturais’ do mercado. É imperioso excluir a água do ‘livre comércio internacional’, mantê-la fora do alcance da OMC e dos acordos e tratados sobre investimentos internacionais. A água (como a educação, a saúde, o conhecimento científico, a informação) deve considerar-se um *bem colectivo*, um *património comum da humanidade*, que talvez justifique a instituição de um sistema mundial para a sua gestão e partilha, segundo as necessidades dos povos.

Isto equivale tão só a excluir o direito à vida da ‘lógica do mercado’. Esta é a única racionalidade digna do homem, respeitadora da dignidade de todos e de cada um dos homens e não apenas dos (poucos) que têm dinheiro suficiente para viverem a luxúria da vida à custa da

própria vida dos (muitos) que não têm dinheiro para beber a água necessária para os manter vivos.

Um outro domínio em que a irracionalidade insustentável do mercado tem evidenciado consequências dramáticas é o que se prende com a investigação científica ligada à saúde, como se tem visto a propósito das dificuldades levantadas aos países subdesenvolvidos no combate à AIDS, com particular destaque para a dramática situação vivida na África, também neste campo.

A onda de privatização e de desinvestimento do estado em atividades tão fundamentais como a investigação científica tem tornado alguns dos melhores laboratórios universitários americanos presas fáceis da cobiça dos grandes gigantes da indústria químico-farmacêutica. A Universidade de Berkeley (Califórnia) viu o financiamento público das suas atividades baixar para 50% das suas necessidades em 1987 e para 34% em 1999. Compreende-se, por isso, que a nova *Business School* da Universidade tenha o nome da família proprietária da marca de gangas Levi Strauss, grande ‘mecenas’ da Escola; e que o Diretor de um outro departamento ostente o honroso título de “Bank of America Dean”; e que todas as salas da Universidade exibam placas com o nome de ilustres benfeitores.

O Laboratório de Microbiologia da Universidade, a troco de um subsídio de alguns milhões de dólares, cedeu a uma multinacional suíça de medicamentos o direito de propriedade sobre mais de um terço das descobertas dos investigadores do Departamento (financiadas em parte com dinheiros públicos) e o direito de negociar as patentes resultantes da investigação desenvolvida.

Neste domínio, como em outros mais comezinhos, vale por certo o ditado popular segundo o qual “quem paga ao tocador é que escolhe a música”. Uma investigação conduzida pelo jornal *Los Angeles Times*

revelou que 19 dos 40 artigos publicados nos últimos três anos sobre novos medicamentos em uma das mais prestigiadas revistas médicas americanas (*The New England Journal of Medicine*) foram escritas por médicos pagos pelos fabricantes dos medicamentos apresentados e avaliados. Esta “market-model university” traduz-se em importante perda de credibilidade da ciência como atividade ao serviço da verdade e do progresso da humanidade e geradora de conhecimentos que deveriam constituir um autêntico património colectivo.

Não é por acaso que a indústria farmacêutica é um dos mais poderosos *lobbies* nos EUA, e não é inocentemente que a participação da indústria no financiamento dos dois principais partidos políticos americanos passou de cerca de 2 milhões de US\$ em 1990 para mais de 25 milhões em 2000. O apoio à eleição de George W. Bush foi de tal modo decisivo que um membro do Congresso não hesitou em afirmar que “a PhRMA não precisa fazer pressão sobre o governo, os laboratórios já estão na Casa Branca”.

Não surpreenderá, à luz do que fica dito, que as grandes potências tenham imposto, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o *Trade Related Intellectual Property Rights* (TRIPS), um acordo que obriga os estados-membros da OMC a promulgar legislação que garanta o respeito pelo direito das patentes em todo o mundo durante vinte anos. Ainda recentemente (Abril de 2001), uma Conferência realizada na Noruega sob o patrocínio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da OMC concluiu que o acesso dos países pobres a medicamentos mais baratos não pode ser conseguido à custa dos direitos dos titulares de patentes. Lembremos, porém que o governo dos Estados Unidos, em sua política de promoção ao terrorismo, exigiu a quebra da patente do antídoto do ANTRAZ assim que foi noticiada a morte de uma meia dúzia de seus cidadãos por decorrência de contaminação com o produto.

Este conflito entre o direito à saúde de centenas de milhões de pessoas e os direitos de propriedade sobre as patentes dos medicamentos é efetivo quando se pensa em doenças como a malária, a tuberculose e outras doenças infecciosas. Mas foi o caso da AIDS que o tornou mais falado e mais intolerável.

Aquelas doenças continuam matando milhões de pessoas vítimas do aumento da resistência dos vírus que as causam e da falta de novos medicamentos, que não surgem no mercado, porque os pobres (as vítimas dessas doenças) não têm dinheiro para os comprar e, logicamente, as multinacionais abandonaram a pesquisas adequadas, porque ela não é rentável.

No que toca à AIDS, sabe-se que a percentagem de mortes causadas pela doença baixou cerca de 75% nos EUA e na Europa graças à utilização de medicamentos capazes. Sabe-se que cerca de 95% dos 36 milhões de pessoas atualmente contaminadas com o vírus da AIDS vivem nos países menos avançados (25 milhões de doentes na África ao Sul do Sahara, dos quais 4,7 milhões vivem na África do Sul). Sabe-se quão grande é a diferença no que toca à esperança média de vida entre os países menos avançados (menos de 45 anos) e os países desenvolvidos (à roda dos 78 anos), prevendo-se a possibilidade de aquela média diminuir 20 anos (para 25 anos!) até 2010, só como consequência das mortes causadas pela AIDS.

Calcula-se que a África terá em 2010, 71 milhões de habitantes a menos do que aqueles que ela deveria ter. OS estudos mostram que cerca de dois terços dos casos de transmissão da AIDS da mãe para os filhos acontecem no continente africano. Cerca de 33% dos bebés filhos de mãe contaminada são eles próprios contaminados durante a gravidez, e sabe-se que o tratamento com AZT pode reduzir esta taxa para cerca de metade. Sabe-se também que cerca de 15% das mães com AIDS contaminam os seus bebés através da amamentação. Abandonar este

método de alimentação, tão recomendado pela OMS, seria perder as vantagens imunológicas, nutritivas e económicas que lhe andam associadas. Além disso, é claro que a grande maioria das famílias pobres dos países ‘pobres’ não teriam dinheiro para comprar o leite indicado para as crianças. A pobreza parece, dentro da lógica do mercado, condená-las a morrer de AIDS ou de fome (ou das duas coisas).

É que o tratamento da AIDS é caro. Sabe-se que o tratamento com AZT custa, por ano, muito dinheiro, mais do que o PIB *per capita* de quase todos os países pobres. Basta recordar que, mesmo um país como a África do Sul, não dispõe de mais de 40 dólares por habitante para todos os cuidados de saúde. Mesmo comprando os remédios aos preços mais baixos, o tratamento da AIDS absorveria, em cada ano, nos países mais afetados, todo o seu PIB.

O AZT - dizem os especialistas - é um dos medicamentos mais caros já vendidos. No entanto, a molécula foi descoberta em 1964, graças a estudos desenvolvidos e financiados essencialmente pelas entidades americanas de investigação. Mas a respectiva patente é propriedade, desde 1987, de uma grande multinacional do setor, que investiu muito pouco na investigação e gasta uma quantia irrisória na produção do medicamento. Mas como a necessidade é grande e a procura é enorme, as ‘leis do mercado’ (leia-se: o poder dos grandes grupos químico-farmacêuticos) levam a que os preços sejam elevadíssimos, proporcionando lucros fabulosos a este capital necrófago. O que é urgente não é salvar as vidas ameaçadas. O que é urgente é salvar o sagrado direito de propriedade decorrente do registo da patente! Alguém fez as contas deste negócio macabro, comparando os lucros anuais de uma das cinco empresas mais poderosas do ramo (a Pfizer) com o número de mortes por doenças infecciosas evitáveis mediante a utilização dos medicamentos disponíveis. A conclusão é esta (*Público*,

21 de Abril de 2001): 30 mil mortos por dia para um lucro de cerca de 4 milhões por dia. Mais de dez milhões de mortes evitáveis por ano, para garantir, a uma só empresa, quase US\$ 1,5 bilhão de lucros anuais.

O regime consagrado no TRIPS é defendido com dois argumentos fundamentais: 1) a investigação é cara e, sem lucros, as empresas privadas não estão dispostas a financiar a investigação, concentrando os seus recursos nos medicamentos com mercado lucrativo; 2) a venda dos medicamentos a preços mais baixos nos ‘países pobres’ poderia estimular um fluxo de exportações ilegais para outros países.

Para além do que fica dito acima acerca dos lucros do AZT, os especialistas nesta matéria fazem outras contas: *a)* não é tolerável que se deixem morrer por dia 30 mil pessoas com doenças infecciosas curáveis; *b)* não é admissível que dois bilhões de pessoas dos países pobres não tenham acesso a medicamentos correntes; *c)* os preços de medicamentos genéricos que curariam doenças como a diarreia e as infecções respiratórias (que matam milhões de crianças) custam oito vezes menos do que os fármacos patenteados com idêntica capacidade curativa; *d)* para uma indústria com elevadas taxas médias de lucro, 20 anos de protecção das patentes é um período demasiado longo; *e)* perante o aumento da resistência dos vírus aos medicamentos em uso, os novos medicamentos, com esta protecção de 20 anos, vão deixar os pobres entregues à sua (triste) sorte durante um período de tempo que lhes será fatal.

Os mais otimistas dirão que o TRIPS consagra, magnanimamente, a possibilidade de um país, em situação de emergência (em estado de necessidade), produzir ou importar cópias genéricas (muito mais baratas) dos medicamentos patenteados. É o que vêm fazendo o Brasil e a Índia, com a produção de genéricos bastante mais baratos, substitutivos do AZT.

Mas a verdade é que os EUA vão ameaçando os países produtores de genéricos com sanções comerciais. E, recentemente, a África do Sul foi demandada nos tribunais por 39 multinacionais farmacêuticas, que consideravam a legislação sul-africana demasiado permissiva da importação de medicamentos mais baratos para o combate à sida, em prejuízo dos seus direitos de patente. Esta guerra judiciária foi acionada contra um país que Nelson Mandela caracterizou deste modo (*La Repubblica*, 20.4.01): “a sida provoca hoje mais mortos do que qualquer guerra, carência ou calamidade natural. Está devastando as nossas famílias, torna impossível o trabalho nos hospitais, priva as escolas de estudantes e professores. A economia é afetada e continuará sendo cada vez mais, com a perda de trabalhadores, de produtividade e de lucros. Um jovem em cada dois morrerá de sida na África do Sul. O crescimento económico do nosso país está minado e os recursos são todos destinados as consequências desta pandemia”.

O Governo da África do Sul lutou duramente pelo direito à vida do seu povo. E a opinião pública mundial acabou por colocar as multinacionais farmacêuticas no banco dos réus. Estas acabaram por desistir da queixa contra a África do Sul. É fundamental que a comunidade científica e a opinião pública se mobilize permanentemente contra esta abusiva apropriação, em proveito exclusivo das multinacionais farmacêuticas, das descobertas científicas da humanidade, que deveriam ser colocadas ao serviço da humanidade.

7.7. A TEORIA ECONÔMICA

Gunnar Myrdal tem razão quando escreve que “a teoria econômica é em grande medida uma racionalização dos interesses que predominam nos países industrializados, onde ela se iniciou e foi desenvolvida mais tarde”. E esta observação é particularmente verdadeira quando se pensa

na teoria do desenvolvimento económico. Foi no início da década de cinquenta do séc. XX, sobretudo em virtude das questões levantadas nos países recém-libertados do colonialismo, que a problemática do desenvolvimento económico ganhou importância e acabou por dominar as preocupações dos economistas.

Por essa altura, a maior parte da literatura económica sobre problemas dos países subdesenvolvidos era produzida, como *mercadoria* de exportação, nas antigas e actuais *metrópoles*, e, em consonância com o ambiente de *guerra fria* então no auge, era muitas vezes informada por concepções consciente ou inconscientemente derivadas do interesse político (muitas vezes dos meros interesses estratégicos) da(s) potência(s) dominante(s).

As sofisticadas teorias elaboradas nos centros de investigação mais refinados (um “luxo demasiado caro para o chamado mundo em desenvolvimento”, como escrevia em 1972 a Sr^a Joan Robinson) eram exportadas para os países subdesenvolvidos, “juntamente com as armas, as doutrinas do *laissez-faire* e do livre jogo das forças do mercado, impedindo-os de encontrar qualquer saída para a sua situação insuportável” (palavras da Sr^a Robinson).

Como enfatizou o argentino Raúl Prebisch, este reflorescimento tardio do liberalismo económico exigiu muitas vezes que fosse sufocado o liberalismo político: “quando se recorre ao emprego da força — escreveu ele — para enfrentar a crise do sistema, as condições tornam-se favoráveis para a aplicação de certos princípios do liberalismo económico, embora convenientemente orientados para corresponderem aos interesses e aspirações de quem tem a influência necessária para as impor”.

Os primeiros modelos de desenvolvimento foram inspirados nos quadros teóricos e nas soluções de política económica de raiz keynesiana. Mas a crítica ao keynesianismo surgiu, logo em meados da

década que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial, no contexto que referimos no início deste trabalho.

Adversários de todas as normas reguladoras da actividade econômica, os monetaristas vieram defender que tudo aquilo de que os países subdesenvolvidos precisam pode resumir-se a “um mercado capitalista vigoroso e livre” (Milton Friedman), decorrendo tudo o mais da *mão invisível*, dos mecanismos da livre concorrência, do livre jogo das forças do mercado.

Estes princípios deveriam valer igualmente no âmbito das relações internacionais: os países subdesenvolvidos só ganhariam em ser economias abertas, sem quaisquer restrições ao investimento estrangeiro, sem qualquer política de salvaguarda dos seus recursos naturais, sem protecção à indústria nascente, sem restrições à importação e sem apoios à exportação, sem qualquer controlo sobre o comércio de divisas (Milton Friedman defendeu mesmo que esses países nem sequer precisavam de ter banco central, sendo preferível alinhar a sua moeda pela moeda de outro país dominante).

Simultaneamente, o FMI encarregou-se de impor draconianamente o fundamentalismo monetarista aos países com dificuldades ao nível da balança de pagamentos, obrigados a aceitar os tristemente célebres *planos de estabilização*.

A primeira tomada de consciência do “falso sentido de universalidade” da teoria econômica elaborada nas grandes universidades americanas e do velho continente constitui o mérito de um grupo de economistas da América Latina que se reuniram na *Comissão econômica para a América Latina* (CEPAL) em torno de Raúl Prebisch e que puseram de pé o *pensamento estruturalista latino-americano*.

Criada a CEPAL em meados de 1948 como agência especializada da ONU, teve ela de travar dura luta contra poderosos interesses para assegurar a sua sobrevivência e o *direito de cidadania* dos pontos de

vista elaborados pelos seus quadros. Esta luta é contada por Celso Furtado (um dos mais ilustres cepalistas) num livro a que chamou, expressivamente, “A Fantasia Organizada”, onde põe em realce como é que “a CEPAL se transformou em símbolo do esforço de união da América Latina em sua luta para escapar das tenazes do subdesenvolvimento”.

A partir do início dos anos cinquenta do séc. XX, a CEPAL esforçou-se por denunciar a incapacidade da teoria económica dominante nos grandes centros dos países capitalistas e que deles irradiava para todo o seu espaço de domínio para compreender e esclarecer os problemas estruturais dos países subdesenvolvidos. Pela primeira vez, a inteligência do Terceiro Mundo punha em causa o império hegemónico da ‘ciência’ dominante.

Os estruturalistas latino-americanos criticaram os *modelos de crescimento* de inspiração keynesiana, que assumiam a formação do capital como o problema nuclear e apontavam como objectivo das políticas o *aumento quantitativo*, a curto prazo, das grandezas agregadas definidoras do crescimento, nomeadamente o PNB, sem tomarem em consideração as *mudanças estruturais e qualitativas* projectadas no *longo prazo*, sem as quais, segundo os estruturalistas, não seria possível o *desenvolvimento* dos países subdesenvolvidos.

Um neo-keynesiano tão destacado como James Tobin viria a reconhecer que “a ciência económica keynesiana não pode remediar a miséria do Bangladesh ou da Tanzânia: o seu problema assenta claramente na baixa produtividade e não certamente em uma procura efetiva insuficiente”.

Mas foi contra as teses e as políticas económicas monetaristas que o estruturalismo latino-americano desenvolveu mais porfiados esforços, com vista a mostrar que a teoria neo-clássica não poderia compreender e muito menos solucionar nenhum dos problemas económicos e sociais dos

países subdesenvolvidos. Essencialmente por ignorar a estrutura sócio-económica própria de cada sociedade, por não enquadrar o *subdesenvolvimento* numa perspectiva histórica, como produto (ou subproduto) da própria história do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial (que integra o ‘Terceiro Mundo’), por não considerar o quadro histórico-institucional em que o processo económico se desenvolve, e por prescindir, na sua análise, dos elementos sociais e políticos, considerados como externalidades, como elementos exógenos à economia.

Entretanto, os grandes centros de produção ideológica ao serviço do capitalismo dominante iam difundindo a ideia de que, “mais do que qualquer outra instituição, as grandes empresas multinacionais (“the international corporation”) ocupam-se do próprio homem” e constituem “o instrumento principal para tirar o mundo da cultura tradicional da pobreza e levá-lo à cultura da abundância”. Estas são proclamações do Conselho das Américas, a inculcarem não apenas a excelência dos grandes conglomerados transnacionais como veículos de desenvolvimento (“engine of growth”) “ao serviço do homem”, mas também (e talvez sobretudo) a ideia de que o desenvolvimento dos povos do Terceiro Mundo deve pautar-se pelos padrões da *cultura da abundância* desenvolvida nos países capitalistas dominantes, apontada como paradigma a seguir pelos países subdesenvolvidos.

Esta doutrinação continua até hoje, porventura de modo mais sistemático, neste nosso mundo globalizado e uniformizado. Também por isso acentuávamos atrás a natureza *cultural* e *ideológica* do fenómeno da globalização.

Entre outros autores, Celso Furtado foi um dos que mais lucidamente denunciou o “mito do desenvolvimento económico”, a ideia de que o desenvolvimento dos ‘países pobres’ exige que estes adoptem as estruturas produtivas dos países capitalistas industrializados, com o

objectivo de proporcionarem aos respectivos povos os padrões de consumo e as formas de vida dos actuais ‘países ricos’. Tal mito tem sido, como salienta o grande economista brasileiro, “um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista”. Ele tem servido para narcotizar a consciência dos economistas, dos políticos e dos próprios povos, empurrando-os para uma corrida sem sentido na mira de objectivos inatingíveis e desviando-os da tarefa essencial de diagnosticar as necessidades fundamentais da humanidade, de identificar os recursos para as satisfazer (potenciados pelas enormes conquistas da ciência e da tecnologia), e de adequar estes recursos à satisfação daquelas necessidades.

Hoje, parece claro que a *colonização cultural* dos países subdesenvolvidos, traduzida na tentação de seguir os cantos de sereia da ideologia dominante, em vez de reduzir a distância relativamente ao objectivo a alcançar, acentuou as estruturas produtivas e sociais caracterizadoras de uma *nova dependência* e de um *novo subdesenvolvimento*, agravou o processo interno de exploração, aumentou a desigualdade social e alargou o fosso entre ‘países pobres’ e ‘países ricos’. O “capitalismo imitativo” (a expressão é de Raúl Prebisch) falhou. Impõe-se concluir, com Celso Furtado, que “as economias da periferia nunca serão desenvolvidas no sentido de similares às economias que formam o actual centro do sistema capitalista”: “a Índia nunca será uma Suécia com um bilhão de habitantes, nem o Brasil uma reprodução dos Estados Unidos”. Têm que ser outras as metas a prosseguir. Têm que ser outros os caminhos a percorrer. Eles não dispensam, evidentemente, a aceleração do crescimento económico, mas este não pode ser um fim em si mesmo, antes tem de estar ao serviço de outros objectivos fundamentais (que constituem outras tantas dimensões do progresso social), como a redução

da pobreza, a educação das pessoas, a redução das desigualdades, a satisfação das necessidades básicas da grande maioria da população.

O exemplo de vários países do Terceiro Mundo (inclusive o do Brasil) mostra que a manutenção das relações de domínio no seio do sistema capitalista mundial não é incompatível com o desenvolvimento industrial dos países dominados ou como diria Bresser Pereira “o novo imperialismo é industrializante e *développeur*” .

Nas novas condições do capitalismo enquanto sistema mundial, alicerçado nos grandes conglomerados transnacionais, parece ter-se ultrapassado a velha forma da divisão internacional capitalista do trabalho entre *países industrializados* (= países desenvolvidos = países imperialistas) e *países produtores e exportadores de bens primários* (= países subdesenvolvidos = países dominados no seio do sistema capitalista mundial). Vai-se afirmando, cada vez mais claramente, um novo tipo de divisão internacional capitalista do trabalho, que assenta não já na mera *internacionalização do capital* e na especialização de cada grupo de países em determinado sector da actividade produtiva (reservando-se para os países dominados o papel de produtores e exportadores de bens primários e de importadores de produtos industrializados originários dos países imperialistas), mas antes na *internacionalização do próprio processo produtivo*, no âmbito de uma *nova especialização*, comandada, a partir dos países dominantes, pelas empresas multinacionais e pelos estados dos seus países de origem.

Nos anos cinquenta do séc. XX, muitos acreditaram que a industrialização em que apostaram vários países do Terceiro Mundo (com destaque para alguns países da América Latina) seria capaz, sob a liderança das *burguesias nacionais* desses países, de cortar as amarras relativamente aos interesses da oligarquia latifundiária e de lançar as bases de um *desenvolvimento não dependente*.

A verdade é que estes *projetos nacional-desenvolvimentistas*

falharam: o Brasil, por exemplo, era uma das dez potências industriais do mundo, mas não deixou de ser um país subdesenvolvido (um país tipo *Belíndia*, “the Belgium in India situation” — uma pequena Bélgica de ricos no meio de uma imensa Índia de miséria) .

Nas condições que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a chamada *Terceira Revolução Industrial* traduziu-se na afirmação da *ciência* como força produtiva de primeira importância, ao mesmo tempo que a *tecnologia* se converteu no elemento fundamental da produção industrial (mais do que a posse de matérias-primas, que a redução do custo dos transportes colocou ao alcance da generalidade dos países). E a verdade é que são os países dominantes que produzem ciência e tecnologia e são os grandes conglomerados multinacionais que controlam a comercialização deste produto (a tecnologia), que vem ocupando um papel cada vez mais importante nas pautas do comércio internacional (que muitas vezes não passa de *comércio fechado* entre filiais desses colossos transnacionais).

No quadro deste *neo-colonialismo tecnológico*, tem-se vindo a acentuar a situação de dependência dos países ‘colonizados’, através da mais fácil penetração dos padrões das ‘metrópoles’, não só no plano dos consumos mas também ao nível das estruturas produtivas.

O *estilo de desenvolvimento* veiculado pelos investimentos das grandes empresas multinacionais tem arrastado consigo o que os autores chamam de *desenvolvimento dependente* (expressão do sociólogo brasileiro F. H. Cardoso), porque o crescimento da actividade industrial acentua a dependência dos países que por ele passam relativamente às tecnologias importadas, à mão-de-obra qualificada importada, ao consumo intensivo de energia importada e relativamente aos mercados externos controlados por essas mesmas multinacionais, que muitas vezes recorrem, no quadro do *comércio fechado*, às práticas da sub-facturação

e da sub-faturação, em prejuízo dos países subdesenvolvidos em que se instalam.

Em virtude do pagamento da tecnologia, dos pagamentos efectuados a técnicos estrangeiros e da expatriação dos lucros, esses países vêm muitas vezes acentuada a sua situação de *exportadores líquidos de capitais* e de *devedores permanentes perante o estrangeiro*. Acresce que, muitas vezes, os financiamentos dos investimentos dessas multinacionais acabam por não se traduzir em entradas líquidas de capitais, porque eles se fazem utilizando equipamentos já amortizados nos países do ‘centro’ e porque elas são suficientemente atractivas e poderosas para colher os favores das instituições financeiras dos países de acolhimento, para além dos subsídios, isenções fiscais e outras benesses que recebem dos governos locais.

Os autores falam também de *desenvolvimento perverso* ou *desenvolvimento maligno*, para traduzir situações em que se regista um crescimento (por vezes) acelerado da produção industrial e uma modernização e diversificação das estruturas produtivas, mas sem que estas mudanças arrastem consigo a rotura com o subdesenvolvimento. Isto porque esse crescimento industrial se verifica em condições que não permitem a generalização dos benefícios do progresso técnico; não promovem um sistema económico progressivamente homogéneo, em que o nível dos salários vá acompanhando, em todas as actividades económicas, a melhoria da produtividade média da economia; não se traduzem na criação das estruturas económicas e sociais adequadas aos recursos internos disponíveis e à satisfação das necessidades da grande maioria da população desses países.

Em vez de promover a difusão dos frutos do crescimento económico, o *estilo de desenvolvimento* veiculado pelas multinacionais acentua muitas vezes as desigualdades sociais e a concentração do rendimento. Este caminho tem sido potenciado pela estreita colaboração

entre as grandes empresas multinacionais, os estados nacionais dos países de acolhimento e as classes dirigentes locais (falam os autores latino-americanos de *solidariedade orgânica estado-multinacionais-grande capital nacional*; usa-se até expressões como “*joint venture estado-empresas multinacionais-empresários locais*”). Na verdade, este *Tri-pé mode* facilita a contaminação dos padrões de consumo que interessam às multinacionais (os que caracterizam as ‘sociedades de abundância’ das metrópoles), uma vez que o *efeito de imitação* deixa de operar a partir do exterior para actuar a partir de dentro, apoiado em todo o arsenal da publicidade e do crédito e à margem das restrições derivadas da capacidade de pagamentos externos. Assim se torna mais fácil ganhar para aspirações de consumo inadequadas à realidade dos países subdesenvolvidos as classes dominantes destes países, acentuando as consequências sociais negativas da contradição profunda entre aquelas aspirações e esta realidade.

Quer dizer: esse *estilo de desenvolvimento* acaba por traduzir-se na difusão de estruturas produtivas e de formas de consumo que consubstanciam um apreciável desperdício do potencial de acumulação de capital dos países assim ‘colonizados’, quer através do desvio para o consumo dos ricos de uma parte importante do *excedente potencial*, quer através da canalização para investimentos inadequados à promoção da melhoria das condições de vida da generalidade das populações de uma fração substancial do excedente disponível para o investimento. Celso Furtado caracteriza o chamado *milagre brasileiro* como “desperdício de recursos para consumo de bens supérfluos em proveito de uma minoria rica”.

Os bens produzidos por estas estruturas industriais destinam-se muitas vezes à exportação e também (quando o mercado interno é suficientemente amplo) às elites locais. Aqueles que constituem a grande maioria da população desses países não são, pois, clientes das empresas

multinacionais e das suas parceiras locais (“a sociedade de consumo é incompatível com a integração das grandes massas que vegetam na sociedade de infra-consumo”).

A esse estado, a essas multinacionais, a essas elites dirigentes pouco importa que milhões de pessoas não tenham poder de compra. Pura e simplesmente, não contam com elas, é como se elas não existissem, porque, muitas vezes, nem sequer são trabalhadores das ‘indústrias modernas’. O que importa, num quadro como este, é melhorar o poder de compra dos clientes (a pequena camada de ricos) e, se possível, acrescentar mais uns quantos privilegiados a este núcleo de elite. O que, evidentemente, aconselha a (e pressiona no sentido da) concentração dos rendimentos ainda mais acentuada e desigual.

A *exclusão social* crescente é a outra face deste tipo de desenvolvimento perverso ou maligno. E a exclusão social é um dos fenómenos mais dramáticos do nosso tempo. Como escreveu um autor, quando se falava de exploradores e explorados, havia que contar com estes, porque os *explorados* estavam dentro do sistema (sem explorados não pode haver exploradores), enquanto que os *excluídos* estão, por definição, fora do sistema, são inexistentes.

À luz desta realidade, é difícil não concordar com aqueles autores que sustentam que os problemas reais do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos são mais de natureza política do que económica. E a verdade é que vários documentos da ONU (na sequência, aliás, do art. 55º da Carta das Nações Unidas) consagram o *direito ao desenvolvimento* como um direito fundamental dos povos. Basta recordar o *Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais* (16 de Dezembro de 1966), a *Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento no Domínio Social* (11 de Dezembro de 1969), a *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento* (aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1986) e o *Programa de Ação* aprovado em

Viena em 1993, na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, no qual se proclama que o direito ao desenvolvimento é “um direito humano universal e inalienável e uma parte integrante dos direitos humanos fundamentais”. A *Carta Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos* declara igualmente que “todos os povos têm o direito ao desenvolvimento económico, social e cultural com respeito pela sua liberdade e identidade e no gozo igual do património comum da humanidade” e que “os Estados têm o dever de, individual e coletivamente, assegurar o exercício desse direito ao desenvolvimento”.

Perante várias experiências de “development disaster” (A. O. Hirschman), uma questão fundamental é a de saber qual o conteúdo do desenvolvimento. Em termos gerais, poderá dizer-se que o desenvolvimento não pode confundir-se com o mero crescimento da produção em termos agregados. A noção de desenvolvimento tem de integrar outros aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, a ideia de que o desenvolvimento económico passa por caminhos que respeitem a dignidade do homem, o desenvolvimento integral da sua personalidade, a conquista do bem-estar material, mas também o desenvolvimento dos homens no plano da sua profissão, da cultura e do lazer. Amartya Sen lembra com justeza que o desenvolvimento é “um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam” e que “a expansão da liberdade humana é tanto o principal *fim* como o principal *meio* do desenvolvimento”.

Em segundo lugar, a ideia de que o desenvolvimento é condicionado por determinadas estruturas e implica, portanto, transformações mais ou menos profundas dessas estruturas (a estrutura da propriedade, a estrutura das relações de produção, as estruturas sociais, a própria estrutura do poder político).

Em terceiro lugar, a ideia de que, sem ignorar a necessidade do crescimento económico enquanto crescimento do PNB, o

desenvolvimento deve colocar-se, fundamentalmente, ao serviço da *satisfação das necessidades básicas das populações* (alimentação, saúde, educação de base, serviços de água e saneamento, transportes e habitação). O conceito de *necessidades básicas* implica a satisfação de necessidades imediatas, mas também de necessidades cuja satisfação é, nos dias de hoje, um pressuposto indispensável para que as pessoas possam efetivamente atingir níveis razoáveis de produtividade e desenvolver actividades produtivas suficientemente remuneradoras, o que significa a acentuação do *carácter social* destas necessidades.

No conceito de necessidades básicas tende hoje a incluir-se também a ideia de que o desenvolvimento implica o *direito a um grau razoável de igualdade* entre os cidadãos do mesmo país, no que toca designadamente à repartição do rendimento e ao acesso às condições básicas de desenvolvimento e de promoção social.

Falar deste *direito a um grau razoável de igualdade* significa afastar a velha concepção de que crescer é concentrar; de que é preciso aumentar os rendimentos da minoria para que essa minoria se disponha a aforrar e a investir; de que é preciso *crescer primeiro e distribuir depois*, para evitar distribuir apenas a miséria. Ao contrário do que se verificou durante as revoluções industriais dos actuais países capitalistas desenvolvidos (em que a formação líquida do capital veio primeiro e a redistribuição do rendimento só veio depois), nos actuais países subdesenvolvidos “os dois problemas têm que ser encarados e desenvolvidos simultaneamente” (Raúl Prebisch). No quadro desta *estratégia de redistribuição do rendimento com crescimento económico* (“Redistribution with Growth”, apresentada pela primeira vez por H. W. Singer em 1972, no âmbito de um Relatório da OIT sobre o Quénia, mas que não perdeu actualidade e mantém todas as suas potencialidades), o crescimento tem de ser acompanhado da redistribuição do rendimento, com vista à melhoria do grau de igualdade relativa entre as pessoas,

invertendo a tendência registada no sentido do agravamento das desigualdades.

Estamos de novo a verificar a importância dos aspectos políticos na definição de uma estratégia correcta de desenvolvimento. “A única estratégia aceitável de desenvolvimento — escrevem Irma Adelman e Cynthia Morris — é o desenvolvimento do povo, pelo povo e para o povo. Sem novas instituições e políticas especificamente orientadas para melhorar a sorte dos pobres não há alternativa realista de justiça social no mundo subdesenvolvido do nosso tempo”.

Que expectativas se abrem aos povos injustiçados de todo o mundo? Ninguém terá uma resposta infalível, mas temos de ter a coragem de evitar que a ‘censura’ totalitária do pensamento único nos impeça de dizer e de escrever aquilo que pensamos e nos impeça de pensar aquilo que dizemos e escrevemos.

Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de hegemonia unipolar e de pensamento único, começam a divisar-se algumas brechas na fortaleza do capitalismo globalizado. “Os que protestam contra a globalização — dizia *The Economist*, de 23.9.2000 — têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o fato de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos”.

Em Maio de 1997 reuniu em Belo Horizonte a *Aliança Social Continental* (que inclui estruturas várias e organizações sindicais, incluindo a americana AFL-CIO, contra a Zona de Comércio Livre das Américas e o livrecambismo fundamentalista da ordem mundial globalizada). Com o objectivo de construir alternativas viáveis e concretas à ZCLA, foi aprovado um programa chamado “Alternativa para

as Américas. Para um acordo entre os povos do continente”. É este o seu princípio basilar:

“O comércio e o investimento não devem constituir fins em si mesmos, mas sim meios susceptíveis de nos conduzir a um desenvolvimento justo e duradouro.

É essencial que os cidadãos e as cidadãs exerçam o seu direito de participação na formulação, na aplicação e na avaliação das políticas sociais e económicas do continente.

Os objetivos centrais de tais políticas devem ser a promoção da soberania económica, o bem-estar coletivo e a redução das desigualdades a todos os níveis”.

É importante a observação de que o comércio não deve construir um fim em si mesmo, como se o comércio fosse a estrada real para o desenvolvimento. O comércio mundial e a liberdade de comércio devem ser um instrumento ao serviço do desenvolvimento. Era esta a orientação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), criada em meados dos anos 60 na sequência de uma proposta da URSS, apoiada pelo Grupo dos Não-Alinhados. Ao invés, o objectivo da OMC (talvez não por acaso só viabilizada após o colapso da URSS e da comunidade socialista europeia) é o de afirmar a *liberdade de comércio* acima de tudo, transformando tudo em mercadorias transaccionáveis segundo as leis do ‘mercado livre’. Uma liberdade que aproveita sobretudo aos países capitalistas dominantes, que representam mais de 70% do comércio mundial, e, sobretudo, aos grandes conglomerados transnacionais, que respondem por 60% das exportações de bens e serviços objecto desse comércio.

Esta luta contra o ‘inevitável’ e ‘irreversível’ “globalismo feliz” (Alain Minc) liderada pelo grande capital financeiro internacional tem prosseguido de várias formas, incluindo grandes manifestações públicas. Basta recordar Seattle, Praga, Nice, Santiago do Chile, Otava. E o medo

delas é tal que parece não haver muitos países interessados em acolher as reuniões dos organismos tutelares da globalização (OMC, Banco Mundial, FMI, OCDE). A reunião da OMC seguinte (Novembro de 2001) foi realizada no emirato do Qatar!

Mas esta luta teve outro ponto alto em Porto Alegre (25-30 de Janeiro de 2001), onde reuniu o *Forum Social Mundial*, em contraponto a mais um dos famosos encontros de Davos. Com base em elementos elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Forum analisou esta onda de globalização que tem acentuado dramaticamente a desigualdade, a miséria e a exclusão social e tem transformado a vida numa mercadoria como qualquer outra. E apontou alternativas às receitas liberais e globalizadoras.

O Forum afirmou o direito dos povos a organizarem-se livremente em vastas comunidades de nações solidárias, com o objectivo de evitar o domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos, de proteger os povos por meio de barreiras de preferências comunitárias, de controlar os movimentos de capitais especulativos, que arruinam as actividades produtivas e mergulham as populações na incerteza, na crise e na miséria.

O Forum defendeu o direito dos povos à protecção das suas actividades vitais, o direito à livre escolha do modo de valorizar o seu território e os seus recursos, o direito a promover e a preservar a sua auto-suficiência alimentar.

O Forum rejeitou a lógica globalizadora que reduz à dimensão de simples mercadorias os valores sociais, as culturas e todos os valores que constituem a essência da identidade dos povos.

Todos concordaremos com Amartya Sen quando defende que o fato de haver pessoas que passam fome — e que morrem de fome... — só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela *falta de bens*. O problema fundamental que se nos coloca não é, pois, o da *escassez* (dado

fundamental e incontornável da vida para a teoria marginalista), mas o da *organização da sociedade*.

Comentando este ponto de vista de Sen, pergunta Ralf Dahrendorf (1969): “Porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Como é que o *direito* e a *ordem* podem ser mais fortes que o *ser* ou *não ser*?” Socorrendo-nos de Amartya Sen, poderemos dizer que a resposta está na *falta de direitos*. Ou na *falta de poder*. Talvez seja este o problema decisivo, não o *problema da escassez*.

Ao equacionar esta problemática, é natural a pergunta de Dahrendorf: “o que seria preciso para modificar as *estruturas de direitos*, de modo a que mais ninguém tivesse fome?” Esta é uma pergunta que a ciência econômica dominante não faz, porque não se consente analisar as consequências de uma mudança de ordem social. Mas a própria pergunta parece encerrar a ideia de que é necessário *modificar as estruturas de direitos* (i. é, as *estruturas do poder*), sendo certo que também o *poder*, as *relações de poder* e as *estruturas do poder* estão fora da análise da *mainstream economics*.

Neste nosso tempo de profundas contradições (tempo de grande esperança e de grande desespero), o desenvolvimento da produtividade resultante do progresso científico e tecnológico permite que a humanidade produza mais do que o necessário para satisfazer condignamente as necessidades de todos e que haja mais tempo para as actividades libertadoras do homem, em vez de o afectar a *produzir cada vez mais bens* para *ganhar cada vez mais dinheiro* para *comprar cada vez mais bens*. Por isso, a ciência econômica não pode continuar a adiar a busca de um *outro padrão de racionalidade*. A ciência econômica tem de assumir-se de novo como *economia política*, como um *ramo da filosofia social*, porque “a economia contemporânea tem mais necessidade de

filósofos do que de econométristas” (Ch. Stoffaës).

Poderia se dizer que estamos nos deixando embalar nos braços da utopia. Recordemos, porém, que neste nosso mundo antropofágico morrem por ano, de fome ou de doenças derivadas da fome, quase tantas pessoas como as que morreram durante a Segunda Guerra Mundial, o que representa uma violentíssima ‘guerra civil’ no seio da nossa ‘aldeia global’.

Recordemos que, no conjunto dos países da OCDE, cerca de cem milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza. Recordemos que as desigualdades entre pobres e ricos à escala mundial têm vindo a aumentar acentuadamente. Recordemos que, no ‘paraíso americano’, o *american way of life* significa que os 20% mais ricos arrecadam 49,2% do rendimento, cabendo aos 20% mais pobres apenas 3,6%. Recordemos que 300 milhões de crianças sofrem diariamente a mais brutal violência física e moral. Recordemos que aumenta sem cessar o número dos *excluídos* (ou *desfiliados*, como diria o Prof. Rodolfo Bode das Ciências Humanas da UFPR).

E sabemos que o capitalismo surgiu como a “civilização das desigualdades”, que se vem desenvolvendo como “civilização das desigualdades” e que a globalização neoliberal tem vindo a acentuar explosivamente as desigualdades entre as pessoas e entre os povos. A ‘mão invisível’ do mercado — ou seja, a *mão visível* e omnipresente dos grandes conglomerados transnacionais — vem transformando a própria vida em objeto de negócio.

A aniquilação do estado-nação, a paralisia da política, a morte da política econômica (tão cara ao neoliberalismo) constituem um perigo para a democracia. Sem entidades nacionais responsáveis, a quem podem pedir contas os eleitores e os cidadãos em geral? A prestação de contas — que é a pedra de toque da democracia — só é exigível a quem tem meios para governar responsabilmente.

Mas sabemos também que o trabalho dos homens, após o advento do capitalismo, provocou um enorme desenvolvimento das forças produtivas, e, acima de tudo, um extraordinário desenvolvimento do próprio homem, enquanto produtor e titular de ciência, de tecnologia, de informação. Este desenvolvimento das capacidades produtivas tem libertado o homem trabalhador do seu fardo milenar de ser *besta de carga*; tem proporcionado ao homem trabalhador condições de trabalho mais dignas; tem aumentado a produtividade do trabalho para níveis até há pouco insuspeitados; tem permitido significativa redução da jornada de trabalho.

Hoje sabemos que o conhecido aumento do número de famintos não apaga a consciência que temos de que a capacidade de produzir alimentos — e mesmo a produção efetiva de alimentos — é superior às necessidades da humanidade. A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem, mas temos razões para acreditar que podemos viver num mundo de cooperação e de solidariedade, num mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta. Um dia destes, talvez saibamos construir uma alternativa ao caos suicidário a que nos querem condenar.

Talvez a utopia de Marx esteja a confirmar-se: o desenvolvimento científico e tecnológico conseguido pela civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da produtividade do trabalho humano, criando condições novas no que toca à capacidade de produção. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o próprio homem e o seu saber) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida coletiva, para que a humanidade possa saltar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*.

A crítica da globalização não pode confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do

progresso. A saída desta caminhada vertiginosa para o abismo tem de assentar na confiança no homem e nas suas capacidades. Todos sabemos, porém, que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor. Essas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas, e todos sabemos também que o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o motor da história. Mas a consciência disto mesmo não tem que matar o nosso *direito à utopia* e o nosso *direito ao sonho*. Porque a utopia ajuda a fazer o caminho. Parafraseando dois poetas portugueses, terminaremos dizendo que *sonhar é preciso*, porque *o sonho comanda a vida*.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDÇÕES

Os poderosos e irrealísticos dias do globalismo parecem ter chegado ao fim. Onde antes havia promessas de que uma simples abertura dos mercados acabaria com a pobreza, derrubaria ditadores e integraria diversas culturas, hoje a simples menção sobre globalização gera ódio, discordia e acusações. Com o globalismo, é pior ainda. A aguda crise financeira mundial de 1997-1998, que devastou a Ásia e Rússia e que não poupou os PMA, o choque inesperado do petróleo de 1999-2000 que está causando dificuldades para a Europa e os Estados Unidos, a queda vertiginosa do Euro e a derrubada dos estoques de mercado nos quatro cantos do planeta contribuíram para levantar dúvidas sobre a eficiência da globalização, em geral, e a do globalismo em particular. O desespero está tomando conta da euforia e a defensiva, o lugar do triunfalismo.

Uma dupla e forte reação negativa está gerando ceticismo a respeito da capacidade do globalismo de ter efeitos positivos. Na primeira cimeira dos Estados Unidos e da Europa, jovens da classe média se juntaram aos sindicatos para protestar em Seattle e Praga contra a o globalismo, visto por eles como uma forma de exploração capitalista. Eles se opunham a o que eles viam como exploração corporativa multinacional aos países em desenvolvimento principalmente os PMA. Procurando tentar, senão impor, uma extensão dos padrões do primeiro mundo às realidades sociais do terceiro mundo.

A reação dos países do Primeiro Mundo é mais complexa e pragmática. Asiáticos, Africanos e Sul Americanos estão protestando contra as regras do jogo do globalismo ou contra o globalismo em si ?

Querem mais controle sobre os fluxos quentes de capitais ocidentais de curto prazo que podem desestabilizar as suas economias? Podem conseguir mais investimentos de longo prazo e menos restrições para exportar nos mercados ocidentais? As imposições do primeiro Mundo aos países do terceiro Mundo sobre as questões ligadas a padrões trabalhistas e ambientais não é somente um artefato protecionista para derrubar suas exportações e reter os seus crescimentos economicos?

As reações contra o globalismo marcam o fim de seu início ingenuo e eufórico e, de acordo com os 16 jornalistas reunidos para um debate pela revista americana Business Week, marca também o início de um estágio mais complexo de sua evolução. A questão do debate era saber o que o globalismo significava para as pessoas ao redor do mundo (page 72). Chegaram às seguintes conclusões:

O globalismo continua a força dominante na economia mundial, reconfigurando sociedades (!) e políticas da mesma forma que transforma vidas. Além do mais, a expansão de alta tecnologia, de uma economia baseada na informação definem globalismo com mais fidelidade e reconfigura os ciclos de negócio dentro dele. A maior parte do fluxo de capital, mão-de-obra, serviços e bens na Ásia, América e Europa são baseados em tecnologia. Não fossem os chips, monitores e software provindo da Ásia a economia Americana entraria em colapso.

A maneira como as nações reagem ao globalismo define se elas vão prosperar com ele ou não. No mínimo, os que fazem as políticas devem ser capazes de implementar políticas fiscais e monetárias sofisticadas que possam controlar a inflação e se aproveitar dos fluxos globais de capitais, de Investimentos Diretos e da abertura comercial.

As regras e as leis são tão importantes quanto o livre fluxo de capitais. Para ser produtivo, o capital deve circular dentro de um contexto de mercados transparentes e bancos regulamentados. É um cálculo injusto que os Estados Unidos estejam trabalhando há mais de

dois séculos e de repente alguns agentes do Departamento do Tesouro Nacional e do Fundo Monetário Internacional esqueçam disso quando o o país alvancou vários países asiáticos para abrir os mercados prematuramente, nos 1990. ideologia do *laissez-faire* não é um substituto para investimentos práticos.

A governança é tão importante quanto mercados livres. O Congo, a Nígeria e até um certo grau, a Rússia, mostraram que sem sistema legal e estatal efetivo que protege a propriedade privada e os direitos individuais e que honra com contratos, o globalismo leva à corrupção, exploração e empobrecimento. A Rússia possui hoje um dos maiores níveis de educação do mundo, com uns dos maiores engenheiros e cientistas, porém mesmo assim ela ainda não consegue crescer devido à anarquia do Estado e uma falha no sistema legal.

A Educação é uma das variáveis mais importantes para determinar o quanto e o quão rápido os país menos avançados vão se beneficiar do globalismo. Ela os permite criar uma mais valia, produzindo bens e serviços mais sofisticados para o mercado mundial. Países com mais educação podem penetrar a economia global de alta tecnologia e ganhar mais lucros. A África, que está entre os níveis mais baixos de educação, está fora deste mercado.

Uma das questões que mais rondam o globalismo é o da responsabilidade. Quem, por exemplo, é responsável pelas pequenas fábricas em que sul americanos e asiáticos, trabalhando sob condições precárias e ganhando um mísero salário, produzem bens para norte americanos, japoneses ou europeus ? A resposta é clara – consumidores estão pedindo que as corporações sejam responsáveis pelos funcionários em todo mundo. As corporações devem aceitar códigos razoáveis de conduta com relação aos seus parceiros mundo a fora. Está também claro que os mercados de capitais globais têm que refletir sobre a efetividade das economias avançadas.

Porém indo mais longe e impondo padrões de vida ocidentais, o trabalhador ganha, e as proteções do meio ambiente dos países pobres, muitos deles democráticos, correriam o risco de ver antigos protestores se tornarem imperialistas arrogantes contra quem muitos estão protestando. O globalismo é manifestação mais poderosa já vista do capitalismo. E o capitalismo sempre se desenvolveu dentro de um contexto de regras e leis, e vai bastante para se fazer sintonia fina. Porém o perigo de se virar contra os mercados é a mesma coisa que retornar aos dias em que o Banco Mundial e vários governos deram dinheiro por razões políticas que os países pobres usaram em um dúzia de planos que não geraram nem crescimento e nem prosperidade para o povo.

Na cacofonia de vozes sendo ouvidas sobre globalismo hoje, é importante escutar a grande maioria dos líderes dos países pobres que, ferozmente, afirmam que a última coisa que seus povos queriam ver seria o fim deste mesmo processo econômico que está supostamente tirando muita gente da miséria.

Neste trabalho, definitivamente, não se tratou de questionar a validade dos estudos empíricos ou a padronização do debate acerca da questão da relação entre globalismo e pobreza. Pelo contrário, eles são de uma grande utilidade, pois até o momento eles têm se revelado como a única maneira de calar algumas posições ideológicas ou demagógicas cujas contribuições somente atrasam o debate. Convém sublinhar a fragilidade dos resultados e, ao invés de confiar cegamente neles, examinar qual a natureza e a amplitude dos mecanismos pelos quais o processo de globalização influi sobre os determinantes da pobreza. É também de suma importância a análise detalhada das hipóteses e suas influências finais.

Contudo, a dificuldade de levar em conta fatores de contingências tais como alguns já enumerados, ameniza drasticamente a

abrangência dos estudos que visam a isolar os efeitos do globalismo. Esforços suplementares, talvez, no momento de colher os dados, poderiam permitir uma maior aproximação das padronizações ao funcionamento real da economia neutralizando assim algumas destas dificuldades. Já que estes modelos nunca representarão a realidade econômica em sua plenitude, os resultados continuarão sempre sujeitos tanto às influências das hipóteses e das formas estruturais assumidas como do quadro teórico utilizado com base (base teórico-empírica). Constituem apenas um elemento, dentre outros, de auxílio na escolha de políticas.

Pesquisadores e estudiosos são bem conscientes de seus limites, razão pela qual estão sempre aprimorando seus modelos. Mais especificamente, a escolha de amostras chamadas de ‘representativas’ parece potencial prejudicial a um estudo detalhado da evolução da pobreza ou, mais ainda, das desigualdades. É por esta razão que alguns adotaram estudos que reúnem um conjunto de amostras ou até mesmo a totalidade da população em estudo (COCKBURN, 2001). É de suma importância que isto seja feito levando em consideração toda a complexidade das amostras ou da população para não afetar a fidelidade com qual eles devem representar a realidade.

Portanto, não se poderia afirmar, com forte convicção, que a aplicação rigorosa, pelos países menos avançados, das reformas previstas no Consenso de Washington teria levado aos resultados esperados, considerando os resultados que foram obtidos em países emergentes como no caso da América Latina. Muitas hipóteses fundamentais não conseguem entrar em jogo e nunca foi demonstrado que a privatização seja a solução milagre para todas as deficiências do setor público. Além do mais, o crescimento nos países menos avançados está se deparando com vários obstáculos que as reformas do Consenso poderiam até atenuar

indiretamente, mas sob os quais elas teriam pouco ou nenhum efeito direto.

De qualquer forma, o fenômeno do globalismo, através principalmente do Consenso de Washington, deu uma nova orientação para as tentativas de reformas estruturais, tanto nos países desenvolvidos como nos países menos avançados. Isto ajudou alguns países (com condição de acelerar seus crescimentos) a desenvolver suas economias e enfrentar a pobreza e seus correlatos. O Consenso de Washington mostrou o quão importante é seguir políticas macroeconômicas cautelosas e manter equilíbrios macroeconômicos razoáveis. Regra esta que, de um lado, a grande maioria dos países pobres tenta, de corpo e alma, seguir rigorosamente e que, por outro lado, transformou-se uma fonte inesgotável fonte de bons negócios para os países desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDA, Jacques – **A Mundialização da Economia** (2 vols.), trad. port. (1ª ed. francesa, 1996), Terramar, Lisboa, 1997.

AVELÃS NUNES, António José – **O keynesianismo e a contra-revolução monetarista** (separata do *Boletim de Ciências Económicas*), Coimbra, 1991;

BANCO MUNDIAL, **World development indicators 2003 CD-ROM**.

BANCO MUNDIAL - **Global Development Finance** (Washington: World Bank, 2001)

BARTOLINI, L. e DRAZEN, A. “**Capital-Account Liberalization as a Signal,**” *American Economic Review*, Vol. 87, No. 1 (March), 1997a - pp. 138–54.

BERR, E. **La dette des pays en développement: Bilan et Perspectives**, CED, Document de travail DT/82/03, Université Montesquieu-Bordeaux IV,

BIRDSALL, N., DE LA TORRE, A. **Washington Contentious: Economic Policies for Social Equity in Latin America**, Washington, 2003.

BORENSZTEIN, E., DE GREGORIO, J. e LEE, J-W. “**How Does Foreign Direct Investment Affect Growth?**” *Journal of International Economics*, Vol. 45 – June 1998, pp. 115–35.

BOYER, R., **L’après-consensus de Washington: institutionnaliste et systémique?**, *L’Année de la régulation*, n°5, 2001.

BRAINARD, W. C. e COOPER, R. N. “**Uncertainty and Diversification of International Trade,**” Food Research Institute Studies in Agricultural Economics, Trade, and Development Vol. 8, 1968 - pp. 257–285.

BLAUG, Mark. **Economic Theory in Retrospect**, Cambridge : Cambridge University Press, trad. française, *La pensée économique - Origine et développement*, 4e édit., Paris : Economica, 1986, 5e édit., 1998

CALVO, G., LEIDERMAN, L. e REINHART, C. “**Capital Inflows and Real Exchange Rate Appreciation in Latin America: The Role of External Factors,**” FMI, Vol. 40 – 03/1993, pp. 108–151.

COMBARNOUS, F., **Le développement de l’homme comme préalable au développement économique**, CED, 2003 - Université Montesquieu-Bordeaux IV.

CORIAT, Benjamim. **Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção.** in *Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional*. H. Schmitz e R. Q. Carvalho (orgs.). SP, 1988.

DAHRENDORF, R., **The Service Class**, in Tom Burns (éd.), *Industrial Man*, Baltimore, Penguin Books, 1969.

DONNI, Vincenzo. **Governare la Globalizzazione**, Cedam, Milão, 2000.

DIEESE. **Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção.** São Paulo: DIEESE, 1994.

EDISON, H., KLEIN, M., RICCI, L e SLOK, T. “**Capital Account Liberalization and Economic Performance: A Review of the Literature,**” IMF Working Paper 02/120 (Washington, 2002.

EDISON, H. LEVINE, R., RICCI, L. e SLOK, T. “**International Financial Integration and Economic Growth,**” *Journal of International Monetary and Finance*, Vol. 21, pp.749–76. 2002.

EHRKE, Michael. **A política industrial do Japão.** in *A nova política industrial: o Brasil no novo paradigma*. Hans Mathieu, (org.). São Paulo: Marco Zero: ILDEFES, FINEP, 1996.

ERBER, F.; TAUILE, J.R.; ACERO, L.; PENA, M. V.; CUNHA, P.V.; PEREIRA, V.M. **O estudo do processo de trabalho; notas para discussão.** *Literatura Econômica*, v.3. 1981.

FARIA, J.H. **Economia Política do Poder, V.1-** Jarua Editora. Curitiba, 2001

FERREIRA, Cândido. **O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. Cadernos do Cesit: texto para discussão n. 13.** Universidade de Campinas, 1993.

FILMER, D., PRITCHETT, L. **Estimating wealth effects without expenditure data – or tears: an**

application to educational enrollments in states of India, Banque mondiale, mimeo. 1998

FLEURY, Afonso. **Análise a nível, de empresa, dos impactos da automação sobre a organização da produção e do trabalho.** in *Gestão da Empresa: automação e competitividade; novos padrões de organização e de relações de trabalho*. Rosa Maria S. M. Soares (org.). Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

FREYSSINET, Michel. **Automação e qualificação da força de trabalho.** in *Gestão da Empresa: automação e competitividade; novos padrões de organização e de relações de trabalho*. Rosa Maria S. M. Soares (org.). Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

FRIEDMAN, M. **Some Comments on the Significance of Labor Unions for Economic Policy**, 1951, in D. McC. Wright, editor, *The Impact of the Union*. New York: Harcourt Brace

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972;

_____ **O Mito do Desenvolvimento Econômico**, Ed. Paz e Terra, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1974 (1ª ed., 1974);

_____ **A Fantasia Organizada**, Ed. Paz e Terra, RJ, 1985.

GALBRAITH, J.K. **L'économie en perspective, une histoire critique**, Ed. Seuil 1989

GORENDER, Jacob. **Globalização, tecnologia e relações do trabalho.** *Revista Estudos Avançados*. V. 2, n. 29, p.311-361. IEA – USP, 1997.

GOURINCHAS, P. O e JEANNE, O. **On the Benefits of Capital Account Liberalization for Emerging Economies.** IMF Working Paper – Washington, FMI – 2002

GRAF, Ana Cláudia Bento – **Direito, Estado e Economia Globalizada: as Patentes de Biotecnologia e o Risco de Privatização da Biodiversidade**, em *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Ano 32, vol. 34 (2000), 133-142.

GROSSMAN, G. M. e HELPMAN, E. **Innovation and Growth in the Global Economy**, (Cambridge, Mass. e London, MIT Press, 1991).

GUNNAR Myrdal- **A Problem for Democracy** - Cambridge, Massachusetts Harvard University Press – 1940

IANNI, Octavio – **A era do globalismo**, Civilização Brasileira, 4ª ed.,

Rio de Janeiro, 1999.

IMBS J. e WACZIARG, R. **Stages of Diversification** - *American Economic Review*, 2003

JOBIM CASTOR, B. V. **As lições que vêm da Malásia** –in *Gazeta do Povo*, Curitiba, Pr. 06/01/2002.

KALEMLI-OZCAN, S., SORENSEN, B. E. e YOSHA, O. **Risk Sharing and Industrial Specialization: Regional and International Evidence** – 2001

KALDOR N., 1982, **The Scour age of Monetarism**, Clarendon Press, Oxford.

KAMINSKY, G. e REINHART, C.M. **The Twin Crises: The Causes of Banking and Balance-of-Payments Problems** - *American Economic Review*, Vol. 89, No. 3 (June, 1999), pp. 473–500.

KATZ, Claudio. **Evolução e crise no processo de trabalho**. in *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. Claudio Katz, Ruy Braga e Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã, 1995.

KEMP, M. e LIVIATAN, N. **Production and Trade Patterns Under Uncertainty** - *The Economic Record*, Vol. 49, 1973 - pp. 215–227.

KUCZYNSKI, P., WILLIAMSON, J. (eds). **After the Washington Consensus: Restarting Growth and Reform in Latin America**, Washington, Institute for International Economics. 2003

LEVINE, R. **Foreign Banks, Financial Development, and Economic Growth** - *International Financial Markets: Harmonization versus Competition*, pp. 224–54 (Washington: AEI Press, 1996).

LEITE, Elenice M. **Inovação Tecnológica, Emprego e Qualificação: Um Estudo sobre os Impactos da MFCN em Indústrias de Bens de Capital**. SENAI, Coleção Albano Franco, n. 18. Rio de Janeiro, 1990.

LIPIETZ, Alain. **Relações capital/trabalho no amanhecer do século XXI**. in *Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial*. José Augusto Fortes e Rosa Maria Soares, (org.), tradução de Frank Soudant. Brasília, 1996.

LOJKINE, Jean. **Revolução informacional: utopia, realizada ou potencialidade**. in *Gestão da qualidade: tecnologia e participação*. Rosa Maria S. M. Soares (org.). Brasília: Codeplan, 1992. (Série

Cadernos Codeplan; 1).

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização: estado nacional e espaço mundial**, Editora Moderna, São Paulo, 1997.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2002.

MILANOVIC, B. *The Two Faces of Globalization: Against Globalization as We Know it*, *World Development*, vol. 31, nº4, 2003.

MILLET, D., TOUSSAINT, E. **50 questions / 50 réponses sur la dette, le FMI et la Banque mondiale**, Paris, Syllepse. 2002.

MODIGLIANI F. and F. HOHN. **Production Planning Over Time and the Nature of the Expectation and Planning Horizon - *Econometrica***, Vol. 23, (1955), 46-66.

MORAES NETO, Benedito. **Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____ **Fordismo e Ohnoísmo: trabalho e tecnologia na produção em massa**. *Estudos Econômicos* v. 28, n.2, p.317-349. São Paulo, 1998.

MYRDAL, G. **A Problem for Democracy** – Harvard University Press, 1940.

NORMAND, Jucy. Trabalho operatório na fabricação integrada. *Anais da ABET*, v. 1, 1994.

PNUD, **Relatório Mundial do Desenvolvimento Humano** - Paris, Econômica, 2003

PREBISCH, Raúl. **La dinámica del capitalismo periférico y su transformación**. in *El Trimestre Económico*, Vol. LVIII, nº 189 (1981), 234-245.

RODRIGUEZ, F. e RODRIK, D. **Trade Policy and Economic Growth: A Skeptic's Guide to the Cross-National Evidence** - in *NBER Macroeconomics Annual 2000*, ed. by Ben S. Bernanke and Kenneth Rogoff (Cambridge, Massachusetts: The MIT Press).

RODRIK, D. **Why Do More Open Economies Have Bigger Governments?** *Journal of Political Economy*, vol.106, nº5. 1998a.

_____ **Who Needs Capital-Account Convertibility ?** in Fischer, S. (ed.), *Should the IMF Pursue Capital-Account Convertibility?*, Essays in International Finance n°207, Princeton University, mai 1998b.

_____ **Growth Strategies** , Harvard University, mimeo, 2003.

ROLDÁN, Martha. **Um debate pendiente: reconversión industrial, desregulación y nuevos processos de trabajo ‘flexibles’ en el contexto latinoamericano de los 90. Hacia una perspectiva sensible al género?** in *El Trabajo femenino en América Latina: los debates en la decada de los noventa*, Beatriz Bustos e Germán Palacio (org.). I.L.S.L.A - Universidade de Guadalajara, 1994.

ROLO, J. M. **O Mundo (global?) em que vivemos** in *Economia Global e Gestão*, Vol. V, 1-2 (2000), 159-170.

RUFFIN, Roy J. **Comparative Advantage under Uncertainty** - *Journal of International Economics*, Vol. 4, No. 3 (August, 1974), pp. 261–73.

SALA-I-MARTIN, X. **The World Distribution of Income**, NBER Working Paper Series, n°8933, 2002.

SAMUELSON P. **Economics, an Introductory Analysis**, first edition, New York, 1948 McGraw-Hill Co.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal** - Editora Record, 3ª ed., 2000.

SALERNO, Mário. **Organização do trabalho, trabalho real e eficiência em sistemas flexíveis.** in *Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial*. José Augusto Fortes e Rosa Maria Soares, (org.), tradução de Frank Soudant. UnB, Brasília, 1996.

SEI - Secretaria Especial de Informática. **Efeitos Sócio-Econômicos da Automação”** - Anais do I Seminário , 1984.

STIGLITZ, J. **More Instruments and Broader Goals: Moving toward the Post-Washington Consensus**, WIDER Lecture, Helsinki, 1998a.

_____ **Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies, and Processes.** Prebisch Lecture, Genève, 19 octobre, 1998b.

_____ **La grande désillusion**, Paris, Fayard, 2002.

SENHADJI, A. **Sources of Economic Growth: An Extensive Growth Accounting Exercise** - *Staff Papers*, IMF, Vol. 47 – 2000. No. 1, pp. 129–57.

TAYLOR, Frederick. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1982. 7. Edição

TOBIN, J. **A proposal for international monetary reform** - Vol. 4, Eastern Economic Journal 153-59 (1978).

WADE, R.H. **Is Globalization Reducing Poverty and Inequality?** *World Development*, vol. 32, n°4, 2004

WILLIAMSON, J. **What Washington means by policy reform** in Williamson J. (ed.), *Latin America adjustment: how much has happened?* Washington, Institute for International Economics, 1990.

_____ **What Should the World Bank Think about the Washington Consensus?** *The World Bank Research Observer*, vol. 15, n°2, 2000.

_____ **Did the Washington Consensus Fail?** - Discurso pronunciado no Center for Strategic & International Studies, 06 novembre, 2002.

_____ **Un train de réformes devenu un label galvaudé** in *Finances & Développement*, vol. 40, n°3, 2003.

_____ **The Washington Consensus as Policy Prescription for Development.** Practitioners of Development Lecture, Washington, 13 janvier, 2004.

WEI, SJ. **Why is Corruption Much More Taxing Than Taxes? Arbitrariness Kills**". NBER Working Paper No. 6255 (Novembro, 1997).

WOMACK, J., JONES D. e ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo**. Tradução de Ivo Korytovski – Rio de Janeiro; Campus, 1992.

_____. **As novas abordagens da produtividade.** in *Gestão da Empresa: automação e competitividade; novos padrões de organização e de relações de trabalho*. Rosa Maria S. M. Soares (org.). Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.